01

PREGÃO ELETRÔNICO 001/2025

Protocolo 2059/2025

Objeto: Contratação de empresa para locação de veículos automotores.

Prefeitura Municipal de Piên - Rua Amazonas, 373 - Centro - Cep: 83860-000 – Telefone 41- 3632-1136

PIÊN PREFEITURA

355 - Prefeitura Municipal de Piên

PROTOCOLO

02

Equiplano

Processo: 2059 / 2025

Requerente: Área de Almoxarifado, Patrimônio e Frotas

Contato: Área de Almoxarifado, Patrimônio e Frotas - Tel: 4136321136 - almoxarifado.administracao@pien.pr.gov.br

Assunto: Protocolo Geral

Descrição: Contratação de empresa para locação de veículo automotor

13 de janeiro de 2025.

Solange de Fatima Senn
Protocolista

500.05d rptProcessoProtocolo

Solange de Fatima Senn 13/01/2025 01:24:46

355 - Prefeitura Municipal de Piên

PROTOCOLO

Equiplano

Processo: 2059 / 2025

Requerente: Área de Almoxarifado, Patrimônio e Frotas

Contato: Área de Almoxarifado, Patrimônio e Frotas - Tel: 4136321136 - almoxarifado.administracao@pien.pr.gov.br

Assunto: Protocolo Geral

Descrição: Contratação de empresa para locação de veículo automotor

13 de janeiro de 2025.

Área de Almoxarifado, Patrimônio e Frotas
Requerente

500.05d rptProcessoProtocolo

Solange de Fatima Senn 13/01/2025 01:24:46

TERMO DE REFERÊNCIA

SUMARIO

1. **Objeto**
2. **Especificações**
3. **Estimativa do Valor da Contratação**
4. **Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor**
5. **Justificativa**
6. **Fonte Orçamentária**
7. **Exigências de Habilitação**
8. **Local e Prazo de Entrega e Forma de Fornecimento**
9. **Recebimento e Critério de Aceitação do Objeto**
10. **Modelo de Gestão do Contrato**
11. **Obrigações da contratada**
12. **Obrigações da Contratante**
13. **Legislação Aplicada**
14. **Vigência do Contrato**
15. **Fontes de Pesquisa**

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para locação de veículo automotor, de acordo com os itens e especificações abaixo.

2. ESPECIFICAÇÕES

2.1. As especificações do objeto estão estabelecidas abaixo:

Lote	Item	Descrição dos itens	Uni.	Quant.	Média Mensal Unitário	Média Mensal Total	Média Anual Total
1	1	CAMIONETE PICK – UP; Cabine simples, 0 KM ou até com 2 anos de uso com no máximo 30 mil km. Combustível: Flex. Vidros elétricos dianteiros e acionamento com um toque pra cima/baixo e sistema antiesmagamento, vidros verdes, travas elétricas das portas a 20 km/h, tapetes , cinto de segurança laterais retráteis de 3 pontos dianteiros, direção hidráulica ou elétrica, ar condicionado original de fabrica instalado pela montadora, capacidade mínima para 2 passageiros, sistema de som com auto falante e conexão USB, alarme anto-furto, air – bag para motorista e passageiro, espelhos retrovisores, motor igual ou acima de 1,3 L: tanque de combustível no mínimo 45 litros; faróis de neblina, potência mínima de 85 CV ; Transmissão tipo manual com no mínimo 05 (cinco) marchas sincronizadas à frente e 01 (uma) à ré; Capota marítima; abertura e fechamento das portas e vidros por controle remoto, pneus radiais a partir de R15', protetor e carter, pintura cor branca. Pneu sobressalente, extintor de incêndio de acordo com a nova legislação de trânsito, macaco, triângulo e chave de rodas e demais equipamentos básicos possíveis	Veículo	3 veículos pelo período de 12 meses	R$ 4.014,76	R$ 12.044,28	R$ 144.531,36

		existentes. Carroceria: Capacidade mínima de 600 Kg					
	2	VEÍCULO 5 PASSAGEIRO 0KM SEDAN: Combustível: FLEX – Cor: Branca, direção: HIDRÁULICA/ELÉTRICA – Possui 04 portas – Freios: ABS e AIRBAG DUP: Possui – Câmbio: MANUAL – Distância Entre Eixos: MÍNIMA DE 2.450 MM – Motorização: 1.0 ou superior – Possui: TRIO ELÉTRICO (TRAVA, VIDRO), AR-CONDICIONADO e RÁDIO AM/FM + ENTRADA USB + 2 ALTO FALANTES. Alarme anti-furto, Pneu Radial aro 14 ou superior + Pneu Sobressalente, Protetor de Carter	Veículo	6 veículos pelo período de 12 meses	R$ 3.488,82	R$ 20.932,92	R$ 251.195,04
	3	VEÍCULO MINI VAN, ZERO KM, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 7 LUGARES (MOTISTA E PASSAGEIROS), QUE DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ANO/MODELO 2021/2022, ZERO KM, COR BRANCA, POTÊNCIA MÍNIMA 1.8. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (MÍNIMAS) – VEÍCULO 0 KM, QUE DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTES ESPECIFIAÇÕES E CARACTERÍTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: CAPACIDADE 7 LUGARES (MOTORISTA E PASSAGEIRO); AIR BAG DUPLO; FREIOS ABS; POTÊNCIA MÍNIMA DO MOTOR: 1.8; CÂMBIO MANUAL COM 5 MARCHAS Á FRENTE E 1 À RÉ; COR BRANCA; DIREÇÃO HIDRÁULICA; RODAS DE AÇO ESTAMPADO, COM NO MÍNIMO ARO 14; VEÍCULO EQUIPADO COM AR CONDICIONADO ; DESEMBAÇADOR DE VIDRO TRASEIRO; TRAVS ELÉTRICAS DE TODAS AS PORTAS; VIDROS ELÉTRICOS NO MÍNIMO DIANTEIROS; COMBUSTÍVEL: GASOLINA / ETANOL (FLEX); COMPUTADOR DE BORDO;	Veículo	3 veículos pelo período de 12 meses	R$ 5.278,80	R$ 15.836,40	R$ 190.036,80

		CAPACIDADE MÍNIMA DO PORTA-MALAS 500 LITROS; TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 LITROS; PROTETOR DE CARTER ; TAPETES DE BORRACHA , TRAVA E ALARME, SULFILMADO DENTRO DAS NORMAS BRASILEIRAS, EQUIPADO COM OS DEMAIS ITENS DA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO BRASILEIRA; Rádio FM/AM com conexão USB e Bluetooth.					
	4	VEÍCULO AUTOMOTOR FURGÃO: - Zero KM, Cor Sólida, branco – Zero Km – motorização mínima de 1.3 – Combustível: Álcool/Gasolina (Biocombustível) – Câmbio de no mínimo 05 marchas a frente e 01 a ré – 04 portas, sendo: duas de abrir (uma para o motorista e outra para o passageiro) e 02 na parte de trás – com direção hidráulica ou elétrica – com ar condicionado – Alarme e Trava – Sufilme nos vidros dentro das normas brasileiras – carga mínima de 600 kgs- capacidade volumétrica mínima do baú de 3.000 its – com jogo de tapetes borracha – Air Bag duplo – Freios ABS – com todos os acessórios que atendem ao código nacional de trânsito.	Veículo	1 veículo pelo período de 12 meses	R$ 4.003,31	R$ 4.003,31	R$ 48.039,72
TOTAL LOTE R$ 633.802,92							

2.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

2.5. REQUESITOS DE CONTRATAÇÃO:

2.5.1 Após a emissão da autorização de fornecimento com o número do empenho a empresa contratada deverá disponibilizar o veículo no Setor de Frotas dentro de 2 dias utei o veículo reserva similar ao solicitado, e no prazo de 30 (trinta) dias úteis o veículo oficial zero Km.

2.5.2 O veículo entregue deverá ser 0 km, devendo ser substituídos com o máximo 36 (trinta e seis) meses. Os veículos devem ser substituídos por veículos e equipamentos novos (0 km), com as mesmas características, após 12 (doze) meses de utilização no caso de o veículo não atender a finalidade a que se destina em virtude de suas condições precárias e falta de segurança. No caso do item 1 do objeto, será aceito veículo com até 2 anos de fabricação e com 30 mil km ou menos, devido a dificuldade que tem hoje para fazer aquisição de veículos de carga no mercado.

2.5.3 A empresa deverá disponibilizar um veículo adequado ao município durante a vigência do contrato, com quilometragem livre, emplacadas no estado do Paraná, devendo ser prioridade a manutenção preventiva e corretiva do veículo, como a troca de pneus, considerando os veículos rode uma média de 200 quilômetros por dia.

2.5.4 A manutenção deverá ocorrer preferencialmente em sede própria, porém não será impedido de fazê-lo em fornecedores credenciados com sede em Curitiba ou Região Metropolitana de Curitiba/PR.

2.5.5 Quando da solicitação de substituição dos veículos, ou por pane em via pública ou mesma a variação/sinistro, deverá ocorrer imediatamente, não ultrapassando limite de 02 (duas) horas após a comunicação a contratada, podendo afetar o bom andamento das funções de segurança e diligência da guarda municipal e trânsito.

2.5.6 Ficará a cargo da contratada a substituição dos veículos por outro do mesmo tipo, marca e especificações em caso de acidente, falhas mecânicas, furto e/ou qualquer outra situação que o afaste dos serviços.

2.5.7 A contratada deverá disponibilizar imediatamente veículos para substituir o sinistrado ou avariado como também uma reserva técnica de 25% (vinte e cinco por cento).

2.5.8 Em caso de acidente com o veículo, a responsabilidade pela integridade das vítimas e seus empregados será exclusiva da locadora, na forma do Decreto nº 61.784/67.

2.5.9 Arcar com todos os impostos referentes ao veículo (IPVA, seguro obrigatório e licenciamento). Estar de acordo com todas as normas estabelecidas pela Agência Nacional que regulamenta o transporte de passageiros.

2.5.10 Providenciar seguro para todos os veículos locados com cobertura total em danos pra terceiros e ocupantes do veículo, contra furto/roubo.

2.5.11 No ato da assinatura da Ata de Registro de Preço, a locadora deverá apresentar comprovante de recolhimento de IPVA e isenção de multas do veículo; comprovante de seguro contra terceiros e passageiros.

2.5.12 Os serviços de borracharia (de pequeno porte) ficarão a cargo da administração (locatária) e manutenção de aparência (lavagem).

2.5.13 Os serviços de substituição de pneus, consertos de grande porte, serviços de troca de óleo e filtro e fluido de freios ficarão a cargo da contratada (Locadora)

2.5.14 A locatária se responsabilizará pelas eventuais multas/infração de trânsito decorrentes da utilização dos veículos locados quando em uso pelos seus prepostos quando eles se encontrem na atribuição das suas atividades.

3. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 633.802,92 (seiscentos e trinta e três mil e oitocentos e dois reais e noventa e dois centavos).

3.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

3.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações.

3.3.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada.

3.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

3.3.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

3.3.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO/POR LOTE.

5. JUSTIFICATIVA

5.1. A necessidade da realização desse pregão, se faz necessários devido à falta de veículos que temos em nosso município para atender as demandas das Secretarias e da população. Para não parar ou deixar de prestar algum serviço a população estamos entrando com o processo de licitação para contratação de uma empresa que nos atenda com os veículos abaixo conforme demanda de cada secretaria.

A locação de veículos permite maior flexibilidade no atendimento às demandas do município, uma vez que o contrato pode ser ajustado em função das necessidades específicas, como o aumento temporário da frota em períodos de maior demanda ou a substituição imediata de veículos em caso de avaria.

Com a locação, os custos de manutenção, seguro, licenciamento e depreciação dos veículos são transferidos para a empresa contratada. Isso resulta em uma economia significativa para o órgão público, que não precisa imobilizar recursos financeiros em bens de capital ou arcar com despesas inesperadas relacionadas à frota. A responsabilidade pela manutenção e gestão da frota é transferida à empresa locadora, reduzindo riscos operacionais e garantindo maior disponibilidade de veículos para uso.

A locação possibilita o uso de veículos mais modernos e eficientes, com menor consumo de combustível e menor emissão de poluentes, contribuindo para a sustentabilidade ambiental. Além disso, a renovação periódica da frota elimina o risco de obsolescência tecnológica.

6. FONTE ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Piên.

6.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL
10.001.08.244.0012.2028. 3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.04.122.0003.2004.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.001.12.361.0009.2017.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
09.001.13.392.0010.2022.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE SAÚDE
11.001.10.301.0014.2030.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
07.002.20.606.0008.2013.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE GOVERNO
02.001.04.122.0002.2003.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO
04.001.04.121.0004.2007-3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
05.001.15.452.0005.2009.3.3.90.39.14.00

6.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

7. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

7.1. A habilitação dos interessados em participar da presente licitação ocorrerá nos exatos termos do seu edital.

8. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. LOCAL/ PRAZO: Após a emissão da autorização de fornecimento com o número do empenho a empresa contratada deverá disponibilizar o veículo no Setor de Frotas dentro de 3 dias utei o veículo reserva similar ao solicitado, e no prazo de 30 (trinta) dias úteis o veículo oficial zero Km.

9. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. No caso de reprovação do objeto, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

9.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.5. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia subsequente ao do esgotamento do prazo.

9.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se

à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

10.6.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

10.7. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato ou da entrega do produto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.7.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.7.2. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.7.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.7.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

10.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada obriga-se a:

11.1.1. Efetuar a entrega dos bens nas condições, no(s) prazo(s) e no(s) local(is) indicados pela Secretaria/Órgão solicitante, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente o preço, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

11.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);

11.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, o produto com avarias ou defeitos;

11.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

11.1.4. Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, edital ou na minuta de contrato;

11.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

11.1.8. Apresentar todos os documentos necessários durante a execução do contrato/Ata, mantendo em dia suas obrigações fiscais.

11.1.8.1 No que se refere a prestação de serviços que necessita de funcionários a empresa deverá manter as suas obrigações trabalhistas em dia, apresentando mensalmente a prefeitura municipal.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. A Contratante obriga-se a:

12.1.1. Receber provisoriamente o material ou fiscalizar os serviços, disponibilizando local, data e horário;

12.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

12.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

13. LEGISLAÇÃO APLICADA

13.1. O Presente termo de referência se submete integralmente a Lei Nº 14.133/2021.

14. VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1 A vigência será de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período.

15. FONTES DE PESQUISA

15.1 A pesquisa de preço foi enviada para empresas locais, e será elaborado a tabela de média de preço pelo setor de licitações.

Elaborado em 13 de janeiro de 2025.

Solange de Fatima Senn
Assessor de Area I - Almoxarifado e Patrimônio
Matrícula nº 4765826

Silvana Teixeira Jung
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Órgão requisitante:	SECRETARIAS MUNICIPAIS
Nº requerimento:	001/2025
Data:	13/01/2025

Descrição do objeto:

Contratação de empresa para locação de veículo automotor, nos termos da tabela no anexo I.

Justificativa

A necessidade da realização desse pregão, se faz necessários devido à falta de veículos que temos em nosso município para atender as demandas das Secretarias e da população. Para não parar ou deixar de prestar algum serviço a população estamos entrando com o processo de licitação para contratação de uma empresa que nos atenda com os veículos abaixo conforme demanda de cada secretaria.

A locação de veículos permite maior flexibilidade no atendimento às demandas do município, uma vez que o contrato pode ser ajustado em função das necessidades específicas, como o aumento temporário da frota em períodos de maior demanda ou a substituição imediata de veículos em caso de avaria.

Com a locação, os custos de manutenção, seguro, licenciamento e depreciação dos veículos são transferidos para a empresa contratada. Isso resulta em uma economia significativa para o órgão público, que não precisa imobilizar recursos financeiros em bens de capital ou arcar com despesas inesperadas relacionadas à frota. A responsabilidade pela manutenção e gestão da frota é transferida à empresa locadora, reduzindo riscos operacionais e garantindo maior disponibilidade de veículos para uso.

A locação possibilita o uso de veículos mais modernos e eficientes, com menor consumo de combustível e menor emissão de poluentes, contribuindo para a sustentabilidade ambiental. Além disso, a renovação periódica da frota elimina o risco de obsolescência tecnológica.

Compra/Contratação é para atendimento de ordem judicial? ( ) Sim (x) Não
Em caso afirmativo descrever qual:

Dotação Orçamentária:

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL
10.001.08.244.0012.2028. 3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.04.122.0003.2004.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Rua Amazonas, 373 – Centro, Piên/PR. CEP 83.860-000. Fone: (41) 3632-1136

08.001.12.361.0009.2017.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER 09.001.13.392.0010.2022.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE SAÚDE 11.001.10.301.0014.2030.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 07.002.20.606.0008.2013.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE GOVERNO 02.001.04.122.0002.2003.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO 04.001.04.121.0004.2007-3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS 05.001.15.452.0005.2009.3.3.90.39.14.00

Local de entrega/prestação ou execução do serviço/obra:

Setor de Frotas

Prazo para entrega/prestação ou execução do serviço/obra:

Após a emissão da autorização de fornecimento com o número do empenho a empresa contratada deverá disponibilizar o veículo no Setor de Frotas dentro de 3 (três) dias utei o veículo reserva similar ao solicitado, e no prazo de 30 (trinta) dias úteis o veículo oficial zero Km.

Responsável por recebimento e fiscalização da execução do objeto:

SECRETARIA	FISCAL/ GESTOR
Secretaria de Administração e Finanças/Governo	Solange de Fátima Senn
Secretaria de Governo	Maikeli Thaiane Knutz
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Daison Rodrigues Morcelli
Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil	Denilson Vaz Morceli
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Suelen Surek
Secretaria de Educação	Silvio Antonio Negreli
Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer	Alexandra Aparecida da Cruz Laurindo

Rua Amazonas, 373 – Centro, Piên/PR. CEP 83.860-000. Fone: (41) 3632-1136

Secretaria de Saúde	Devanir de Assis Machado
Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários	Aldecir Cavalheiro
Secretaria de Planejamento, Obras e Urbanismo	Esdras Rya Rocha

Há licitação em curso para o objeto pretendido?	**() Sim (x) Não**

Solange de Fátima Senn
Assessor de Area I - Almoxarifado e Patrimônio
Matrícula nº 4765826

Silvana Teixeira Jung
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Rua Amazonas, 373 – Centro, Piên/PR. CEP 83.860-000. Fone: (41) 3632-1136

ANEXO I

Lote	Item	Descrição dos itens	Uni.	Quant.	Média Mensal Unitário	Média Mensal Total	Média Anual Total
1	1	CAMIONETE PICK – UP; Cabine simples, 0 KM ou até com 2 anos de uso com no máximo 30 mil km. Combustível: Flex. Vidros elétricos dianteiros e acionamento com um toque pra cima/baixo e sistema antiesmagamento, vidros verdes, travas elétricas das portas a 20 km/h, tapetes , cinto de segurança laterais retráteis de 3 pontos dianteiros, direção hidráulica ou elétrica, ar condicionado original de fabrica instalado pela montadora, capacidade mínima para 2 passageiros, sistema de som com auto falante e conexão USB, alarme anto-furto, air – bag para motorista e passageiro, espelhos retrovisores, motor igual ou acima de 1,3 L: tanque de combustível no mínimo 45 litros; faróis de neblina, potência mínima de 85 CV ; Transmissão tipo manual com no mínimo 05 (cinco) marchas sincronizadas à frente e 01 (uma) à ré; Capota marítima; abertura e fechamento das portas e vidros por controle remoto, pneus radiais a partir de R15', protetor e carter, pintura cor branca. Pneu sobressalente, extintor de incêndio de acordo com a nova legislação de trânsito, macaco, triângulo e chave de rodas e demais equipamentos básicos possíveis existentes. Carroceria: Capacidade mínima de 600 Kg	Veículo	3 veículos pelo período de 12 meses	R$ 4.014,76	R$ 12.044,28	R$ 144.531,36
	2	VEÍCULO 5 PASSAGEIRO 0KM SEDAN: Combustível: FLEX – Cor: Branca, direção: HIDRÁULICA/ELÉTRICA – Possui	Veículo	6 veículos pelo período de 12	R$ 3.488,82	R$ 20.932,92	R$ 251.195,04

Rua Amazonas, 373 – Centro, Piên/PR. CEP 83.860-000. Fone: (41) 3632-1136

		04 portas – Freios: ABS e AIRBAG DUP: Possui – Câmbio: MANUAL – Distância Entre Eixos: MÍNIMA DE 2.450 MM – Motorização: 1.0 ou superior – Possui: TRIO ELÉTRICO (TRAVA, VIDRO), AR-CONDICIONADO e RÁDIO AM/FM + ENTRADA USB + 2 ALTO FALANTES. Alarme anti-furto, Pneu Radial aro 14 ou superior + Pneu Sobressalente, Protetor de Carter		meses			
	3	VEÍCULO MINI VAN, ZERO KM, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 7 LUGARES (MOTISTA E PASSAGEIROS), QUE DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ANO/MODELO 2021/2022, ZERO KM, COR BRANCA, POTÊNCIA MÍNIMA 1.8. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (MÍNIMAS) – VEÍCULO 0 KM, QUE DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTES ESPECIFIAÇÕES E CARACTERÍTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: CAPACIDADE 7 LUGARES (MOTORISTA E PASSAGEIRO); AIR BAG DUPLO; FREIOS ABS; POTÊNCIA MÍNIMA DO MOTOR: 1.8; CÂMBIO MANUAL COM 5 MARCHAS Á FRENTE E 1 À RÉ; COR BRANCA; DIREÇÃO HIDRÁULICA; RODAS DE AÇO ESTAMPADO, COM NO MÍNIMO ARO 14; VEÍCULO EQUIPADO COM AR CONDICIONADO ; DESEMBAÇADOR DE VIDRO TRASEIRO; TRAVS ELÉTRICAS DE TODAS AS PORTAS; VIDROS ELÉTRICOS NO MÍNIMO DIANTEIROS; COMBUSTÍVEL: GASOLINA / ETANOL (FLEX); COMPUTADOR DE BORDO; CAPACIDADE MÍNIMA DO PORTA-MALAS 500 LITROS; TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 LITROS; PROTETOR DE CARTER ; TAPETES DE	Veículo	3 veículos pelo período de 12 meses	R$ 5.278,80	R$ 15.836,40	R$ 190.036,80

Rua Amazonas, 373 – Centro, Piên/PR. CEP 83.860-000. Fone: (41) 3632-1136

		BORRACHA , TRAVA E ALARME, SULFILMADO DENTRO DAS NORMAS BRASILEIRAS, EQUIPADO COM OS DEMAIS ITENS DA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO BRASILEIRA; Rádio FM/AM com conexão USB e Bluetooth.					
	4	VEÍCULO AUTOMOTOR FURGÃO: - Zero KM, Cor Sólida, branco – Zero Km – motorização mínima de 1.3 – Combustível: Álcool/Gasolina (Biocombustível) – Câmbio de no mínimo 05 marchas a frente e 01 a ré – 04 portas, sendo: duas de abrir (uma para o motorista e outra para o passageiro) e 02 na parte de trás – com direção hidráulica ou elétrica – com ar condicionado – Alarme e Trava – Sufilme nos vidros dentro das normas brasileiras – carga mínima de 600 kgs- capacidade volumétrica mínima do baú de 3.000 its – com jogo de tapetes borracha – Air Bag duplo – Freios ABS – com todos os acessórios que atendem ao código nacional de trânsito.	Veículo	1 veículo pelo período de 12 meses	R$ 4.003,31	R$ 4.003,31	R$ 48.039,72
TOTAL LOTE R$ 633.802,92							

Solange de Fátima Senn
Assessor de Area I - Almoxarifado e Patrimônio
Matrícula nº 4765826

Silvana Teixeira Jung
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Rua Amazonas, 373 – Centro, Piên/PR. CEP 83.860-000. Fone: (41) 3632-1136

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

23

1 – INTRODUÇÃO

O presente Estudo tem por objetivo avaliar e assegurar a viabilidade da contratação e embasar o Termo de Referência para contratação de empresa especializada para prestação de serviço de gerenciamento informatizado para frotas de veúculos de pequeno, médio e grande porte, mediante rede credenciada.

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Contratação de empresa para locação de veículo automotor, de acordo com as especificações a seguir, que irá atender as Secretarias Municipais.

1 - CAMIONETE PICK – UP; Cabine simples, 0 KM ou até com 2 anos de uso com no máximo 30 mil km. Combustível: Flex. Vidros elétricos dianteiros e acionamento com um toque pra cima/baixo e sistema antiesmagamento, vidros verdes, travas elétricas das portas a 20 km/h, tapetes , cinto de segurança laterais retráteis de 3 pontos dianteiros, direção hidráulica ou elétrica, ar condicionado original de fabrica instalado pela montadora, capacidade mínima para 2 passageiros, sistema de som com auto falante e conexão USB, alarme anto-furto, air – bag para motorista e passageiro, espelhos retrovisores, motor igual ou acima de 1,3 L: tanque de combustível no mínimo 45 litros; faróis de neblina, potência mínima de 85 CV ; Transmissão tipo manual com no mínimo 05 (cinco) marchas sincronizadas à frente e 01 (uma) à ré; Capota marítima; abertura e fechamento das portas e vidros por controle remoto, pneus radiais a partir de R15", protetor e carter, pintura cor branca. Pneu sobressalente, extintor de incêndio de acordo com a nova legislação de trânsito, macaco, triângulo e chave de rodas e demais equipamentos básicos possíveis existentes. Carroceria: Capacidade mínima de 600 Kg.

2 - VEÍCULO 5 PASSAGEIRO 0KM SDEDAN: Combustível: BIOCOMBUSTÍVEL – Cor: Branca, direção: HIDRÁULICA/ELÉTRICA – Possui 04 portas – Freios: ABS e AIRBAG DUP: Possui – Câmbio: MANUAL – Distância Entre Eixos: MÍNIMA DE 2.450 MM – Motorização: 1.0 ou superior – Possui: TRIO ELÉTRICO (TRAVA, VIDRO), AR-CONDICIONADO e RÁDIO AM/FM + ENTRADA USB + 2 ALTO FALANTES. Alarme anti-furto, Pneu Radial aro 14 ou superior + Pneu

Sobressalente, Protetor de Carter. 24

3 - VEÍCULO MINI VAN, ZERO KM, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 7 LUGARES (MOTISTA E PASSAGEIROS), que deverá possuir as seguintes especificações e características mínimas: ano/modelo 2021/2022, zero km, cor branca, potência mínima 1.8. especificação técnica (mínimas) – veículo 0 km, que deverá possuir as seguintes especifiações e caracteríticas técnicas mínimas: capacidade 7 lugares (motorista e passageiro); air bag duplo; freios abs; potência mínima do motor: 1.8; câmbio manual com 5 marchas á frente e 1 à ré; cor branca; direção hidráulica; rodas de aço estampado, com no mínimo aro 14; veículo equipado com ar condicionado ; desembaçador de vidro traseiro; travs elétricas de todas as portas; vidros elétricos no mínimo dianteiros; combustível: gasolina / etanol (flex); computador de bordo; capacidade mínima do porta-malas 500 litros; tanque de combustível com capacidade mínima de 50 litros; protetor de carter ; tapetes de borracha , trava e alarme, sulfilmado dentro das normas brasileiras, equipado com os demais itens da legislação de trânsito brasileira; Rádio FM/AM com conexão USB e Bluetooth.

4 - VEÍCULO AUTOMOTOR FURGÃO: - Zero KM, Cor Sólida, branco – Zero Km – motorização mínima de 1.3 – Combustível: Álcool/Gasolina (Biocombustível) – Câmbio de no mínimo 05 marchas a frente e 01 a ré – 04 portas, sendo: duas de abrir (uma para o motorista e outra para o passageiro) e 02 na parte de trás – com direção hidráulica ou elétrica – com ar condicionado – Alarme e Trava – Sufilme nos vidros dentro das normas brasileiras – carga mínima de 600 kgs- capacidade volumétrica mínima do baú de 3.000 its – com jogo de tapetes borracha – Air Bag duplo – Freios ABS – com todos os acessórios que atendem ao código nacional de trânsito.

3- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Após a emissão da autorização de fornecimento com o número do empenho a empresa contratada deverá disponibilizar o veículo no Setor de Frotas dentro de 2 dias utei o veículo reserva similar ao solicitado, e no prazo de 30 (trinta) dias úteis o veículo oficial zero Km.

3.2 O veículo entregue deverá ser 0 km, devendo ser substituídos com o máximo 36 (trinta e seis) meses. Os veículos devem ser substituídos por veículos e equipamentos novos (0 km), com as mesmas características, após 12 (doze) meses de utilização no caso de o veículo não atender a finalidade a que se destina em virtude de suas condições precárias e falta de segurança. No caso do item 1 do objeto, será aceito veículo com até 2 anos de

fabricação e com 30 mil km ou menos, devido a dificuldade que tem hoje para fazer aquisição de veículos de carga no mercado.

3.3 A empresa deverá disponibilizar um veículo adequado ao município durante a vigência do contrato, com quilometragem livre, emplacadas no estado do Paraná, devendo ser prioridade amanutenção preventiva e corretiva do veículo, como a troca de pneus, considerando os veículos rode uma média de 200 quilômetros por dia.

3.4 A manutenção deverá ocorrer preferencialmente em sede própria, porém não será impedido de fazê-lo em fornecedores credenciados com sede em Curitiba ou Região Metropolitana de Curitiba/PR.

3.5 Quando da solicitação de substituição dos veiculos, ou por pane em via publica ou mesma avariação/sinistro, deverá ocorrer imediatamente, não ultrapassando limite de 02 (duas) horas após a comunicação a contratada, podendo afetar o bom andamento das funções de segurança e diligência da guarda municipal e trânsito.

3.6 Ficará a cargo da contratada a substituição dos veiculos por outro do mesmo tipo, marca e especificações em caso de acidente, falhas mecânicas, furto e/ou qualquer outra situação que o afaste dos serviços.

3.7 A contratada deverá disponibilizar imediatamente veiculos para substituir o sinistrado ou avariado como também uma reserva técnica de 25% (vinte e cinco por cento).

3.8 Em caso de acidente com o veículo, a responsabilidade pela integridade das vítimas e seus empregados será exclusiva da locadora, na forma do Decreto n° 61.784/67.

3.9 Arcar com todos os impostos referentes ao veículo (IPVA, seguro obrigatório e licenciamento). Estar de acordo com todas as normas estabelecidas pela Agência Nacional que regulamenta o transporte de passageiros.

3.10 Providenciar seguro para todos os veículos locados com cobertura total em danos pra terceiros e ocupantes do veículo, contra furto/roubo.

3.11 No ato da assinatura da Ata de Registro de Preço, a locadora deverá apresentar comprovante de recolhimento de IPVA e isenção de multas do veículo; comprovante de seguro contra terceiros e passageiros.

3.12 Os serviços de borracharia (de pequeno porte) ficarão a cargo da administração (locatária) e manutenção de aparência (lavagem).

3.13 Os serviços de substituição de pneus, consertos de grande porte, serviços de troca de óleo e filtro e fluido de freios ficarão a cargo da contratada (Locadora)

3.14 A locatária se responsabilizará pelas eventuais multas/infração de trânsito decorrentes da utilização dos veículos locados quando em uso pelos seus prepostos quando os mesmos se encontrem na atribuição das suas atividades.

4 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Diante da necessidade do objeto deste estudo, foi realizado o levantamento de mercado no intuito de prospectar e analisar soluções para a pretensa contratação, que atendam aos critérios de vantajosidade para a Administração, sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência. Assim, em pesquisa sobre o panorama do mercado, observou-se que, em matéria de soluções para o funcionamento da prestação de serviço as secretarias/diretorias no que tange a prestação deste serviço oferecido, a Administração Pública em geral adotou ao menos as duas opções para execução deste serviço, são elas:

Aquisição: No modelo de aquisição de veículo, a Administração Pública adquire o veículo e assume todos os custos dele decorrentes, documentação, seguro e manutenção. Esta solução é adotada em situações específicas como, por exemplo, quando a locação não se mostra uma opção viável.

Locação: No modelo de locação de veículo, o serviço consiste na disponibilização de veículo pela contratada, com todas as características requeridas pela contratante, mediante os termos contratuais. Este é o modelo mais representativo no âmbito dos órgãos da Administração Pública em geral.

Análise da Solução: Desta feita, concluímos pela seguinte solução: Locação de veículos, destinado a atender as necessidades das secretarias/diretorias, através de processo licitatório, utilizando-se o critério de melhor proposta apresentada na licitação, evidenciando vantagem para ela administração pública.

5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Em primeiro momento, com relação ao modelo de contratação a ser escolhido, sugere-se que seja adotado o modelo de locação de veículo. Isso porque uma das principais vantagens apresentada por esse modelo de contratação é o baixo custo, quando comparado com a aquisição de veículo próprio. Trata-se de solução de locação que inclua:

a) Disponibilização de veículos em bom estado de conservação (novos e

seminovos) e conforme a demanda do órgão;

27

b) Manutenção corretiva e preventiva dos veículos pela contratada;

c) Reposição de veículos em caso de panes;

d) Serviço de atendimento remoto e local ao município de Piên;

e) Disponibilidade dos veículos em período integral, ou seja, 24 horas por dia durante 7 dias da semana;

Conforme se evidencia no caso em análise, a aquisição de veículo próprio gerará maiores custos para administração tendo que arcar com seguro anual do veículo, bem como manutenção veicular, renovação documental veicular entre outros gastos periódicos. No caso em questão, resta configurada a vantagem para administração pública a realização de processo licitatório através de pregão para definir a melhor proposta a ser contratada.

6 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro as últimas contratações com o mesmo objeto, realizadas pela prefeitura Municipal de Piên, e ao aumento da demanda.

Lote	Item	Descrição dos itens	Uni.	Quant.	Média Mensal Unitário	Média Mensal Total	Média Anual Total
1	1	CAMIONETE PICK – UP; Cabine simples, 0 KM ou até com 2 anos de uso com no máximo 30 mil km. Combustível: Flex. Vidros elétricos dianteiros e acionamento com um toque pra cima/baixo e sistema antiesmagamento, vidros verdes, travas elétricas das portas a 20 km/h, tapetes , cinto de segurança laterais retráteis de 3 pontos dianteiros, direção hidráulica ou elétrica, ar condicionado original de fabrica instalado pela montadora, capacidade mínima para 2 passageiros, sistema de som com auto falante e conexão USB, alarme anto-furto, air – bag para motorista e passageiro, espelhos retrovisores, motor igual ou acima de 1,3 L: tanque de combustível no mínimo 45 litros; faróis de neblina, potência mínima de 85 CV ; Transmissão tipo manual com no mínimo 05	Veículo	3 veículos pelo período de 12 meses	R$ 4.014,76	R$ 12.044,28	R$ 144.531,36

		(cinco) marchas sincronizadas à frente e 01 (uma) à ré; Capota marítima; abertura e fechamento das portas e vidros por controle remoto, pneus radiais a partir de R15', protetor e carter, pintura cor branca. Pneu sobressalente, extintor de incêndio de acordo com a nova legislação de trânsito, macaco, triângulo e chave de rodas e demais equipamentos básicos possíveis existentes. Carroceria: Capacidade mínima de 600 Kg					
	2	VEÍCULO 5 PASSAGEIRO 0KM SEDAN: Combustível: FLEX – Cor: Branca, direção: HIDRÁULICA/ELÉTRICA – Possui 04 portas – Freios: ABS e AIRBAG DUP: Possui – Câmbio: MANUAL – Distância Entre Eixos: MÍNIMA DE 2.450 MM – Motorização: 1.0 ou superior – Possui: TRIO ELÉTRICO (TRAVA, VIDRO), AR-CONDICIONADO e RÁDIO AM/FM + ENTRADA USB + 2 ALTO FALANTES. Alarme anti-furto, Pneu Radial aro 14 ou superior + Pneu Sobressalente, Protetor de Carter	Veículo	6 veículos pelo período de 12 meses	R$ 3.488,82	R$ 20.932,92	R$ 251.195,04
	3	VEÍCULO MINI VAN, ZERO KM, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 7 LUGARES (MOTISTA E PASSAGEIROS), QUE DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ANO/MODELO 2021/2022, ZERO KM, COR BRANCA, POTÊNCIA MÍNIMA 1.8. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (MÍNIMAS) – VEÍCULO 0 KM, QUE DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTES ESPECIFIAÇÕES E CARACTERÍTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: CAPACIDADE 7 LUGARES (MOTORISTA E PASSAGEIRO); AIR BAG DUPLO; FREIOS ABS; POTÊNCIA MÍNIMA DO MOTOR: 1.8; CÂMBIO MANUAL COM 5 MARCHAS Á FRENTE E 1 À RÉ; COR BRANCA; DIREÇÃO HIDRÁULICA; RODAS DE AÇO ESTAMPADO, COM NO MÍNIMO ARO 14; VEÍCULO EQUIPADO COM AR CONDICIONADO ;	Veículo	3 veículos pelo período de 12 meses	R$ 5.278,80	R$ 15.836,40	R$ 190.036,80

		DESEMBAÇADOR DE VIDRO TRASEIRO; TRAVS ELÉTRICAS DE TODAS AS PORTAS; VIDROS ELÉTRICOS NO MÍNIMO DIANTEIROS; COMBUSTÍVEL: GASOLINA / ETANOL (FLEX); COMPUTADOR DE BORDO; CAPACIDADE MÍNIMA DO PORTA-MALAS 500 LITROS; TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 LITROS; PROTETOR DE CARTER ; TAPETES DE BORRACHA , TRAVA E ALARME, SULFILMADO DENTRO DAS NORMAS BRASILEIRAS, EQUIPADO COM OS DEMAIS ITENS DA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO BRASILEIRA; Rádio FM/AM com conexão USB e Bluetooth.					
	4	VEÍCULO AUTOMOTOR FURGÃO: - Zero KM, Cor Sólida, branco – Zero Km – motorização mínima de 1.3 – Combustível: Álcool/Gasolina (Biocombustível) – Câmbio de no mínimo 05 marchas a frente e 01 a ré – 04 portas, sendo: duas de abrir (uma para o motorista e outra para o passageiro) e 02 na parte de trás – com direção hidráulica ou elétrica – com ar condicionado – Alarme e Trava – Sufilme nos vidros dentro das normas brasileiras – carga mínima de 600 kgs- capacidade volumétrica mínima do baú de 3.000 its – com jogo de tapetes borracha – Air Bag duplo – Freios ABS – com todos os acessórios que atendem ao código nacional de trânsito.	Veículo	1 veículo pelo período de 12 meses	R$ 4.003,31	R$ 4.003,31	R$ 48.039,72
TOTAL LOTE R$ 633.802,92							

7– ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Com base na pesquisa de mercado, a previsão do valor total desta contratação é de aproximadamente R$ 633.802,92 (seiscentos e trinta e três mil e oitocentos e dois reais e noventa e dois centavos).

8– JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

30

Não aplicável. Em razão das características do contratado, por ser item único e indivisível, não há a que se falar de parcelamento de objeto.

9– CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há necessidade de contratações/aquisições correlatas e/ou interdependentes.

10 – ALINHAMENTO COM PAC

Há previsão orçamentária para a contratação do objeto no subelemento: 3.3.90.39.14.00 – Locação de bens móveis e outras naturezas e intangíveis.

11 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município, garantindo assim preços justos para atender a demanda da Administração Pública Municipal. Assim, como garantir serviços prestados pelo Municipio.

12 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

A contratada deverá comprovar a efetivação do seguro total, inclusive de responsabilidade civil e criminal e contra terceiros na data da assinatura do contrato, bem como comprovar a propriedade e licenciamento dos mesmos na mesma data.

13 – IMPACTOS AMBIENTAIS

A locação de veículos possui impacto direto no consumo de combustíveis fósseis, no entanto, a solução ainda se mostra economicamente viável e supre a necessidade do Município. Entretanto, a locação de veículos mais novos, dará maior eficiência e sustentabilidade nas manutenções, além de possuírem tecnologias potencialmente menos

poluidoras.

14 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base na justificativa, na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Solange de Fátima Senn
Assessor de Area I - Almoxarifado e Patrimônio
Matrícula nº 4765826

Silvana Teixeira Jung
Secretária Municipal de Administração e Finanças

08.021.302/0001-58
A. SANTOS & CARVALHO SANTOS LTDA. - EPP
RUA INGLATERRA Nº 51
EUCALIPTOS - CEP 83.820-038
FAZENDA RIO GRANDE - PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Faz. Rio Grande Pr. 08/01/2025

COTAÇÃO

Favor preencher todos os dados da empresa

Empresa: A. Santos & Carvalho Santos LTDA	CNPJ: 08.021.302/0001-58
E-mail: ads_locveiculos@hotmail.com	WhatsApp: 99612-1621
Fone: 41-99612-1621	Responsável: Arnaldo dos Santos

Item	Descrição	Unidade de medida	Qtde Estimada	Valor Mensal	Valor Total
1	CAMIONETE PICK – UP; Cabine simples, 0 KM ou até com 2 anos de uso com no máximo 30 mil km. Combustível: Flex. Vidros elétricos dianteiros e acionamento com um toque pra cima/baixo e sistema antiesmagamento, vidros verdes, travas elétricas das portas a 20 km/h, tapetes , cinto de segurança laterais retráteis de 3 pontos dianteiros, direção hidráulica ou elétrica, ar condicionado original de fabrica instalado pela montadora, capacidade mínima para 2 passageiros, sistema de som com auto falante e conexão USB, alarme anto-furto, air – bag para motorista e passageiro, espelhos retrovisores, motor igual ou acima de 1,3 L; tanque de combustível no mínimo 45 litros; faróis de neblina, potência mínima de 85 CV ; Transmissão tipo manual com no mínimo 05 (cinco) marchas sincronizadas à frente e 01 (uma) à ré; Capota marítima; abertura e fechamento das portas e vidros por controle remoto, pneus radiais a partir de R15', protetor e carter, pintura cor branca. Pneu sobressalente, extintor de incêndio de acordo com a nova legislação de trânsito, macaco, triângulo e chave de rodas e demais equipamentos básicos possíveis existentes. Carroceria: Capacidade mínima de 600 Kg. LOCAÇÃO.	Veículo	4	R$:5.000,00	R$:20.000,00
2	VEÍCULO 5 PASSAGEIRO 0KM: Combustível: BIOCOMBUSTÍVEL – Cor: Branca, direção: HIDRÁULICA/ELÉTRICA – Possui 04 portas – Freios: ABS e AIRBAG DUP: Possui – Câmbio: MANUAL – Distância Entre Eixos: MÍNIMA DE 2.450 MM – Motorização: 1.0 ou superior – Possui: TRIO ELÉTRICO (TRAVA, VIDRO), AR-	Veículo	5	R$:4.000,00	R$:20.000,00

A. SANTOS & CARVALHO SANTOS LTDA
Arnaldo dos Santos
Sócio Administrador

	CONDICIONADO e RÁDIO AM/FM + ENTRADA USB + 2 ALTO FALANTES. Alarme anti-furto, Pneu Radial aro 14 ou superior + Pneu Sobressalente, Protetor de Carter. LOCAÇÃO.				
3	VEÍCULO 5 PASSAGEIRO 0KM COM ENGATE PARA CARETINHA: Combustível: BIOCOMBUSTÍVEL – Cor: Branca, direção: HIDRÁULICA/ELÉTRICA – Possui 04 portas – Freios: ABS e AIRBAG DUP: Possui – Câmbio: MANUAL – Distância Entre Eixos: MÍNIMA DE 2.450 MM – Motorização: 1.0 ou superior – Possui: TRIO ELÉTRICO (TRAVA, VIDRO), AR-CONDICIONADO e RÁDIO AM/FM + ENTRADA USB + 2 ALTO FALANTES. Alarme anti-furto, Pneu Radial aro 14 ou superior + Pneu Sobressalente, Protetor de Carter. LOCAÇÃO.		1	R$:4.500,00	R$:4.500,00
4	VEÍCULO MINI VAN, ZERO KM, COM CAPACIDADE MINIMA DE 7 LUGARES (MOTISTA E PASSAGEIROS), QU DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ANO/MODELO 2021/2022, ZERO KM, COR BRANCA, POTÊNCIA MÍNIMA 1.8. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (MÍNIMAS) – VEÍCULO 0 KM, QUE DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTES ESPECIFIAÇÕES E CARACTERÍTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: CAPACIDADE 7 LUGARES (MOTORISTA E PASSAGEIRO); AIR BAG DUPLO; FREIOS ABS; POTÊNCIA MÍNIMA DO MOTOR: 1.8; CÂMBIO MANUAL COM 5 MARCHAS Á FRENTE E 1 À RÉ; COR BRANCA; DIREÇÃO HIDRÁULICA; RODAS DE AÇO ESTAMPADO, COM NO MÍNIMO ARO 14; VEÍCULO EQUIPADO COM AR CONDICIONADO ; DESEMBAÇADOR DE VIDRO TRASEIRO; TRAVS ELÉTRICAS DE TODAS AS PORTAS; VIDROS ELÉTRICOS NO MÍNIMO DIANTEIROS; COMBUSTÍVEL: GASOLINA / ETANOL (FLEX); COMPUTADOR DE BORDO; CAPACIDADE MÍNIMA DO PORTA-MALAS 500 LITROS; TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 LITROS; PROTETOR DE CARTER ; TAPETES DE BORRACHA , TRAVA E ALARME, SULFILMADO DENTRO DAS NORMAS BRASILEIRAS, EQUIPADO COM OS DEMAIS ITENS DA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO BRASILEIRA; Rádio FM/AM com conexão USB e Bluetooth. LOCAÇÃO.	Veículo	5	R$:7.500,00	R$:37.500,00
5	VEÍCULO AUTOMOTOR FURGÃO: - Zero KM, Cor Sólida, branco – Zero Km – motorização mínima de 1.3 – Combustível: Álcool/Gasolina (Biocombustível) – Câmbio de no mínimo 05	Veículo	1	R$:6.000,00	R$:6.000,00

A. SANTOS & CARVALHO SANTOS LTDA - EPP
Arnaldo dos Santos
Sócio Administrador

	marchas a frente e 01 a ré – 04 portas, sendo: duas de abrir (uma para o motorista e outra para o passageiro) e 02 na parte de trás – com direção hidráulica ou elétrica – com ar condicionado – Alarme e Trava – Sufilme nos vidros dentro das normas brasileiras – carga mínima de 600 kgs- capacidade volumétrica mínima do baú de 3.000 lts – com jogo de tapetes borracha – Air Bag duplo – Freios ABS – com todos os acessórios que atendem ao código nacional de trânsito. LOCAÇÃO.				
6	Veículo tipo van destinado ao transporte de passageiros: com capacidade mínima de 16 lugares, cor predominante branca, zero km, ano/modelo 2025/2025, motor diesel, capacidade mínima do tanque de combustível de 70 litros, potência máxima igual ou superior a 170 CV, 1995 cilindradas, injeção eletrônica, caixa de câmbio com no mínimo 5 marchas à frente e 1 marcha ré, sistema de multimídia (som e imagem) completo, ar condicionado, tapetes de borracha , trava e alarme, sulfilmado dentro das normas brasileiras, equipado com os demais itens da legislação de trânsito brasileira. LOCAÇÃO.	Veículo	3	R$16.000,00	R$:48.000,00

OBS: A cotação deverá conter o carimbo da empresa e assinatura do responsável pelo orçamento.

Validade do orçamento: 60 dias

A. SANTOS & CARVALHO SANTOS LTDA - EPP
Arnaldo dos Santos
Sócio Administrador

VENCEDORES DO PROCESSO

Prefeitura Municipal de São José do Seridó
Prefeitura Municipal de São José do Seridó
Pregão Eletrônico - 149/2023

EMPRESA BRASILEIRA DE LOCACAO E TRANSPORTE LTDA | Tipo: EPP/SS - LC123: Sim - Documento 03.173.828/0001-30 - Endereço: Avenida Engenheiro Roberto Freire - CEP: 59078600 - UF: RN - Município: Natal - Telefone: (84) 4008-2829

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO SPIN 1.8 L AT LS, NOVO, ZERO KM (SEM MOTORISTA), COM 7 LUGARES, AIRBAG DUPLO, ALARME ANTI-FURTO, ASSISTENTE DE PARTIDA EM ACLIVE, CONTROLE ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE E TRAÇÃO, SISTEMA DE FREIOS COM ABS, EBD, RODA DE AÇO ARO 15, COM AR CONDICIONADO, DIREÇÃO ELÉTRICA PROGRESSIVA, INDICADOR DE TROCA DE MARCHAS, TRAVA ELÉTRICA DAS PORTAS COM ACIONAMENTO NA CHAVE, VIDRO ELÉTRICO NAS PORTAS COM ACIONAMENTO POR UM TOQUE, ANTI ESMAGAMENTO E ABERTURA/FECHAMENTO AUTOMÁTICO PELA CHAVE, BANCO DA SEGUNDA FILEIRA BIPARTIDO E REBATÍVEL, PROVISÃO PARA INSTALAÇÃO DE RÁDIO, SISTEMA DE FIXAÇÃO DE CADEIRAS PARA CRIANÇAS (ISOFIX E TOP TETHER), CINTOS DE SEGURANÇA TRASEIROS LATERAIS E CENTRAL 3 PONTOS, LUZES INDICADORAS DE DIREÇÃO LATERAIS, BANCO DA SEGUNDA FILEIRA CORREDIÇO, BANCO TRASEIRO DA TERCEIRA FILEIRA FIXO, TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA DE SEIS VELOCIDADES COM OPÇÃO DE TROCA MANUAL DE MARCHAS ACTIVE SELECT. COM SEGURO TOTAL E FRANQUIA INCLUSA, KM LIVRE, INCLUINDO MANUTENÇÃO. COMBUSTÍVEL DO VEÍCULO E PNEUS POR CONTA DO CONTRATANTE.	N/C	N/C	12 MÊS	R$ 4.450,00	R$ 53.400,00
				TOTAL DO VENCEDOR		R$ 53.400,00

Valor Total: R$ 53.400,00

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 13/01/2025 às 15:09:02.
Código verificador: B42F4F

1 - OBJETO

1.1. Registro de preços para a prestação de serviços de locação de veículos para atender as Secretarias Municipais de Sapiranga, sem motorista, sem combustível e quilometragem livre, conforme descrito e especificado no Anexo II – Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, de acordo com o detalhamento técnico qualitativo e quantitativo a seguir listado:

Lote	Und	Quant Mín	Quant Máx	Descrição dos Itens	Valor de Referência R$
1	Serviço	05	21	LOCAÇÃO DE VEÍCULO: TIPO PASSEIO - Cor: Branco. Ano/Modelo: 2023/2023. Quilometragem máxima do veículo: até 7.000 (sete mil) km rodados. Capacidade mínima: 5 lugares. Portas: 4 portas. Porte/Configuração: Compacto Hatch. Combustível: Flex (álcool/gasolina). Potência do Motor: 1.0 – 82cv(Álc.) / 77cv(Gás.). Cilindros (mínimo): 3 em linha transversal com cilindrada unitária de 330cm 3 e 4 válvulas por cilindro (12 válvulas). Direção: Elétrica / Hidráulica. Câmbio: Manual. Freios: Sistema de freios ABS. Ar: Ar Condicionado e Ar quente. Vidro Traseiro: Desembaçador, limpador e lavador. Travamento: travamento central das 4 portas. Vidros elétricos: nas portas dianteiras e traseiras. Sistema de alarme antifurto: Sim. Airbags: airbag duplo frontal e airbag lateral. Som: som automotivo AM/FM/MP3, integração através de bluetooth, entrada USB para pendrive e com alto-falantes internos instalados no veículo. Seguro total com cobertura Compreensiva total: incluindo cobertura contra danos a terceiros. IPVA e Licenciamento: Devem estar pagos.	2.949,50
2	Serviço	06	21	LOCAÇÃO DE VEÍCULO: TIPO	5.295,00

				MINIVAN. Cor: Branco. Ano/Modelo: 2023/2023. Quilometragem máxima do veículo: até 7.000 (sete mil) km rodados. Capacidade mínima: 7 lugares. Portas: 4 portas. Configuração: Minivan. Porte: Compacto ou Médio. Combustível: Flex (álcool/gasolina). Potência do Motor: 1.8 – 110cv(Álc.) / 106cv(Gás). Cilindros (mínimo): 4 em linha transversal com cilindrada unitária de 437cm 3 e 2 válvulas por cilindro (08 válvulas). Direção: Elétrica / Hidráulica. Câmbio: Manual. Freios: Sistema de freios ABS. Ar: Ar Condicionado e Ar quente. Vidro Traseiro: Desembaçador, limpador e lavador. Travamento: travamento central das 4 portas. Vidros elétricos: nas portas dianteiras e traseiras. Sistema de alarme antifurto: Sim. Airbags: airbag duplo frontal. Som: som automotivo AM/FM/MP3, integração através de bluetooth, entrada USB para pendrive e com alto-falantes internos instalados no veículo. Seguro total com cobertura Compreensiva total: incluindo cobertura contra danos a terceiros. IPVA e Licenciamento: Devem estar pagos.	
3	Serviço	01	04	LOCAÇÃO DE VEÍCULO: TIPO FURGÃO. Cor: Branco. Ano/Modelo: 2023/2023. Quilometragem máxima do veículo: até 7.000 (sete mil) km rodados. Capacidade mínima: 2 lugares. Portas (mínimo): 2 portas + abertura no baú. Configuração / Porte: Furgão / Compacto. Combustível: Flex (álcool/gasolina). Potência Mín. Motor: 1.4 – 86cv(Álc.) / 84cv(Gás). Cilindros (mínimo): 4 em linha transversal com cilindrada unitária de	4.900,00

				342cm 3 e 2 válvulas por cilindro (08 válvulas). Direção: Hidráulica Câmbio: Manual. Freios: Sistema de freios ABS. Ar: Ar Condicionado e Ar quente. Travamento: travamento central das portas. Vidros elétricos: nas portas dianteiras. Sistema de alarme antifurto: Sim. Airbags: airbag duplo frontal. Som: som automotivo AM/FM/MP3, integração através de bluetooth, entrada USB para pendrive e com alto-falantes internos instalados no veículo. Seguro total com cobertura Compreensiva total: incluindo cobertura contra danos a terceiros. IPVA e Licenciamento: Devem estar pagos.	
4	Serviço	01	01	LOCAÇÃO DE VEÍCULO: TIPO FURGÃO – Com Baú refrigerado para transporte de animais domésticos. Cor: Branco. Ano/Modelo: 2023/2023. Quilometragem máxima do veículo: até 7.000 (sete mil) km rodados. Capacidade mínima: 2 lugares. Portas (mínimo): 2 portas + abertura no baú. Configuração / Porte: Furgão / Compacto. Baú: Baú refrigerado para transporte de animais domésticos. Combustível: Flex (álcool/gasolina). Potência Mín. Motor: 1.4 – 86cv(Álc.) / 84cv(Gás). Cilindros (mínimo): 4 em linha transversal com cilindrada unitária de 342cm 3 e 2 válvulas por cilindro (08 válvulas). Direção: Hidráulica. Câmbio: Manual. Freios: Sistema de freios ABS. Ar: Ar Condicionado e Ar quente. Travamento: travamento central das portas. Vidros elétricos: nas portas dianteiras. Sistema de alarme antifurto: Sim. Airbags: airbag duplo frontal. Som: som automotivo	5.800,00

				AM/FM/MP3, integração através de bluetooth, entrada USB para pendrive e com alto-falantes internos instalados no veículo. Seguro total com cobertura Compreensiva total: incluindo cobertura contra danos a terceiros. IPVA e Licenciamento: Devem estar pagos.	

1.2. Demais informações pertinentes ao itens objeto da licitação, estão disponibilizadas no Anexo II – Termo de Referência.

1.3. O prazo para o início da prestação dos serviços será de no máximo 15 (quinze) dias, a contar da data de assinatura do contrato. O prazo para a licitante vencedora disponibilizar os veículos, após novas solicitações, será de 03 (três) dias.

1.4. A licitante vencedora será responsável pela manutenção preventiva e corretiva do veículo, sendo que deverá fornecer carro reserva ou substituí-lo caso haja necessidade.

1.5. O valor utilizado como referência é em relação a locação de um veículo pelo período de um mês.

1.6. A presente contratação deve-se à necessidade de atendimento das tarefas de deslocamentos das Secretarias Municipais, no intuito de melhorar significativamente a qualidade e agilidade ao atendimento dos serviços do Município, bem como suprir as deficiências identificadas, uma vez que atualmente a Frota Municipal é insuficiente para atender a todas as demandas. A quilometragem máxima exigida neste Termo foi baseada nos índices de pesquisas realizados, cuja média nacional brasileira dos veículos de passeios pequenos a utilitários de pequeno porte, variam entre 13.000 e 14.000 quilômetros rodados em seu primeiro ano de uso. (fontes: kbb.com.br; webmotors.com.br; gazetadopovo.com.br).

1.7. A CONTRATADA deverá manter de forma visível no exterior do veículo a identificação no seguinte formato e tamanho:



2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO

2.1. Somente poderão participar deste certame as empresas do ramo, (inclusive consórcios e empresas estrangeiras) e em última instância, os interessados que comprovarem possuir os requisitos de qualificação exigidos neste Edital, para execução do seu objeto.

2.2. A Empresa interessada em participar do certame deverá estar credenciada junto ao portal Compras Eletrônicas RS, através do site www.compras.rs.gov.br, (Pregão Online

PREGÃO
ELETRÔNICO
Nº 38/2024

SCC
614/2024

OBJETO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, NA MODALIDADE MENSAL COM VEÍCULOS FIXOS, INCLUINDO DISPOSITIVO DE COBRANÇA AUTOMÁTICA DE PEDÁGIO, RASTREAMENTO, SEGURO TOTAL, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM O INTUITO DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SEBRAEPR.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA – RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS
20/01/2025 às 13:30

DATA DA SESSÃO PÚBLICA – ETAPA DE LANCES
20/01/2025 às 13:31

VALOR MÁXIMO DO EDITAL
R$ 6.952.563,20

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:
(X) ABERTO ( ) FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/MEI
( ) SIM (X) NÃO

PREÂMBULO

O SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO PARANÁ - SEBRAE/PR, por intermédio da sua pregoeira e da Comissão de Licitação, sediada na Rua Caeté, 150, Prado Velho, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA,** nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE, Resolução CDN n.º 493/2023, e demais legislação aplicável, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos, na modalidade de locação mensal com veículos fixos incluindo dispositivo de cobrança automática de pedágio, rastreamento, seguro total, manutenção preventiva e corretiva, com o intuito de atender às necessidades do SEBRAE/PR. As condições, quantidades e exigências a serem cumpridas estão detalhadas neste documento.

1.2 A descrição do objeto encontra-se disposta no **ANEXO I** deste edital, Termo de Referência.

1.3 O valor orçamentário para esta contratação será de R$ 6.952.563,20 (seis milhões novecentos e cinquenta e dois mil quinhentos e sessenta e três reais e vinte centavos) para toda a vigência do contrato, incluindo possíveis renovações que não poderão ultrapassar o período máximo de 120 (cento e vinte) meses.

1.4 As estimativas de valores e quantidades constituem em uma mera previsão dimensionada, não estando o SEBRAE/PR obrigado a realizá-las em sua totalidade, não cabendo à CONTRATADA o direito de pleitear qualquer tipo de reparação e/ou indenização. Portanto, o SEBRAE/PR se reserva ao direito de, a seu critério, utilizar ou não as quantidades previstas.

2. DA PARTICIPAÇÃO E DO IMPEDIMENTO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrados no Portal de Compras Públicas (www.portalde compraspublicas.com.br).

2.2 A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico do Portal de Compras Públicas, declare, nos campos próprios, que inexiste qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita os regulamentos do Sistema, relativos ao Pregão Eletrônico (Termo de Declaração).

2.3 A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no Pregão Eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização do acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

2.4 Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada Pregão Eletrônico.

2.5 O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

2.6 Para o exercício do direito ao tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123/2006, a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual (quando aplicável ao caso), deverá constar do registro da licitante junto ao Sistema.

2.7 São impedidas de participar desta licitação a pessoa jurídica:

2.7.1 que esteja enquadradas nas vedações previstas no art. 73, da Resolução CDN n.º 439/2023 – RLCSS.

2.7.2 que seja constituída em forma de consórcio;

2.7.3 que esteja em quaisquer das seguintes hipóteses: processo de falência, dissolução ou em liquidação;

2.7.4 que esteja cumprindo penalidade de suspensão aplicada pelo Sebrae Nacional e Sebrae/PR.

2.2.5 que tenha em seu quadro dirigentes ou empregados com qualquer grau de parentesco com o gestor ou fiscal da contratação, em atendimento ao princípio da impessoalidade e moralidade.

3. DAS PROPOSTAS

3.1. O valor das propostas, deverá ser enviado por meio eletrônico disponível no endereço www.portaldecompraspúblicas desde o momento da divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública.

3.2 A proposta de preço deverá apresentar o valor unitário do veículo sedan.

Descrição	Valor unitário mensal máximo	Valor unitário mensal proposto
Veículo Sedan	R$ 3.516,96	R$

3.2.2 A disputa de preços será pelo valor unitário mensal do veículo:

a) O valor máximo é de R$ ***3.516,96 (três mil, quinhentos e dezesseis reais e noventa e seis centavos).***
b) O critério de disputa e de julgamento será o menor valor unitário mensal.

3.3 Após fase de lances, a licitante vencedora deverá apresentar proposta final atendendo aos seguintes requisitos:
a) Utilizar o modelo de proposta do Anexo IV, redigida em língua portuguesa (salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente) e com clareza;
b) apresentar o valor final proposto, em moeda nacional, constando duas casas decimais após a vírgula, com a aplicação do desconto ofertado na fase de lances.

c) o valor ofertado deverá conter todas as despesas para fornecimento do equipamento do equipamento de monitoramento/rastreamento, instalação, manutenção, configuração, mensalidades referentes aos serviços de monitoramento/rastreamento e demais despesas que se fizerem necessárias.
d) indicar prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data marcada para o seu recebimento, ficando estabelecido que na omissão será considerado esse prazo.

3.4 O modelo de proposta constante do Anexo II é referência para a elaboração da proposta final mencionada no item anterior.

3.5 As propostas comerciais deverão ser apresentadas conforme item 3.2 e seguintes acima, que integra este edital.

4. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

4.1 O julgamento da habilitação se processará na forma prevista neste edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

4.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA: Para a habilitação jurídica a licitante deverá apresentar:

4.2.1 Prova de registro, no órgão competente, no caso de empresário individual;

4.2.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente;

4.2.3 Ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado, sem prejuízo da apresentação do documento exigido no item 4.2.2;

4.2.4. Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

4.3 REGULARIDADE FISCAL: Para comprovação da regularidade fiscal, deverá a licitante apresentar:

4.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ**;

4.3.2 Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS), **Estadual** e **Municipal** do domicílio ou sede da licitante, com validade igual ou posterior à data prevista para a abertura desta licitação.

4.3.3 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS,** com validade igual ou posterior à data prevista para a abertura desta licitação.

4.3.4 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir do dia imediatamente posterior ao da proclamação da empresa vencedora da licitação, prorrogável por igual período, a critério do

Prefeitura Municipal de Piên - 2025

Saldos da licitação

Pregão 000039/2022 - Eletrônico

Equipiano

	Preço unitário atual	Quantidade atual	Valor atual	Qtde/Valor remanejado	Qtde requisitada com contrato	Qtde requisitada sem contrato	Quantidade a requisitar	Valor requisitado com contrato	Valor requisitado sem contrato	Saldo a requisitar
Lote: 001 Nome: Lote 001		363,00	906.109,55	0,00	340,5204	0,00	22,4796			56.703,82
Item: 001	2.944,29	99,00	270.119,60	0,00	93,1537	0,00	5,8463			17.213,20
Produto: 24127 LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - CAMINHONETE PICK-UP								Unidade de medida:	UN	
Solicitante: 000933 CLAUDEMIR JOSE DE ANDRADE										
Local: 000201 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		99,00	270.119,60	0,00	93,1537	0,00	5,8463			17.213,20
Item: 002	2.022,80	165,00	309.299,10	0,00	152,1667	0,00	12,8333			25.959,20
Produto: 24128 LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - VEÍCULO 5 PASSAGEIROS								Unidade de medida:	UN	
Solicitante: 000933 CLAUDEMIR JOSE DE ANDRADE										
Local: 000201 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		165,00	309.299,10	0,00	152,1667	0,00	12,8333			25.959,20
Item: 003	3.836,39	66,00	234.643,27	0,00	63,4667	0,00	2,5333			9.718,73
Produto: 24129 LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - VEÍCULO MINI VAN								Unidade de medida:	UN	
Solicitante: 000933 CLAUDEMIR JOSE DE ANDRADE										
Local: 000201 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		66,00	234.643,27	0,00	63,4667	0,00	2,5333			9.718,73
Item: 004	3.009,94	33,00	92.047,58	0,00	31,7333	0,00	1,2667			3.812,69
Produto: 24130 LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - VEÍCULO AUTOMOTOR FURGÃO								Unidade de medida:	UN	
Solicitante: 000933 CLAUDEMIR JOSE DE ANDRADE										
Local: 000201 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		33,00	92.047,58	0,00	31,7333	0,00	1,2667			3.812,69
TOTAL DA LICITAÇÃO:			**906.109,55**							**56.703,82**

* estorno de req.compra sem estorno de empenho ou cancelamento de RP ou processo não finalizado (saldo não estornado)

COTAÇÃO DE PREÇOS - locação de veiculos												
ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	A. SANTOS	PREFEITURA PIÊN 2024	SEBRAE PE 38/2024	PREF SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	PREFEITURA SAPIRANGA	MÉDIA	MENSAL POR TOTAL DE VEICULOS	VALOR TOTAL
1	CAMIONETE PICK – UP	MÊS	3	R$ 5.000,00	R$ 2.944,29			R$ 4.100,00	R$ 4.014,76	R$ 12.044,28	R$ 144.531,36
2	VEÍCULO 5 PASSAGEIRO	MÊS	6	R$ 4.000,00		R$ 3.516,96		R$ 2.949,50	R$ 3.488,82	R$ 20.932,92	R$ 251.195,04
3	VEÍCULO MINI VAN	MÊS	3	R$ 7.500,00	R$ 3.836,39		R$ 4.500,00		R$ 5.278,80	R$ 15.836,40	R$ 190.036,80
4	VEÍCULO AUTOMOTOR FURGÃO	MÊS	1	R$ 6.000,00	R$ 3.009,94		R$ 3.000,00		R$ 4.003,31	R$ 4.003,31	R$ 48.039,72
									TOTAL	R$ 52.816,91	R$ 633.802,92

ADMINISTRAÇÃO	R$ 41.862,84
PLANEJAMENTO	R$ 131.902,80
SAÚDE	R$ 126.691,20
EDUCAÇÃO	R$ 63.345,60
ASSISTENCIA	R$ 41.862,84
AGRICULTURA	R$ 48.177,12
RODOVIARIO	R$ 48.177,12
GOVERNO	R$ 41.862,84
CULTURA	R$ 48.039,72
DESENVOLVIMENTO	R$ 41.862,84

46

PROTOCOLO Nº 2059/2025
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

1) OBJETIVO: Contratação de empresa para locação de veículos automotores.

2) MODALIDADE: Pregão eletrônico.

3) VALOR MÉDIO ESTIMADO: R$ 633.802,92 (Seiscentos e trinta e três mil oitocentos e dois reais e noventa e dois centavos).

4) FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 (trinta) dias após emissão de Nota Fiscal.

5) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme LOA 2024

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL 10.001.08.244.0012.2028. 3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS 03.001.04.122.0003.2004.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 08.001.12.361.0009.2017.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER 09.001.13.392.0010.2022.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE SAÚDE 11.001.10.301.0014.2030.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 07.002.20.606.0008.2013.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE GOVERNO 02.001.04.122.0002.2003.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO 04.001.04.121.0004.2007-3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS 05.001.15.452.0005.2009.3.3.90.39.14.00

6) RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
(Ø) Há disponibilidade.
( ) Não há disponibilidade.
( ) Quando se tratar de Registro de Preços o Saldo Orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/Empenho.
( ) Necessita suplementação.

José Luiz de Barros
Contador CRC/PR 049922/O-8
Matrícula 35076-1
14/01/2025

47

7) RECURSOS FINANCEIROS:

(X) Há previsão de recursos financeiros e será incluído na Programação de acordo com a disponibilidade .

( ) Não há previsão recursos financeiros.

8) Declaramos que a análise da regularidade orçamentária e legal foi feita pelo órgão solicitante, de acordo com as informações constantes no processo e epígrafe, em conformidade com o que dispões os Arts. 16 e 17 da LC 101/00.

( ) Quando se tratar de Registro de Preços o Saldo Orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/Empenho.

( ) Necessita suplementação.

Silvana Teixeira Jung
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Decreto 229/2023
14 / 01 / 25

PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2025

PROCESSO N° 2059/2025

TIPO: MENOR PREÇO – POR LOTE

1.1. O Município de Piên, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Ministério da Fazenda CNPJ/MF sob o n.º 76.002.666/0001-40, sediada na Rua Amazonas, Piên, Paraná, CEP: 83.860-000, por intermédio do Setor de Licitação e Compras, torna público que realizar-se-á licitação sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, através da plataforma eletrônica "www.bll.org.br", objetivando a **Contratação de empresa para locação de veículos automotores,** conforme itens descritos no ANEXO I Termo de Referência desse edital.

1.2. Rege a presente licitação, a Lei Federal n° 14.133/21, a Lei Complementar 123/2006 observadas as alterações posteriores e demais legislações aplicáveis.

1.3. REPARTIÇÃO INTERESSADA: **Secretarias Municipais.**

1.4. O PREGÃO será realizado conforme datas abaixo:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **Até às 09:29 do dia 03 de fevereiro de 2025.**

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **às 09:30 horas do dia 03 de fevereiro de 2025.**

1.5. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: www.bll.org.br "Acesso Identificado no *link* - licitações".

1.6. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

1.7. Para participação na licitação, os interessados deverão providenciar o seu cadastramento, sua certificação e seu credenciamento no portal de licitações, sistema portal de licitações bolsa de licitações e leilões do Brasil - BLL, de acordo com a Licença de Uso de Software celebrado com o Município de Piên.

1.8. A proponente licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos no **item 1.4** deste Edital.

1.9. O edital completo poderá ser obtido no endereço eletrônico https://www.pien.pr.gov.br/licitacoes e www.bll.org.br.

1.10. O PREGÃO será conduzido pelo pregoeiro, auxiliado pela EQUIPE DE APOIO, designados pela Portaria nº 024/2024.

2. OBJETO DO PREGÃO:

2.1. Contratação de empresa para locação de veículos automotores.

3. TIPO DO PREGÃO:

3.1. Este PREGÃO ELETRÔNICO é do tipo **MENOR PREÇO – POR LOTE.**

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. As despesas provenientes da presente contratação serão pagas através da dotação abaixo:

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL 10.001.08.244.0012.2028. 3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS 03.001.04.122.0003.2004.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 08.001.12.361.0009.2017.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER 09.001.13.392.0010.2022.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE SAÚDE 11.001.10.301.0014.2030.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 07.002.20.606.0008.2013.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE GOVERNO 02.001.04.122.0002.2003.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO 04.001.04.121.0004.2007-3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS 05.001.15.452.0005.2009.3.3.90.39.14.00

5. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

5.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da ***INTERNET,*** mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão Eletrônico (Licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões.**

5.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do Município de Piên, denominado pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BLL Compras" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bll.org.br).

6. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO:

6.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a inscrição e cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa previsto no item **1.4.**

7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

7.1. Poderão participar desta licitação todos os interessados que atenderem a todas as exigências de habilitação contidas neste Edital e seus anexos, pertencentes ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

7.2. Consideram-se Micro e Pequenas Empresas aptas à participação no certame aquelas que preenchem os requisitos do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no parágrafo 4º do referido art. 3º.

7.2.1. Conforme o inciso I do § 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 considera-se **microempresa**, aquela que aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

7.2.2. Conforme o inciso II do § 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 considera-se **empresa de pequeno porte**, aquela que aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

7.2.3. O Microempreendedor Individual (MEI) é equiparado à microempresa, possui natureza jurídica de empresário individual e é optante pelo Simples Nacional, considera-se MEI aquele que aufira receita bruta anual de até R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), conforme § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

7.4. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

7.5. Não será admitida a participação, direta ou indiretamente, na licitação:

a) de servidores ou dirigentes de órgão do Município de Piên ou de pessoas jurídicas cujos sócios sejam servidores ou dirigentes de órgão do Município de Piên;

b) de empresas estrangeiras que não funcionem no País;

c) de interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

d) de empresas com participação societária entre si e empresas do mesmo grupo econômico de direito e/ou de fato, exceto para propostas para itens ou lotes distintos;

e) de empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado (quando for o caso);

f) também estão abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, e ainda, aqueles declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, a ser verificado no momento do credenciamento dos interessados;

7.6. Para fins de verificação de atendimento à alínea "f" do item 7.5, após o credenciamento dos interessados será realizada consulta:

a) Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CGU, disponível no Portal da Transparência;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ;

d) Detalhamento da Penalidade - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

e) Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal.

7.6.1. A verificação do item 7.6 alíneas "a" a "e" será realizada após o licitante ser declarado vencedor, momento que será possível a identificação do mesmo.

7.7. No caso de constar Certidão Positiva em relação aos débitos e se tratando o licitante de Micro ou Pequena Empresa, enquadradas no disposto no **item 5.2.** Sagrando-se vencedor do certame, está fará jus ao prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar a Certidão Negativa de Débitos ou a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, em atendimento ao disposto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

7.8. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

7.8.1. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à corretora associada, por meio de seu operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações e Leilões.

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações e Leilões.

c) O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações e Leilões.

7.8.2. As MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL deverão declarar no campo INFORMAÇÕES ADICIONAIS, na oportunidade de credenciamento, a sua condição de ME ou EPP, para que possam ter o direito de participar, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

8.1. O certame será conduzido pelo pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

c) abrir as propostas de preços;

d) analisar a aceitabilidade das propostas;

e) desclassificar propostas indicando os motivos;

f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

h) declarar o vencedor;

i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

j) elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;

k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

8.2 CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL

8.2.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item **7.8.1. "a"**, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à **Bolsa de Licitações e Leilões**, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

8.2.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

8.2.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

8.2.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BLL - Bolsa De Licitações e Leilões.**

8.2.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.2.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

8.2.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o andamento do processo, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.3. DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO

8.3.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias ou licitante direto) e subsequente cadastramento para participar do pregão e encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

8.3.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

8.3.3. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e 3091-9654, ou através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail contato@bll.org.br

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

9.1 Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até as **09:29 horas do dia do pregão**, horário de Brasília/DF, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.1.1. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.1.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.2. Até a abertura da sessão pública os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.3. O licitante deverá dar oferta de forma clara e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

9.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

9.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

Valor unitário;

Valor total;

10.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens/serviços.

10.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.4. Nos termos do Convênio ICMS nº 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

10.5. Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional deverão apresentar a proposta de preços com a carga tributária completa.

10.6. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, especialmente no tocante ao preço máximo fixado.

10.7. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.9. A proposta deverá ser anexada na plataforma da BLL sempre antes da sessão, não podendo ser anexada após o certame.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

11.1. A partir das **09:30 horas do dia do pregão**, horário de Brasília/DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico www.bll.org.br, será aberta por comando do pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas passando o pregoeiro a avaliar a devida aceitabilidade.

11.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, de plano, aqueles que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que identifiquem o licitante, bem como aquelas que não estejam em conformidade com os outros requisitos estabelecidos neste Edital.

11.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.4. Também será desclassificada a proposta que não conste a marca dos produtos, se este for o caso.

11.5. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.6. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste edital, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

12. DA FORMULAÇÃO DE LANCES:

12.1. A partir das **09:30 horas do dia do pregão**, horário de Brasília/DF, será aberta a sessão pública de disputa de preços na internet, no sítio eletrônico www.bll.org.br, por comando do pregoeiro.

12.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

12.3. Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

12.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

12.5. O licitante somente poderá oferecer **lance inferior** ao último que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

12.6 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R$ 0,10 (dez centavo).**

12.7. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

12.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

12.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

12.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

12.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

12.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

12.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

12.15. Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.16. Caso a desconexão do pregoeiro persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será **suspensa automaticamente** e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.bll.org.br.

12.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12.18. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos em lei.

12.18.1. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 12.18, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

12.19. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

12.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

12.20.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.20.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.22. Os fornecedores, a qualquer momento, depois de finalizado o processo, poderão registrar questionamentos ao pregoeiro via Sistema, acessando a sequência "Relatório de Disputa" / "Chat de Mensagens" / "Enviar Mensagens", para cada lote disputado. Esta opção estará disponível até o momento da declaração de vencedor no Sistema.

12.23. O pregoeiro/equipe de apoio responderá os questionamentos formulados pelos licitantes, via Sistema, ficando registradas no Relatório da Disputa as mensagens tanto dos licitantes quanto as respostas do pregoeiro.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

13.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

13.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final **superior** ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

13.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.6. O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas sob pena de não aceitação da proposta.

13.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo pregoeiro.

13.7.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

13.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.9. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.

13.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

60

14. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

14.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro efetuará consulta aos cadastros descritos nos **subitens 7.6.** a fim de comprovar a regularidade de situação do autor da proposta.

14.2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.3. Após as consultas delineadas no item 14.1, o pregoeiro examinará os documentos de habilitação exigidos abaixo que devem ser anexados antes da sessão, com tudo se não forem o pregoeiro pode convocar via chat concedendo um prazo, conforme determina o inciso II do artigo 63 da Lei 14.133.

a) Em hipótese alguma será aceito documento emitido após o prazo concedido.
b) A proposta deve sempre ser anexada antes da sessão sob pena de desclassificação.
c) Os demais casos não previstos nesse edital serão resolvidos via sistema, no chat, pelo pregoeiro, sempre respeitando as leis vigentes.

14.3.1 Habilitação Jurídica:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado (Caso esse documento já tenha sido entregue no credenciamento fica dispensada sua entrega novamente);

b) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (Cartão de Identificação), com prazo de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, contados retroativamente da data de abertura da licitação;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

14.3.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (que abrange inclusive as contribuições sociais);

d) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais;

e) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais de sua sede;

14.3.3 Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão Negativa de Recuperação judicial e Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a (90) noventa dias da abertura do certame.

61

14.3.4 Qualificação Técnica:

a) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, emitido por órgãos públicos ou privados, comprovando aptidão para características técnicas similares às do objeto, quantidades e prazos;

a.1) O Atestado fornecido por órgão privado deve ser preferencialmente assinado de forma digital, caso seja assinado manualmente o pregoeiro poderá solicitar o reconhecimento de firma se achar necessária a comprovação da autenticidade do documento.

a.2) O(s) Atestado(s) poderão ter sua autenticidade comprovada.

14.3.5 Documentação Complementar

a) Declaração, nos moldes do **ANEXO III** deste edital, sob as penas da Lei, que:

1) não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

2) nenhum dos sócios da proponente é servidor ou dirigente de órgão do Município de Piên;

3) não está suspensa temporariamente de participar em licitação ou impedida de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

4) não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;

5) até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

b) Declaração que cumpre os requisitos de habilitação conforme modelo ANEXO VII

c) No caso de a empresa se enquadrar em regime de tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar declaração conforme modelo do ANEXO VIII acompanhada de comprovante.

14.4. A participação nas condições previstas no item **14.3**, implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no parágrafo quarto, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

14.4.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

14.4.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às mesmas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.4.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no **subitem 14.4.2**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

14.5. Todas as certidões exigidas deverão ser expedidas pela sede do domicílio da licitante.

14.6. Havendo licitante que possua matriz e filiais, toda documentação deverá ser apresentada para empresa que estiver apresentando a proposta, ou seja, se a proposta for da matriz, toda documentação deverá referir-se à matriz e se for a filial, toda documentação deverá referir-se à filial.

14.7. Não serão aceitos protocolos de solicitação de certidões ou de quaisquer outros documentos em substituição daqueles exigidos no presente Edital e seus Anexos.

14.8. A falta ou irregularidade de qualquer dos documentos mencionados acarretará a inabilitação do concorrente.

14.9. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

14.9.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

14.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

15. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

15.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) horas a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

a) apresentar o número do processo licitatório – PREGÃO;

b) apresentar a razão social da proponente, CNPJ, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail), se houver, para contato;

c) especificação completa do produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação;

d) apresentar o prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de sua

apresentação, sendo que a omissão do prazo de validade na proposta de preços da licitante importará no cumprimento da validade mínima de 60 (sessenta) dias;

e) apresentar preço unitário final após o percentual de desconto, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo, fixo, **com duas casas decimais (Ex.: R$ 1,12)** e irreajustável apurado à data da apresentação da proposta, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária; em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros;

f) incluir nos preços propostos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do PREGÃO, envolvendo, frete e entre outras despesas, tributos de qualquer natureza, encargos sociais e comerciais, etc.

g) No caso de Micro ou Pequena Empresa ou Microempreendedor Individual conter declaração expressa de que a proponente se enquadra no regime tributário de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP), desde que atenda aos preceitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

h) Indicar e-mail para envio da Nota de Empenho e demais informações pertinentes ao processo, além de conter declaração que se responsabiliza pela comunicação feita pelo e-mail indicado. (A ausência desta declaração não gera desclassificação da proposta).

15.2. Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o **MENOR PREÇO – POR LOTE.**

15.3. Serão **desclassificadas** as propostas que:

a) Contenham **mais de três casas decimais;**

b) Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente incompatíveis com o mercado, por decisão do pregoeiro;

c) Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

d) Sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do produto licitado.

16. DA GARANTIA:

16.1. Não será exigida a prestação de garantia, para a contratação decorrente deste pregão.

17. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL:

17.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

17.1.1. A pretensão referida no **subitem 17.1** pode ser formalizada por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço eletrônico BLL. Também será aceito pedido de esclarecimentos encaminhado por meio do *e-mail* licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br ou através do telefone (41) 3632-1136, este ultimo apenas informal.

17.1.2. Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do edital, passando a integrar os autos do PREGÃO, dando-se ciência às demais licitantes.

18. PROVIDÊNCIAS/IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

18.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até **03 (Três) dias úteis anteriores** à data fixada para recebimento das propostas.

18.1.1. As medidas referidas no **subitem 18.1** poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do Edital, devidamente protocolado no endereço eletrônico BLL. Também será aceito pedido de providências ou de impugnação encaminhado por meio do *e-mail* licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br.

18.1.2. A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do PREGÃO. Além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do PREGÃO.

18.1.3. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificação do ato convocatório do PREGÃO, além da alteração decorrente, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

19. RECURSO ADMINISTRATIVO E REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

19.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **trinta minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

19.2. Havendo quem se manifeste, caberá o pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

19.2.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

19.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

19.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

19.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no site da prefeitura municipal.

19.5. A sessão pública poderá ser reaberta:

19.5.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

19.5.2. Quando houver erro na aceitação melhor preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

19.5.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

19.5.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

20.1. Todas as sanções aplicáveis que cingem este processo estão referidas na minuta do contrato em **ANEXO II** a este.

21. ADJUDICAÇÃO:

21.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da proponente, importará na decadência do direito de recurso, competindo o pregoeiro adjudicar o objeto do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

21.2. Existindo recurso e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do mesmo, a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do objeto do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

22. HOMOLOGAÇÃO:

22.1. Cabe à Autoridade Competente homologar o PREGÃO.

22.2. A partir do ato de homologação será(ão) convocada(s) a(s) proponente(s) adjudicatária(s) para assinar o Contrato, respeitada a validade de sua proposta.

23. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO PREGÃO:

23.1. O resultado final do PREGÃO será comunicado às proponentes e publicado no site www.diariomunicipal.com.br/amp também no site oficial do Município de Piên, endereço www.pien.pr.gov.br.

24. CONTRATO:

24.1. Os itens objeto deste PREGÃO serão registrados em **CONTRATO** e contratados consoante às regras próprias do Sistema.

24.2. A proponente adjudicatária deverá assinar digitalmente o contrato, com certificado digital valido.

24.2.1. Não sendo assinada o contrato, poderá o órgão licitante convocar as outras proponentes classificadas, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

24.3. A convocação referida pode ser formalizada por qualquer meio de comunicação que comprove a data do correspondente recebimento, inclusive por e-mail.

24.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Licitante. Não havendo decisão, a assinatura do contrato deverá ser formalizada até o 5º (quinto) dia útil, contado da data de convocação.

24.5. Para a assinatura do contrato, a Licitante poderá verificar, por meio da Internet, a regularidade da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (que abrange inclusive as contribuições sociais), o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

24.6. Também para assinatura do contrato, a proponente adjudicatária deverá indicar o representante legal ou procurador constituído para tanto, acompanhado dos documentos correspondentes.

24.7. A recusa injustificada de assinar o contrato, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da proponente adjudicatária, sujeitando-se às sanções previstas na minuta do contrato que faz parte deste edital.

24.8. O contrato poderá sofrer alterações, respeitadas as disposições contidas na lei federal 14.133/21.

24.9. O contrato terá vigência **de 12 (doze) meses, a contar da data da sua publicação, podendo ser prorrogado.**

25. ENTREGA DOS ITENS OBJETO DO PREGÃO:

25.1. Conforme consta no Termo de Referência ANEXO I deste edital.

26. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

26.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

26.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

26.3. No caso de reprovação do objeto, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

26.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

26.5. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia subsequente ao do esgotamento do prazo.

26.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

26.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

26.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

27. LOCAL DA ENTREGA DOS ITENS:

27.1. - Após a emissão da autorização de fornecimento com o número do empenho a empresa contratada deverá disponibilizar o veículo no Setor de Frotas dentro de 3 dias úteis o veículo reserva similar ao solicitado, e no prazo de 30 (trinta) dias úteis o veículo oficial zero Km.

28. PAGAMENTO:

28.1. O pagamento será feito por crédito em conta bancária da licitante vencedora ou via boleto bancário no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota Fiscal/fatura, estando condicionado à aceitação e atesto da Secretaria solicitante.

28.1.1. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

28.2. O Município de Piên reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para pagamento se os bens/serviços fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em Edital.

28.3. A Nota Fiscal deverá ser apresentada sem rasuras, em letra bem legível, em nome do Município de Piên, CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, indicando o número de conta corrente para pagamento, o nome do Banco e a respectiva Agência, e, ainda, os materiais/serviços fornecidos.

28.4. Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura junto as secretarias, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente INPC, entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e efetivo pagamento.

28.5. Nos termos do Decreto Municipal nº 157/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens quanto prestação de serviços, inclusive obras de construção civil, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

28.6. Nos termos do artigo 98 e seguintes do Código Tributário Municipal (Lei Municipal n.º 1.485/2022) também será possível a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços.

28.7. Será possível ainda, que a CONTRATANTE, nos casos legalmente previstos, efetue a retenção de INSS.

29. DISPOSIÇÕES FINAIS:

29.1. As normas disciplinadoras deste PREGÃO serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança do contrato dela decorrente.

29.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste PREGÃO, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

29.2.1. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

29.2.2. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato/fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos neste EDITAL, desde que não haja comunicação do pregoeiro em sentido contrário.

29.3. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

29.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis à exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública do PREGÃO.

29.5. A proponente assume o custo para a preparação e apresentação de sua proposta, sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta despesa, independentemente da condução ou do resultado do PREGÃO.

29.6. Em qualquer fase do PREGÃO, caberá ao representante da licitante comprovar a exequibilidade da proposta ou lance, durante a própria sessão, implicando em desclassificação da proposta quando, inquirido, não comprovar por qualquer meio de prova admitida em direito.

29.7. A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.

29.8. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do PREGÃO.

29.9. A proponente contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor de cada contrato ou outro instrumento hábil derivado do Contrato salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, que poderão ultrapassar o limite indicado.

29.10. Os casos omissos neste EDITAL DE PREGÃO serão solucionados pelo pregoeiro, com base na legislação federal e municipal incidentes, e nos princípios gerais de direito.

29.11. Será competente o foro da Comarca de Rio Negro, Estado do Paraná, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste PREGÃO

30. RELAÇÃO DE ANEXOS

30.1. Integram o presente edital os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Minuta do contrato
ANEXO III	Modelo de Declarações
ANEXO IV	Modelo de Proposta de Preços
ANEXO V	Procuração Nomeando Representante Legal
ANEXO VI	Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico De Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões Do Brasil - BLL
ANEXO VII	Modelo de Declaração que cumpre os requisitos de habilitação
ANEXO VIII	Modelo de Declaração de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Piên/PR, 16 de janeiro de 2025.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças
Decreto Municipal nº 229/2023

71

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

2.1. Contratação de empresa para locação de veículos automotores.

2. ESPECIFICAÇÕES

2.1. As especificações do objeto estão estabelecidas abaixo:

Lote	Item	Descrição dos itens	Uni.	Quant.	Média Mensal Unitário	Média Mensal Total	Média Anual Total
1	1	CAMIONETE PICK – UP; Cabine simples, 0 KM ou até com 2 anos de uso com no máximo 30 mil km. Combustível: Flex. Vidros elétricos dianteiros e acionamento com um toque pra cima/baixo e sistema antiesmagamento, vidros verdes, travas elétricas das portas a 20 km/h, tapetes , cinto de segurança laterais retráteis de 3 pontos dianteiros, direção hidráulica ou elétrica, ar condicionado original de fabrica instalado pela montadora, capacidade mínima para 2 passageiros, sistema de som com auto falante e conexão USB, alarme anto-furto, air – bag para motorista e passageiro, espelhos retrovisores, motor igual ou acima de 1,3 L: tanque de combustível no mínimo 45 litros; faróis de neblina, potência mínima de 85 CV ; Transmissão tipo manual com no mínimo 05 (cinco) marchas sincronizadas à frente e 01 (uma) à ré; Capota marítima; abertura e fechamento das portas e vidros por controle remoto, pneus radiais a partir de R15', protetor e carter, pintura cor branca. Pneu sobressalente, extintor de incêndio de acordo com a nova legislação de trânsito, macaco, triângulo e chave de rodas e demais equipamentos básicos possíveis existentes. Carroceria: Capacidade mínima de 600 Kg	Veículo	3 veículos pelo período de 12 meses	R$ 4.014,76	R$ 12.044,28	R$ 144.531,36

	2	VEÍCULO 5 PASSAGEIRO 0KM SEDAN: Combustível: FLEX – Cor: Branca, direção: HIDRÁULICA/ELÉTRICA – Possui 04 portas – Freios: ABS e AIRBAG DUP: Possui – Câmbio: MANUAL – Distância Entre Eixos: MÍNIMA DE 2.450 MM – Motorização: 1.0 ou superior – Possui: TRIO ELÉTRICO (TRAVA, VIDRO), AR-CONDICIONADO e RÁDIO AM/FM + ENTRADA USB + 2 ALTO FALANTES. Alarme anti-furto, Pneu Radial aro 14 ou superior + Pneu Sobressalente, Protetor de Carter	Veículo	6 veículos pelo período de 12 meses	R$ 3.488,82	R$ 20.932,92	R$ 251.195,04
	3	VEÍCULO MINI VAN, ZERO KM, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 7 LUGARES (MOTISTA E PASSAGEIROS), QUE DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ANO/MODELO 2021/2022, ZERO KM, COR BRANCA, POTÊNCIA MÍNIMA 1.8. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (MÍNIMAS) – VEÍCULO 0 KM, QUE DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTES ESPECIFIAÇÕES E CARACTERÍTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: CAPACIDADE 7 LUGARES (MOTORISTA E PASSAGEIRO); AIR BAG DUPLO; FREIOS ABS; POTÊNCIA MÍNIMA DO MOTOR: 1.8; CÂMBIO MANUAL COM 5 MARCHAS Á FRENTE E 1 À RÉ; COR BRANCA; DIREÇÃO HIDRÁULICA; RODAS DE AÇO ESTAMPADO, COM NO MÍNIMO ARO 14; VEÍCULO EQUIPADO COM AR CONDICIONADO ; DESEMBAÇADOR DE VIDRO TRASEIRO; TRAVS ELÉTRICAS DE TODAS AS PORTAS; VIDROS ELÉTRICOS NO MÍNIMO DIANTEIROS; COMBUSTÍVEL: GASOLINA / ETANOL (FLEX); COMPUTADOR DE BORDO; CAPACIDADE MÍNIMA DO PORTA-MALAS 500 LITROS; TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 LITROS; PROTETOR DE CARTER ; TAPETES DE BORRACHA ,	Veículo	3 veículos pelo período de 12 meses	R$ 5.278,80	R$ 15.836,40	R$ 190.036,80

	TRAVA E ALARME, SULFILMADO DENTRO DAS NORMAS BRASILEIRAS, EQUIPADO COM OS DEMAIS ITENS DA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO BRASILEIRA; Rádio FM/AM com conexão USB e Bluetooth.					
4	VEÍCULO AUTOMOTOR FURGÃO: - Zero KM, Cor Sólida, branco – Zero Km – motorização mínima de 1.3 – Combustível: Álcool/Gasolina (Biocombustível) – Câmbio de no mínimo 05 marchas a frente e 01 a ré – 04 portas, sendo: duas de abrir (uma para o motorista e outra para o passageiro) e 02 na parte de trás – com direção hidráulica ou elétrica – com ar condicionado – Alarme e Trava – Sufilme nos vidros dentro das normas brasileiras – carga mínima de 600 kgs- capacidade volumétrica mínima do baú de 3.000 its – com jogo de tapetes borracha – Air Bag duplo – Freios ABS – com todos os acessórios que atendem ao código nacional de trânsito.	Veículo	1 veículo pelo período de 12 meses	R$ 4.003,31	R$ 4.003,31	R$ 48.039,72
			TOTAL LOTE R$ 633.802,92				

2.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

2.5. REQUESITOS DE CONTRATAÇÃO:

2.5.1 Após a emissão da autorização de fornecimento com o número do empenho a empresa contratada deverá disponibilizar o veículo no Setor de Frotas dentro de 3 dias úteis o veículo reserva similar ao solicitado, e no prazo de 30 (trinta) dias úteis o veículo oficial zero Km.

2.5.2 O veículo entregue deverá ser 0 km, devendo ser substituídos com o máximo 36 (trinta e seis) meses. Os veículos devem ser substituídos por veículos e equipamentos novos (0 km), com as mesmas características, após 12 (doze) meses de utilização no caso de o veículo não atender a finalidade a que se destina em virtude de suas condições precárias e falta de segurança. No caso do item 1 do objeto, será aceito veículo com até 2 anos de fabricação e com 30 mil km ou menos, devido à dificuldade que tem hoje para fazer aquisição de veículos de carga no mercado.

2.5.3 A empresa deverá disponibilizar um veículo adequado ao município durante a vigência do contrato, com quilometragem livre, emplacadas no estado do Paraná, devendo ser prioridade a manutenção preventiva e corretiva do veículo, como a troca de pneus, considerando os veículos rode uma média de 200 quilômetros por dia.

2.5.4 A manutenção deverá ocorrer preferencialmente em sede própria, porém não será impedido de fazê-lo em fornecedores credenciados com sede em Curitiba ou Região Metropolitana de Curitiba/PR.

2.5.5 Quando da solicitação de substituição dos veículos, ou por pane em via pública ou mesma a variação/sinistro, deverá ocorrer imediatamente, não ultrapassando limite de 02 (duas) horas após a comunicação a contratada, podendo afetar o bom andamento das funções de segurança e diligência da guarda municipal e trânsito.

2.5.6 Ficará a cargo da contratada a substituição dos veículos por outro do mesmo tipo, marca e especificações em caso de acidente, falhas mecânicas, furto e/ou qualquer outra situação que o afaste dos serviços.

2.5.7 A contratada deverá disponibilizar imediatamente veículos para substituir o sinistrado ou avariado como também uma reserva técnica de 25% (vinte e cinco por cento).

2.5.8 Em caso de acidente com o veículo, a responsabilidade pela integridade das vítimas e seus empregados será exclusiva da locadora, na forma do Decreto nº 61.784/67.

2.5.9 Arcar com todos os impostos referentes ao veículo (IPVA, seguro obrigatório e licenciamento). Estar de acordo com todas as normas estabelecidas pela Agência Nacional que regulamenta o transporte de passageiros.

2.5.10 Providenciar seguro para todos os veículos locados com cobertura total em danos pra terceiros e ocupantes do veículo, contra furto/roubo.

2.5.11 No ato da assinatura da Ata de Registro de Preço, a locadora deverá apresentar comprovante de recolhimento de IPVA e isenção de multas do veículo; comprovante de seguro contra terceiros e passageiros.

2.5.12 Os serviços de borracharia (de pequeno porte) ficarão a cargo da administração (locatária) e manutenção de aparência (lavagem).

2.5.13 Os serviços de substituição de pneus, consertos de grande porte, serviços de troca de óleo e filtro e fluido de freios ficarão a cargo da contratada (Locadora)

2.5.14 A locatária se responsabilizará pelas eventuais multas/infração de trânsito decorrentes da utilização dos veículos locados quando em uso pelos seus prepostos quando eles se encontrem na atribuição das suas atividades.

3. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 633.802,92 (Seiscentos e trinta e três mil oitocentos e dois reais e noventa e dois centavos), conforme custos estimados descritos na tabela acima.

3.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

3.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada.

3.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

3.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

3.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO/POR LOTE.

5. JUSTIFICATIVA

5.1. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO:

A necessidade da realização desse pregão, se faz necessários devido à falta de veículos que temos em nosso município para atender as demandas das Secretarias e da população. Para não parar ou deixar de prestar algum serviço a população estamos entrando com o processo de licitação para contratação de uma empresa que nos atenda com os veículos abaixo conforme demanda de cada secretaria.

A locação de veículos permite maior flexibilidade no atendimento às demandas do município, uma vez que o contrato pode ser ajustado em função das necessidades específicas, como o aumento temporário da frota em períodos de maior demanda ou a substituição imediata de veículos em caso de avaria.

Com a locação, os custos de manutenção, seguro, licenciamento e depreciação dos veículos são transferidos para a empresa contratada. Isso resulta em uma economia significativa para o órgão público, que não precisa imobilizar recursos financeiros em bens de capital ou arcar com despesas inesperadas relacionadas à frota. A responsabilidade pela manutenção e gestão da frota é transferida à empresa locadora, reduzindo riscos operacionais e garantindo maior disponibilidade de veículos para uso.

A locação possibilita o uso de veículos mais modernos e eficientes, com menor consumo de combustível e menor emissão de poluentes, contribuindo para a sustentabilidade ambiental. Além disso, a renovação periódica da frota elimina o risco de obsolescência tecnológica.

6. FONTE ORÇAMENTARIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Piên.

6.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL
10.001.08.244.0012.2028. 3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.04.122.0003.2004.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.001.12.361.0009.2017.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

09.001.13.392.0010.2022.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE SAÚDE 11.001.10.301.0014.2030.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 07.002.20.606.0008.2013.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE GOVERNO 02.001.04.122.0002.2003.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO 04.001.04.121.0004.2007-3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS 05.001.15.452.0005.2009.3.3.90.39.14.00

7. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

7.1. A habilitação dos interessados em participar da presente licitação ocorrerá nos exatos termos do seu edital.

8. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. Após a emissão da autorização de fornecimento com o número do empenho a empresa contratada deverá disponibilizar o veículo no Setor de Frotas dentro de 3 dias úteis o veículo reserva similar ao solicitado, e no prazo de 30 (trinta) dias úteis o veículo oficial zero Km.

9. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. No caso de reprovação do objeto, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

9.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.5. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia subsequente ao do esgotamento do prazo.

9.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato ou ata de registro deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato ou ata de registro, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato ou ata de registro, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6. A execução do contrato ou ata de registro deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

10.6.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

10.7. O fiscal do contrato ou ata de registro anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato ou ata de registro ou da entrega do produto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.7.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.7.2. O fiscal do contrato ou ata de registro informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.7.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.7.4. O fiscal do contrato ou ata de registro comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10.8. O fiscal do contrato ou ata de registro verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.9. O gestor do contrato ou ata de registro coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.10. O gestor do contrato ou ata de registro acompanhará os registros realizados pelos fiscais deles, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.11. O gestor do contrato ou ata de registro acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.12. O gestor do contrato ou ata de registro emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

10.13. O gestor do contrato ou ata de registro tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.14. O gestor do contrato ou ata de registro deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10.15. O gestor do contrato ou ata de registro deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada obriga-se a:

11.1.1. Efetuar a entrega dos bens nas condições, no(s) prazo(s) e no(s) local(is) indicados pela Secretaria/Órgão solicitante, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente o preço, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

11.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);

11.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, o produto com avarias ou defeitos;

11.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

11.1.4. Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, edital ou na minuta de contrato;

11.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

11.1.8. Apresentar todos os documentos necessários durante a execução do contrato/Ata, mantendo em dia suas obrigações fiscais.

11.1.8.1 No que se refere a prestação de serviços que necessita de funcionários a empresa deverá manter as suas obrigações trabalhistas em dia, apresentando mensalmente a prefeitura municipal.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. A Contratante obriga-se a:

12.1.1. Receber provisoriamente o material ou fiscalizar os serviços, disponibilizando local, data e horário;

12.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

12.1.3. Fiscalizar o perfeito funcionamento da execução do contrato ou da Ata Registro de Preços, podendo sustar, recusar no todo ou em parte, os produtos entregues/serviços executados fora das especificações e/ou condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência;

12.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que ele seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.1.5. Aplicar ao contratado quando descumprimento, as sanções previstas na lei e neste Contrato ou ata de registro de preços;

12.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

12.1.7. Efetuar o pagamento na forma e no prazo convencionados no contrato ou na Ata de Registro de Preços.

13. LEGISLAÇÃO APLICADA

13.1. O Presente termo de referência se submete integralmente a Lei Nº 14.133/2021.

14. VIGÊNCIA DO CONTRATO OU ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

15. FONTES DE PESQUISA

- A. Santos e Carvalho Santos LTDA.
- Prefeitura de Piên/PR.
- PNCP.

Elaborado em 13 de janeiro de 2025.

ANEXO II
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº xxxxxxxx
REFERENTE AO PREGÃO Nº xxxxxxx

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN XXXXXX.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MAICON GROSSKOPF**, portador da CI nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.278.589-17, residente e domiciliado nesta cidade, assistido pela Procuradora Jurídica Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111.206/PR em conjunto com o (a) Secretario (a) de XXXXXX Sr. (a), inscrito (a) no CPF sob nº XXXXXXXXXX-XX, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro **XXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob n.º XXXXXXXXXXX, estabelecida na Rua XXXXXXXXX, nº XXXXXXX, XXXXX em XXXXXXXX/PR, CEP: XXXXXXX Fone (XXXXXXXXXXX, e-mail: XXXXXXXXX neste ato representado pelo, Sr (a). XXXXXXXXX, inscrito no CPF sob nº. XXXXXXXXXXX doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato, nos termos do artigo 89 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, resoluções e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente contratação, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2025 devidamente homologada pelo CONTRATANTE mediante as cláusulas expressas a seguir, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades de ambas as partes.

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (Art. 92, Lei 14.133/2021)

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a Contratação de empresa para locação de veículos automotores, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					

Parágrafo Primeiro: O material adquirido seguirá as especificações, quantidades, preços unitários e globais ofertados pelas empresas classificadas no certame, conforme relatório em anexo a esse contrato.

Parágrafo Segundo: O valor do presente contrato correspondente ao preço obtido através PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2025 é de R$XXXXX (XXXXXXX) no qual se inclui todos os tributos, diretos ou indiretos, sobre a execução do objeto.

Parágrafo Terceiro: Integra e completa o presente Termo Contratual, para melhor caracterização dos serviços e resultados, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas e para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Termo de Referência do PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2025 e suas documentações complementares, anexos a este Contrato e devidamente assinado pela parte CONTRATANTE, bem como a proposta do contratado, sendo os mesmos considerados suficientes para, em complemento a este contrato e a assinatura da CONTRATADA, definir sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado, bem como o **CONTRATADO** a assumir todas as exigências presentes nos termos retro mencionados.

Parágrafo Quarto: Ao assinar a presente contratação o **CONTRATADO** atesta conformidade com a cessão de direitos sobre o item objeto deste Pregão ao **Órgão Contratante**.

DA ENTREGA E RECEBIMENTO (Art. 140, Lei 14.133/2021)

Cláusula Segunda: Após a emissão da autorização de fornecimento com o número do empenho a empresa contratada deverá disponibilizar o veículo no Setor de Frotas dentro de 3 dias úteis o veículo reserva similar ao solicitado, e no prazo de 30 (trinta) dias úteis o veículo oficial zero Km.

Parágrafo Primeiro: Será de total responsabilidade da empresa contratada os fornecimentos de todos os equipamentos e materiais necessários para a elaboração e execução do objeto. Todos os produtos/serviços e seus quantitativos deverão obedecer às especificações do termo de referência do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2025.**

Parágrafo Segundo: Os produtos/serviços serão recebidos provisoriamente para efeito de simultânea ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no recebimento definitivo que será realizado pelo servidor devidamente designado como fiscal pela Secretaria Solicitante, observado o prazo conforme especificado no termo de referência.

DA FISCALIZAÇÃO (Art. 140, Lei 14.133/2021)

Cláusula Terceira: Fica designado como fiscal do contrato os servidores:

SECRETARIA	FISCAL/ GESTOR
Secretaria de Administração e Finanças/Governo	Solange de Fátima Senn
Secretaria de Governo	Maikeli Thaiane Knutz
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Daison Rodrigues Morcelli
Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil	Denilson Vaz Morceli
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Suelen Surek
Secretaria de Educação	Silvio Antonio Negreli
Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer	Alexandra Aparecida da Cruz Laurindo
Secretaria de Saúde	Devanir de Assis Machado
Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários	Aldecir Cavalheiro
Secretaria de Planejamento, Obras e Urbanismo	Esdras Rya Rocha

Parágrafo Primeiro: A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 140 da Lei nº 14133/21.

Parágrafo Segundo: O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DE PRORROGAÇÃO

Cláusula Quarta: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Primeiro: A(s) CONTRATADA(s) se compromete(m) a fornecer os produtos/serviços durante o prazo da vigência do(s) Contrato(s);

Parágrafo Segundo: A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

Parágrafo Terceiro: O contratado não tem direito subjetivo a prorrogação contratual.

Parágrafo Quarto: A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Parágrafo Quinto: O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

Parágrafo Sexto: A execução do contrato deverá ser iniciada mediante ordem de fornecimento emitida pelo fiscal do contrato designado pela Secretaria solicitante;

Parágrafo Sétimo: A execução do contrato antes de emitida a ordem de fornecimento, nos termos do parágrafo anterior, é de responsabilidade única e exclusiva do CONTRATADO, não obrigando a CONTRATADA a adiantar os pagamentos.

Parágrafo Oitavo: No caso de execução antecipada, antes da ordem de fornecimento ser emitida, nos moldes do parágrafo sexto, quando houver a existência de recursos vinculados, a CONTRATADA, desde logo, fica ciente de que o pagamento dos valores atrelados a receitas vinculadas somente será efetuado quando o recurso financeiro estiver disponibilizado em caixa da prefeitura, correndo por sua conta e risco a execução antecipada do contrato.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO (Art. 141, Lei 14.133/2021).

Cláusula Quinta: O valor total da aquisição é de R$ ..... (....).

Parágrafo Primeiro: O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pela Secretaria solicitante e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, abrangendo inclusive as

contribuições sociais – INSS, de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Parágrafo Segundo: Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Terceiro: Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

Parágrafo Quarto: Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo estabelecido nesta cláusula, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (Lei Federal 14.333/2021).

Parágrafo Quinto: No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, manutenção, instalação, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, inclusive todo o material e equipamento necessário para a execução dos serviços.

Parágrafo Sexto: Nos termos do Decreto Municipal nº 157/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens quanto prestação de serviços, inclusive obras de construção civil, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

Parágrafo Sétimo: Nos termos do artigo 98 e seguintes do Código Tributário Municipal (Lei Municipal n.º 1.485/2022) também será possível a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços.

Parágrafo Oitavo: Será possível ainda, que a CONTRATANTE, nos casos legalmente previstos, efetue a retenção de INSS.

DO REAJUSTE

Cláusula Sexta: Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do presente termo contratual.

Parágrafo Primeiro: Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Parágrafo Segundo: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Terceiro: No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Parágrafo Quarto: Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Parágrafo Quinto: Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Parágrafo Sexto: Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo Sétimo: O reajuste será realizado por apostilamento.

DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (Art. 141, V, Lei 14.133/2021).

Cláusula Sétima: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do crédito indicado pelos códigos:

Funcional	Secretaria
XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXX

DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula Oitava: Constitui direitos de o MUNICÍPIO receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro – O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Efetuar a entrega dos bens nas condições, no(s) prazo(s) e no(s) local(is) indicados pela Secretaria/Órgão solicitante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente o preço, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
b) entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);
d) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o produto com avarias ou defeitos;
e) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;
f) Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
h) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, edital ou na minuta de contrato;

i) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
j) Apresentar todos os documentos necessários durante a execução do contrato/Ata, mantendo em dia suas obrigações fiscais.
k) No que se refere a prestação de serviços que necessita de funcionários a empresa deverá manter as suas obrigações trabalhistas em dia, apresentando mensalmente a prefeitura municipal.
l) A responsabilidade pela qualidade do material fornecido é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado.

Parágrafo Segundo – Constitui obrigações da CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

g) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

i) A Administração terá o prazo de *10 (dez) dias úteis*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

j) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *10 (dez) dias úteis, admitida a prorrogação motivada, por igual período*;

k) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Título IV, Capítulo I, Lei 14.133/2021)

Cláusula Nona: Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Cláusula Décima: Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

parágrafo Primeiro: Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Parágrafo Segundo: Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g" da cláusula nona deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Parágrafo Terceiro: Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" da cláusula nona deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quarto: Multa:

I – **Moratória:**

a) Moratória de 3 % (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite de 20 (vinte) dias;

b) Moratória de 5 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite máximo de 10 (dez) dias, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

c) Moratória de 2 % (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias, pela inobservância do prazo fixado pelo fiscal do contrato para sanar alguma irregularidade do objeto contratual e/ou apresentação de documentação solicitada.

d) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

II – **Compensatória:**

a) Para a infração descrita na alínea "a" da cláusula nona, a multa compensatória será de 8% (oito por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

b) Para a infração descrita na alínea "b" da cláusula nona, a multa compensatória será de 15% (quinze por cento) a 30% do valor do contrato.

c) Para a infração descrita na alínea "c" da cláusula nona, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) a 30% do valor do contrato.

d) Para a infração descrita na alínea "d" da cláusula nona, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

e) Para as infrações previstas nas alíneas "e"; "f"; e "g" da cláusula nona, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

f) Para as infrações previstas nas alíneas "h"; "i"; "j"; "k"; e "l" da cláusula nona, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Parágrafo Quinto: A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante, nos moldes do previsto no artigo 156, parágrafo 9.º da Lei n.º 14.133, de 2021.

Parágrafo Sexto: Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme previsto no artigo 156, parágrafo 7.º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Parágrafo Sétimo: Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos moldes do disposto no artigo 157, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Parágrafo Oitavo: Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono: Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Décimo: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Décimo-Primeiro: Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida.

II – as peculiaridades do caso concreto.

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

IV – os danos que dela provierem para o contratante.

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Décimo-Segundo: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Décimo-Terceiro: A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo-Quarto: Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo Décimo-Quinto: O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo-Sexto: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

DOS CASOS DE RESCISÃO E DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO (Arts. 104 e 137, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima-Primeira: O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Parágrafo Primeiro: O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Segundo: O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem. Nesta hipótese, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Parágrafo Terceiro: Caso a notificação da não-continuidade do contrato, nos termos do parágrafo anterior, ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data de comunicação.

Parágrafo Quarto: O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

Parágrafo Quinto: A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Sexto: No caso do parágrafo anterior, se a modificação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sexto: O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

I – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
II – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
III – Indenizações e multas.

Parágrafo Sétimo: A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilibrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (artigo 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Parágrafo Oitavo: O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (Art. 75, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Primeira: O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei 14.133 de 01/04/2021, suas alterações e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, Código de Defesa do Consumidor, Código Civil a Lei Orgânica e demais normas aplicáveis à espécie do Município de Piên/Pr.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direitos.

DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO (Art. 89, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Segunda: Fica o CONTRATADO obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato.

DO FORO (Art. 89 § 1º, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Terceira: Concorda o CONTRATADO quanto ao foro privilegiado atribuído ao CONTRATANTE, qual seja o Foro de Rio Negro, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Piên, XX de XXXX de 2025.

MAICON GROSSKOPF	**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**
Prefeito	CONTRATADO

91

CONTRATANTE

NAIANY CAROLINE DE ARAUJO
Procuradoria Jurídica
OAB/PR 111.206

XXXXXX
Secretário de xxxxx
Decreto nº xxxx

TESTEMUNHAS:
Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Assinatura: _____

Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Assinatura: _____

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÕES

Pregão Eletrônico nº xxx/2025.

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado por este município, que:

a) não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
b) nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;
c) não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
d) não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;
e) até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2025.

_____

(Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente).
(apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

93

ANEXO IV
PROPOSTA PARA FORNECIMENTO

Ao Município de Piên
Sr. Pregoeiro,

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0XX/2025.

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sa nossa proposta de preços, a preços fixos e sem reajuste, relativa à licitação em epígrafe, cujo objeto é .....

Item	Unid	Qtde	Marca	Descrição	Valor Unitário	Valor Total

O prazo de validade da proposta de preços é de ***(inserir o prazo de validade)*** (***(inserir o prazo de validade por extenso)***) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas.
Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no regime de tributação de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme estabelece o artigo 3º da lei complementar nº. 123/2006. **[somente na hipótese de o licitante ser microempresa ou empresa de pequeno porte (ME/EPP.)]**

Local, __ de ___ de 2025.

(nome legível, RG nº e assinatura do responsável legal)

ANEXO V
PROCURAÇÃO NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIAÇÃO DE OPERAÇÕES
Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)
Nome: (Razão Social)
Nome Resumido:
Endereço:
Complemento: Bairro:
Cidade: UF:
CEP:
CNPJ/CPF:
Inscrição estadual: RG:
Telefone comercial:
Celular:
E-mail:
Representante legal:
Cargo:
Telefone:
Ramo de Atividade:

1. Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:
a) tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
b) observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
c) observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
d) designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, e
e) pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.
3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no **ANEXO VI** do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4. O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no **ANEXO VI** do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

5. (Cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras) O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse

realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

a) declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;
b) apresentar lance de preço;
c) apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;
d) solicitar informações via sistema eletrônico;
e) interpor recursos contra atos do pregoeiro;
f) apresentar e retirar documentos;
g) solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
h) assinar documentos relativos às propostas;
i) emitir e firmar o fechamento da operação; e
j) praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Corretora:
Endereço:
CNPJ:
O presente Termo de Adesão é válido até __/__/____, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.
Local e data
(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0XX/2025

Sr. Pregoeiro,

Pela presente, declaramos que a empresa .....(indicação da razão social)..... cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº 0XX/2025, cujo objeto é ... .

.....

(Local e data)

.....

Nome e Assinatura do Representante Legal

(Nome, RG e Assinatura do Representante Legal)

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ao pregoeiro Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

D E C L A R A Ç Ã O

....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º....., inscrito no CPF/MF sob o nº....., DECLARA, para fins do disposto no Edital de ..... **nº** ...../....., sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

OBS: Assinalar com um "X" a condição da empresa.

1. ( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

2. ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

3. **( ) MICROEMPREENDOR INDIVIDUAL**, conforme § 1º do artigo 18 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....

(Local e data)

.....

(Nome, RG e Assinatura do Representante Legal)

Importante:

1) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, poderá ser objeto de diligência para confirmação da veracidade da mesma e implicará no tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2006.

2) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, falsa ou inverídica sujeitará a licitante às penalidades previstas neste Edital, bem como, às demais sanções penais cabíveis.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador: AA3FCD62

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 031, DE 15 DE JANEIRO DE 2024.

PORTARIA Nº 031, DE 15 DE JANEIRO DE 2024.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 229/2023, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder férias, no período de 31 de janeiro a 09 de fevereiro de 2024, ao servidor público **ROBERTO SANTOS JUNIOR,** portador da cédula de identidade civil com RG nº 8.339.542-7/PR matrícula funcional nº 105551, ocupante do cargo público de **Técnico em segurança do trabalho.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 15 de janeiro de 2024.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador: 931B8842

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 032 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 032 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 229/2023 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.366/2019,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder ao servidor público **Aginaldo Krusqueveski Rodrigues**, portador da cédula de identidade civil com RG nº 5.584.147-0/PR matrícula funcional 4765689, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Assessor de Area III – Trânsito e transportes,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Assuntos administrativos referentes ao Detran	24/01/2024	Rio Negro/PR	1 (um)	50,00	383/2024

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 15 de janeiro de 2024.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador: 1D37E279

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 24, DE 23 DE JANEIRO DE 2024.

DECRETO Nº 24, DE 23 DE JANEIRO DE 2024.

NOMEIA AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA CONDUZIR OS ATOS DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS DERIVADAS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66, IX, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

DECRETA:

Art. 1° Nomeia-se o servidor Eduardo Duarte Scheivaraski para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO e de PREGOEIRO do Município de Piên/PR, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Somente em licitações na modalidade pregão, a agente responsável pela condução do certame é designada pregoeiro.

Art. 2° Nomeia-se os servidores abaixo para exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021:
a) Bernadete Maguerovski, com matrícula de nº 105401;
b) Solange de Fatima Senn, com matrícula de nº 4765826;
c) Sandrieli Aparecida Ludvinski, com matrícula de nº 4765920.

Parágrafo único. Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão a Agente de Contratação e o Pregoeiro no desempenho de suas atribuições.

Art. 3° Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e do Pregoeiro, o disposto no Decreto Municipal nº 309/2023, para a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

§ 1° O(A) Agente de Contratação ou o(a) Pregoeiro(a) convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

§ 2° O(A) Agente de Contratação ou o(a) Pregoeiro(a) convocará servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 23 de janeiro de 2024.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Duarte Scheivaraski
Código Identificador: 3B6EA771

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Protocolo: 2059/2024
Assunto: "Contratação de empresa para locação de veículo automotor".
Requerente: Secretarias Municipais.

99

Parecer Jurídico

I. Relatório

Trata-se de consulta jurídica formulada pela Secretaria requerente para análise do Processo Licitatório na modalidade de **Pregão na forma eletrônica,** tipo menor preço por lote, que tem por objeto "Contratação de empresa para locação de veículo automotor".

O processo veio acompanhado do requerimento da secretaria municipal justificando a necessidade da contratação, do estudo técnico preliminar, do termo de referência, cotações, pesquisa de mercado, mapa comparativo de preços, minuta do edital e anexos, informações orçamentárias e financeiras.

II. Passamos a análise jurídica.

As aquisições e contratações da Administração Pública somente podem ocorrer de acordo com os princípios e regras basilares dispostos no art. 37, caput e inciso XXI, da Constituição Federal e na legislação infraconstitucional. Na mesma toada, deve respeitar a Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre Licitação e Contratos Administrativos, prevendo em seu art. 28 as modalidades de licitação originalmente existentes, dando a cada uma delas particularidades bem definidas.

Sendo que uma das modalidades previstas é o pregão, o qual é cabível quando o objeto do contrato for aquisição de bens ou serviços classificados como "comuns".

E, no caso vertente, pressupõe-se correta a manifestação sobre a natureza comum dos produtos a serem adquiridos, o que viabiliza a adoção do pregão como modalidade licitatória.

O tipo menor preço por lote, também se mostra adequado ao objeto da contratação, em razão da natureza dos itens e suas especificidades, possibilitando mais vantagens e benefícios para a Municipalidade.

O Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência consistem em um dos atos essenciais do procedimento licitatório e devem conter todos os elementos caracterizadores do objeto que se pretende licitar, como a sua descrição detalhada, o orçamento estimativo de custos e o cronograma físico-financeiro da execução. Em atendimento à exigência legal, foi juntado nos autos o documento intitulado Estudo Técnico Preliminar e o documento intitulado Termo de

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Referência, devidamente aprovado e assinado pela autoridade competente, os quais vislumbramos estarem satisfatórios.

Para além disso, a Lei nº 14.133/2021 estabelece que a realização de licitação depende da previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma, neste sentido, foi anexado ao processo a declaração de disponibilidade orçamentária e financeira atestada pelo setor da contabilidade, atendendo, especialmente, o disposto no artigo 18 da Lei de Licitações.

Igualmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal, direciona o gestor público a obrigatoriedade de observar a lei orçamentária nos procedimentos licitatórios para que as contratações a serem realizadas estejam incluídas no Plano Plurianual e Lei Orçamentária, vejamos:

> Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357)
> I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
> II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Neste sentido, ressalta-se, estar presente a autorização expressa do responsável pela Secretaria de Administração e Finanças, para o início dos trabalhos licitatórios, atestando a existência de recursos e a regularidade orçamentária para contratação.

Ainda, analisando os autos, verifica-se que a Minuta do Edital segue todas as cautelas recomendadas pela Lei nº. 14.133/2021, que em seu art. 25 elenca os pressupostos que deverão constar do Edital de Licitação, possuindo órgão da Administração Pública interessado, modalidade de licitação e regime de execução, sendo que, em momento oportuno, deverá o pregoeiro fazer constar a indicação de número de ordem em série anual

Percebe-se, ainda, que há o indicativo expresso da regência do certame, nos termos da Lei de Licitações, com a designação do local, dia e hora para o recebimento das propostas, entre outros requisitos previstos na legislação vigente, cumprindo destacar que, após a emissão do presente parecer, deverá o pregoeiro observar os prazos mínimos previstos entre a disponibilização do edital e a abertura do certame, nos moldes do artigo 55 da Lei 14.133/2021.

Por fim, a minuta do contrato está em consonância com a legislação que orienta a matéria, trazendo em seu bojo as cláusulas exigidas pela legislação, nos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

Nesse sentido, justifica-se a utilização do Pregão na forma eletrônica do tipo menor preço por lote, para o referido procedimento licitatório, considerando a natureza do objeto a ser contratado, a estimativa da despesa e a fonte dos recursos que arcarão com a contratação.

PIÊN
PREFEITURA
PROCURADORIA JURÍDICA

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

III. Conclusão

Pelo exposto, e pelos fundamentos apresentados, temos que o Procedimento Licitatório, cujo objeto é a "Contratação de empresa para locação de veículo automotor", atende aos princípios norteadores do processo de licitação e se encontra devidamente respaldado na Lei nº 14.133/2021, sendo adequada a modalidade e o tipo adotado, bem como, aprovado o edital de convocação.

Recomendo a área de contratos da secretaria de administração, para que se atente à vinculação da redação do contrato para com as especificações do edital de convocação, em estrito cumprimento ao que prescreve os artigos 5º; 11; e 92, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Anoto que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual e no Edital, bem como, as justificativas da secretaria requerente com seus anexos e que, não se incluem no âmbito de análise desta Procuradoria os elementos técnicos pertinentes ao certame, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária.

O presente parecer possui caráter meramente opinativo, destinado a dar subsídios a decisão da autoridade a que se destina e cinge-se, exclusivamente, de estudo dos contornos jurídicos, da legislação e jurisprudência em torno do assunto em comento.

É o parecer. S.M.J.

Piên, 16 de janeiro de 2025.

Naiany Caroline de Araujo
Procuradora Jurídica
OAB/PR 111.206

Eduardo Araujo
Procurador Jurídico
OAB/PR 58.418

ASSESSOR PARLAMENTAR
Requisito mínimo: Ensino médio completo
Número de vagas: 01 (uma)
Carga horária: 40 (quarenta) horas
Atribuições: Realizar atividade de assessoramento dos Vereadores nas atividades político parlamentares; assessorar os Vereadores nas Sessões da Câmara; participar das reuniões e prestar outros serviços de apoio aos vereadores, dentro de sua área de atuação, tanto interna quanto externamente; realizar estudos sobre temas de interesse dos parlamentares; redigir minutas de proposições, correspondências, textos de divulgação, levantamentos e consultas de interesse dos Vereadores; prestar assessoramento nas reuniões das Comissões, anotando as deliberações e fornecendo material de apoio e outros que se fizerem necessários para atender as solicitações dos Vereadores membros de Comissão; assessorar os Vereadores membros de Comissão na elaboração de projetos, pareceres, atas e relatórios; realizar serviços de natureza administrativa e burocrática relacionadas ao suporte legislativo; desempenhar outras atividades correlatas." *(NR)*

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Piên/PR, 15 de janeiro de 2025.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Duarte Scheivaraski
Código Identificador:CB68360D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 002, DE 08 DE JANEIRO DE 2025

PORTARIA Nº 002, DE 08 DE JANEIRO DE 2025

REVOGA PORTARIA 336 DE 19 DE ABRIL DE 2024

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66, item IX, da Lei Orgânica Municipal, considerando o disposto na Lei nº 1110/2011 e considerando a Lei Municipal 1.515/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 336 de 19 de abril de 2024 que cedeu a servidora pública **Ingrid Rubiane de Bassi Fragoso** portadora da cédula de identidade civil RG nº 9.795.293-0/PR, ocupante do cargo efetivo de **Auxiliar Administrativo**, à Câmara de Vereadores do Município de Piên/PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Piên/PR, 08 de janeiro de 2025.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Márcia Zigovski
Código Identificador:F327CB7D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL 002/2025 – DESCLASSIFICA CANDIDATOS

EDITAL 002/2025 – DESCLASSIFICA CANDIDATOS
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:

102

Desclassificar os candidatos Rafael Leal Alves e Luciana Karine dos Santos aprovados no Concurso Público nº 001/2023, para o cargo de médico, com base no item 14.5 do Edital nº 001/2023 do Concurso Público nº 001/2023, em razão de não atender o disposto no item 14 do Edital nº 001/2023 do Concurso Público nº 01/2023.

Piên, 16 de janeiro de 2025.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Zigovski
Código Identificador:9C3C4824

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: Contratação de empresa especializada na locação de veículos . **Edital disponível no site**: www.pien.pr.gov.br a partir do dia 17/01/2025. **Entrega das propostas**: a partir 17/01/2025 no site no site Bolsa Brasil de Licitações - BLL. **Abertura das Propostas**: 03/02/2025 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 16 de Janeiro de 2025.

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Eduardo Duarte Scheivaraski
Código Identificador:937DCD97

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO 001/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 001/2025
Contratante : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE PIÊN, CNPJ sob o nº 01.625.298/0001-98
Contratada: WHT GERENCIAMENTO E INFORMATICA, inscrita no CNPJ sob o nº 31.573.296/0001-63
Objeto: Serviços de apoio em gerenciamento e monitoramento da Companhia de Desenvolvimento de Piên – Estado do Paraná, na temática GESTÃO ESTRATEGICA,
Valor: R$ 4.150,00 (quatro mil, cento e sessenta reais) mensais, totalizando R$ 48.900,00(quarenta e oito mil e novecentos reais)
Prazo de Execução: 12 meses
Data da assinatura: 15/01/2025
Vigência: 15/01/2026

Publicado por:
Eduardo Duarte Scheivaraski
Código Identificador:2AF66788

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 076/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 076/2024
REFERENTE A CONCORRÊNCIA 008/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA STRABE COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no

Futebol de Piên define semifinais

Campeonato Municipal de Futebol teve rodada no último domingo. Competição agora avança para jogos decisivos neste fim de semana

Com jogos realizados no último domingo, o Campeonato Municipal de Futebol de Piên definiu os confrontos da etapa semifinal. Três partidas foram disputadas no campo do Arizona.

Pela manhã, o Arizona venceu o Olímpia por 4 a 0. À tarde, o União Independente/Chelsea levou a melhor diante do Arsenal e o Campo Novo/Hotel ganhou do Juventude/Galpão por 4 a 1.

Concluída a fase de grupos, o certame avança para os jogos semifinais, que serão disputados no próximo domingo, no Estádio dos Patamares. Às 13h45 jogam Olímpia e Fluminense e às 15h45 a disputa é entre Campo Novo/Hotel e Arizona.



FUTEBOL DE PIÊN avança às semifinais

Operação combate desmatamento em suposto loteamento irregular em Mandirituba

Ação conjunta da Guarda Municipal e Força Verde, no último sábado, constatou uma área com a derrubada de diversas árvores. Motosserra e roçadeira foram apreendidas e uma pessoa foi detida por crime contra o meio ambiente

Após uma denúncia de desmatamento na localidade de Mato Brano dos Carvalhos, a Guarda Municipal (GM) de Mandirituba, em conjunto com o Batalhão de Polícia Ambiental – Força Verde, desencadeou uma operação, no último sábado. No local, as autoridades constataram a derrubada de diversas árvores, além de uma área já limpa.

Na ação, também foram apreendidas uma motosserra e uma roçadeira, e uma mulher que estava no local foi presa por crime contra o meio ambiente, conforme previsto na lei nº 9.605/98. À polícia, a detida relatou [illegible] a área pertenceria a um [illegible]mo, que a teria empres[illegible] para ela e sua família [illegible]arem o final de semana, em troca da limpeza do terreno.

Segundo as informações da ocorrência, apesar da apresentação de um pedido de usucapião em nome do suposto proprietário, há suspeitas de falsificação de documentos devido a irregularidades na certidão apresentada. As investigações norteiam que se trata de um loteamento clandestino em uma área que, legalmente, pertence à prefeitura local.

Considerado crime, a venda de terrenos irregulares prevê pena de reclusão de um a quatro anos, além de multa equivalente de 5 a 50 vezes o salário mínimo vigente. Por se tratar de uma Área de Proteção Ambiental, devido à presença de mata nativa, a penalidade pode ser ainda mais severa.

A prefeitura e a GM reforçam que, antes de comprar um terreno procure sempre a municipalidade para verificar se situação está regular e orientam cuidados como pesquisa do registro do loteamento no Registro de Imóveis e no Setor de Cadastro Imobiliário da prefeitura, consulta ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci) para verificar a idoneidade do corretor e da imobiliária envolvidos na negociação e consulta a prefeitura e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para saber se um terreno está em área de proteção ambiental.



GM E FORÇA Verde atuaram na operação em Mandirituba



Prefeitura Municipal de Piên

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: Contratação de empresa especializada na locação de veículos. Edital disponível no site: www.pien.pr.gov.br a partir do dia 17/01/2025. Entrega das propostas: a partir 17/01/2025 no site no site Bolsa Brasil de Licitações - BLL. Abertura das Propostas: 03/02/2025 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 16 de Janeiro de 2025.
Eduardo Duarte Scheivaraski
Pregoeiro Municipal





RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Trata-se de pedido de impugnação interposto pela empresa **CITYCAR ALUGUEL DE VEÍCULOS S.A.**, aos termos do Edital do Pregão Eletrônico de n.º 001/2025, que têm por objeto o Contratação de empresa para locação de veículos. Apresentada **tempestivamente** via e-mail e que recebe análise.

DAS RAZÕES

1 – Requer a imediata alteração do edital, pois julga que o prazo de entrega dos veículos pela vencedora é muito curto e solicita que seja alterado de 3 para 30 dias.

DA ANALISE DO PREGOEIRO

Afirmação de que se trata de um Registro de preços:

A empresa está equivocada, pois o edital trata de contratação e todos os veículos lá citados serão locados.

Afirmação que a solicitação de 3 (três) dias restringe o certame:

A prefeitura elaborou a licitação com base em orçamentos e foi verificado que varias empresas conseguem atender está solicitação, inclusive já temos empresas cadastradas no certame, nesse momento não a nenhuma comprovação que o certame está restrito, inclusive alguns veículos do pregão serão utilizados na secretaria de saúde, abrir 30 (trinta) dais de entrega pode causar um desatendimento ao serviço público e risco a população.

DA DECISÃO

Em face dos pontos apresentadas podemos entender claramente que o solicitado no pregão cumpre os critérios estabelecidos na lei 14.133/2021, decido por **INDEFIRIR** a impugnação, **fica mantida a data do presente certame para dia 03/02/2024 as 09:30 no sistema eletrônico**, este será encaminhado aos interessados.

Em anexo a impugnação.

Piên, 29 de Janeiro de 2025.

Eduardo Duarte Scheivaraski

Pregoeiro Municipal

CityCar Aluguel de Veículos S.A. – CNPJ 68.765.049/0001-79
Rua 28 de Setembro, 1119 – Bairro Goiás
Santa Cruz do Sul – RS – 96810-234
licitacoes@citycaraluguel.com.br – www.citycaraluguel.com.br
(51) 3056 4043

CITYCAR
ALUGUEL DE VEÍCULOS

ILUSTRÍSSIMO(A) SR(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 001/2025
PROCESSO Nº 2059/2025

CITYCAR ALUGUEL DE VEÍCULOS S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 68.765.049/0001-79, com sede na Rua 28 de setembro, nº 1119, Bairro Goiás, na cidade de Santa Cruz do Sul/RS, vem, à presença de Vossa Senhoria, por seu socio diretor, vem com fulcro no **item 2.5.1. do Termo de Referência**, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO,** nos termos que a seguir passa expor.

I - DA TEMPESTIVIDADE

A presente licitação tem por objeto a "**a Contratação de empresa para locação de veículos automotores, conforme itens descritos no ANEXO I Termo de Referência desse edital.".**

Conforme definido no presente edital, restou declarado que até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer cidadão poderá impugnar o ato convocatório da licitação eletrônica. Vejamos:

Portanto, a presente Impugnação é plenamente **TEMPESTIVA**, razão pela qual **deve ser conhecida e julgada a presente impugnação**.

II – DAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

II.I - DO EXÍGUO PRAZO DE ENTREGA DOS VEÍCULOS

Conforme restou consignado no presente edital(Anexo I – Termo de Referência – Item 2.5.1, a entrega dos veículos provisórios deverá ocorrer em 3 dias úteis e a dos definitivos em 30 dias úteis, conforme fragmentos abaixo:

CityCar Aluguel de Veículos S.A. – CNPJ 68.765.049/0001-79
Rua 28 de Setembro, 1119 – Bairro Goiás
Santa Cruz do Sul – RS – 96810-234
licitacoes@citycaraluguel.com.br – www.citycaraluguel.com.br
(51) 3056 4043

CITYCAR
ALUGUEL DE VEÍCULOS

2.5.1 Após a emissão da autorização de fornecimento com o número do empenho a empresa contratada deverá disponibilizar o veículo no Setor de Frotas dentro de 3 dias úteis o veículo reserva similar ao solicitado, e no prazo de 30 (trinta) dias úteis o veículo oficial zero Km.

Frisa-se que o presente Pregão tem como objetivo a formação de um REGISTRO DE PREÇOS, ou seja, **trata-se apenas de uma expectativa de contratação** e não assegura de forma antecipada às contratadas a quantidade exata de veículos que será demandada.

Assim, somente após assinatura do contrato pelas partes será efetivado o negócio jurídico proporcionando segurança e confiabilidade, além de viabilizar garantias materiais para a execução das condições pactuadas, por conseguinte, somente após este momento a contratada poderá iniciar os procedimentos necessários para aquisição da quantidade exata de veículos objeto da locação.

Não bastasse isso, sabe-se que o REGISTRO DE PREÇOS serve como um banco de dados com o preço médio de produtos e serviços para serem usados no momento de uma compra pública. Contudo, a administração SEQUER é obrigada a contratar, ou seja, a licitante assume a obrigação de fornecer, mas a administração não.

Outrossim, não se pode desconsiderar a possibilidade de revogação da licitação por interesse da Administração, tal situação, extremamente temerária, justifica totalmente a cautela adotada concernente à aquisição dos veículos somente após efetiva formalização do contrato entre as partes.

É necessário enfatizar que independentemente de exigir-se veículos 0km ou seminovos, a contratada dependerá da disponibilidade do mercado para atendimento da obrigação com entrega de veículos qu atendam as especificações exigidas em edital e os limites estabelecidos em relação ao ano de fabricação e quilometragem.

Além disso, não há dúvidas que a contratada dependerá de prazos impostos por terceiros para disponibilização dos veículos à contratante, os quais poderão superar o prazo de entrega exíguo fixado em Edital e prejudicarão o cumprimento das obrigações pela contratada, sem que lhe possa ser atribuída qualquer responsabilidade por tais fatos.

Diante disso, a alteração do prazo é imprescindível, caso contrário, o curto prazo acabará trazendo restrição de participação ao certame, pois beneficiará aqueles licitantes que já possuam a quantidade de veículos exigida, de acordo com as especificações técnicas, **ocasionando, portanto, um favorecimento ilegal**.

Nitidamente há condição restritiva no Edital, o que é vedado por lei e repudiado por nossos Tribunais, senão vejamos:

> *"As regras do procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame,* ***possibilitem a participação do maior***

CityCar Aluguel de Veículos S.A. – CNPJ 68.765.049/0001-79
Rua 28 de Setembro, 1119 – Bairro Goiás
Santa Cruz do Sul – RS – 96810-234
licitacoes@citycaraluguel.com.br – www.citycaraluguel.com.br
(51) 3056 4043

CITYCAR
ALUGUEL DE VEÍCULOS

> ***número de concorrentes**, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa. (MS 5.606/DF, Rel. Min. José Delgado. "**(grifamos)***
> *"Observe o § 1o, inciso I, do art. 3o da Lei 8.666/1993, de forma a adequadamente justificar a inclusão de cláusulas editalícias que possam restringir o universo de licitantes."* Processo n.º 019.373/2004-0, Acórdão n.º 1580/2005, Primeira Câmara do Tribunal de Contas da União.

Nesse mesmo sentido é o entendimento da doutrina majoritária, vejamos:

> *"Princípio, já averbamos alhures, é, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas, compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido humano. É o conhecimento dos princípios que preside a intelecção das*
> *diferentes partes componentes do todo unitário que há por nome sistema jurídico positivo.* ***Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço e corrosão de sua estrutura mestra.*** *(Elementos de Direito Administrativo, RT, p. 230)* ***(grifamos)***

Outrossim, é importante que as condições para entrega do objeto sejam condizentes com a realidade do mercado, a fim de garantir a ampliação da disputa e assegurar que o processo licitatório atinja seu principal objetivo que é a obtenção do menor preço para contratação.

Ressalta-se que a contratada somente terá conhecimento da demanda com o recebimento da solicitação formal pela contratante, torna-se imprescindível que o prazo de entrega dos veículos seja prorrogado.

Dessa forma, requer-se **a retificação do prazo estabelecido no presente edital, para que conste o prazo de entrega <u>para todos os veículos PROVISÓRIOS, como sendo de no mínimo 30 (trinta) dias,</u> contados da solicitação formal, EIS QUE É INEGÁVEL A IMPOSSIBILIDADE DE ATENDIMENTO AO ATUAL PRAZO PREVISTO NESTE EDITAL (3 DIAS ÚTEIS).**

CityCar Aluguel de Veículos S.A. – CNPJ 68.765.049/0001-79
Rua 28 de Setembro, 1119 – Bairro Goiás
Santa Cruz do Sul – RS – 96810-234
licitacoes@citycaraluguel.com.br – www.citycaraluguel.com.br
(51) 3056 4043

III – DOS REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, requer a Vossa Senhoria seja Conhecida e Provida a presente **IMPUGNAÇÃO** para:

a) Que seja admitida a presente impugnação ao instrumento convocatório ante su tempestividade;

b) Que seja retificado o edital, para que conste as seguintes especificações:

a. Fixar que o prazo de entrega dos veículos da seguinte forma:
b. Caso a contratada opte pelo fornecimento de veículos zero km: fixar prazo de 60 dias prorrogáveis por mais 30 dias, se necessário e solicitado pela contratada.
c. Caso a contratada opte pelo fornecimento de veículos PROVISÓRIOS: fixar prazo de no MÍNIMO 30 dias para veículos prorrogáveis por mais 30 dias, se necessário e solicitado pela contratada.

Requer sejam feitas as adequações acima apontadas, com a devida republicação do edital e a reabertura dos prazos para que haja a mais ampla concorrência e competitividade com a participação do maior número de licitantes possíveis.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Santa Cruz do Sul, RS, 28 de janeiro de 2025.

CITYCAR ALUGUEL DE VEICULOS S.A.:68765049000179
Assinado de forma digital por CITYCAR ALUGUEL DE VEICULOS S.A.:68765049000179
Dados: 2025.01.28 16:35:44 -03'00'

CITYCAR ALUGUEL DE VEÍCULOS S.A.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

109

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.025.240/0001-01 **MATRIZ**		**23/03/2018**

NOME EMPRESARIAL
LOCA TUDO LOCADORA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
LOCA TUDO LOCADORA	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente
18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário
33.13-9-99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente
42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
45.20-0-04 - Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores
45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores
45.20-0-07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores
45.20-0-08 - Serviços de capotaria
49.21-3-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal
49.23-0-01 - Serviço de táxi
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.24-8-00 - Transporte escolar
49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
49.29-9-03 - Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.
52.29-0-01 - Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ROD ANTONIO MARTINS DE MENEZES	**3315**	**SALA 01**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
49.400-000	**SAO JOSE**	**LAGARTO**	**SE**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@LOCADORALOCATUDO.COM.BR	**(79) 9917-2900**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**23/03/2018**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **30/10/2024** às **10:54:58** (data e hora de Brasília). Página: **1/2**

110

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.025.240/0001-01 **MATRIZ**		**23/03/2018**

NOME EMPRESARIAL
LOCA TUDO LOCADORA LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
52.29-0-02 - Serviços de reboque de veículos
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
66.19-3-02 - Correspondentes de instituições financeiras
73.11-4-00 - Agências de publicidade
73.19-0-02 - Promoção de vendas
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
77.32-2-02 - Aluguel de andaimes
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
79.11-2-00 - Agências de viagens
79.12-1-00 - Operadores turísticos
79.90-2-00 - Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente
80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ROD ANTONIO MARTINS DE MENEZES	**3315**	**SALA 01**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
49.400-000	**SAO JOSE**	**LAGARTO**	**SE**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@LOCADORALOCATUDO.COM.BR	**(79) 9917-2900**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**23/03/2018**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **30/10/2024** às **10:54:58** (data e hora de Brasília). Página: **2/2**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

111

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.025.240/0001-01 MATRIZ		23/03/2018

NOME EMPRESARIAL
LOCA TUDO LOCADORA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
LOCA TUDO LOCADORA	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente
18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário
33.13-9-99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente
42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
45.12-9-01 - Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores
45.12-9-02 - Comércio sob consignação de veículos automotores
45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
45.20-0-04 - Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores
45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores
45.20-0-07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores
45.20-0-08 - Serviços de capotaria
45.30-7-01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores
45.30-7-02 - Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
45.30-7-04 - Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores
45.30-7-05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar
46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ROD ANTONIO MARTINS DE MENEZES	3315	SALA 01

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
49.400-000	SAO JOSE	LAGARTO	SE

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTABIL@ARAUJOCONTABILIDADE.COM	(79) 3631-2090

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	23/03/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **22/08/2023** às **09:14:22** (data e hora de Brasília).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

112

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.025.240/0001-01 MATRIZ		23/03/2018

NOME EMPRESARIAL
LOCA TUDO LOCADORA LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
49.21-3-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal
49.23-0-01 - Serviço de táxi
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.24-8-00 - Transporte escolar
49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
49.29-9-03 - Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos
49.30-2-04 - Transporte rodoviário de mudanças
52.29-0-01 - Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada
52.29-0-02 - Serviços de reboque de veículos
61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
66.19-3-02 - Correspondentes de instituições financeiras
73.11-4-00 - Agências de publicidade
73.19-0-02 - Promoção de vendas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ROD ANTONIO MARTINS DE MENEZES	3315	SALA 01

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
49.400-000	SAO JOSE	LAGARTO	SE

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTABIL@ARAUJOCONTABILIDADE.COM	(79) 3631-2090

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	23/03/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **22/08/2023** às **09:14:22** (data e hora de Brasília).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

113

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.025.240/0001-01 **MATRIZ**		**23/03/2018**

NOME EMPRESARIAL
LOCA TUDO LOCADORA LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
77.32-2-02 - Aluguel de andaimes
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ROD ANTONIO MARTINS DE MENEZES	**3315**	**SALA 01**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
49.400-000	**SAO JOSE**	**LAGARTO**	**SE**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTABIL@ARAUJOCONTABILIDADE.COM	**(79) 3631-2090**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**23/03/2018**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **22/08/2023** às **09:14:22** (data e hora de Brasília).

3ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL "LOCA TUDO LOCADORA LTDA"

114

MICHAEL SANDES DE CARVALHO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, empresário, nascido(a) em 24/02/1999, n° do CPF 056.449.695-25, residente e domiciliado na cidade de Lagarto - SE, na RODOVIA ANTÔNIO MARTINS DE MENZES, nº 3315, SÃO JOSÉ, CEP: 49400-000;

Único sócio da **LOCA TUDO LOCADORA LTDA, CNPJ 30.025.240/0001-01 e NIRE 28600060857.** Resolve:

1 – Alterar suas atividades secundárias, retirando a atividade de: Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados (CNAE: 45.11-1/02)

Assim sendo passará a ter a seguinte redação, conforme consolidação a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade adotará como nome empresarial: **LOCA TUDO LOCADORA LTDA**, e usará a expressão "LOCA TUDO LOCADORA" como nome fantasia.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: ROD ANTONIO MARTINS DE MENEZES, nº 3315, SALA 01, SAO JOSE, LAGARTO - SE, CEP: 49.400-000.

Parágrafo Único: A sociedade poderá abrir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, a critério do sócio.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômica: Locação De Automóveis Sem Condutor; Impressão De Material Para Uso Publicitário; Manutenção E Reparação De Máquinas, Aparelhos E Materiais Elétricos Não Especificados Anteriormente; Serviços De Reboque De Veículos; Montagem De Estruturas Metálicas; Instalação E Manutenção Elétrica; Montagem E Desmontagem De Andaimes E Outras Estruturas Temporárias; Representantes Comerciais E Agentes Do Comércio De Veículos Automotores; Comércio Sob Consignação De Veículos Automotores; Serviços De Manutenção E Reparação Mecânica De Veículos Automotores; Serviços De Alinhamento E Balanceamento De Veículos Automotores; Serviços De Lavagem, Lubrificação E Polimento De Veículos Automotores; Serviços De Instalação, Manutenção E Reparação De Acessórios Para Veículos Automotores; Comércio Por Atacado De Peças E Acessórios Novos Para Veículos Automotores; Comércio Por Atacado De Pneumáticos E Câmaras-De-Ar; Comércio A Varejo De Peças E Acessórios Novos Para Veículos Automotores; Comércio A Varejo De Peças E Acessórios Usados Para Veículos Automotores; Comércio A Varejo De Pneumáticos E Câmaras-De-Ar; Comércio Atacadista De Produtos Odontológicos; Comércio Atacadista De Produtos De Higiene Pessoal; Comércio Atacadista De Artigos De Escritório E De Papelaria; Comércio Atacadista De Produtos De Higiene, Limpeza E Conservação Domiciliar; Comércio Atacadista De Outros Equipamentos E Artigos De Uso Pessoal E Doméstico Não Especificados Anteriormente; Transporte Rodoviário Coletivo De Passageiros, Com Itinerário Fixo, Municipal; Serviço De Táxi; Serviço De Transporte De Passageiros - Locação De Automóveis Com Motorista; Transporte Escolar; Transporte Rodoviário Coletivo De Passageiros, Sob Regime De Fretamento, Municipal; Organização De Excursões Em Veículos Rodoviários Próprios, Municipal; Transporte Rodoviário De Carga, Exceto Produtos Perigosos E Mudanças, Municipal; Transporte Rodoviário De Carga, Exceto Produtos Perigosos E Mudanças, Intermunicipal, Interestadual E Internacional; Transporte Rodoviário De Produtos Perigosos; Transporte Rodoviário De Mudanças; Serviços De Apoio Ao Transporte Por Táxi, Inclusive Centrais De Chamada; Outras Atividades De Telecomunicações Não Especificadas Anteriormente; Suporte Técnico, Manutenção E Outros Serviços Em Tecnologia Da Informação; Agências De Publicidade; Promoção De Vendas; Atividades De Intermediação E Agenciamento De Serviços E Negócios Em Geral, Exceto Imobiliários; Aluguel De Máquinas E Equipamentos Agrícolas Sem Operador; Aluguel De Máquinas E Equipamentos Para Construção Sem Operador, Exceto Andaimes; Aluguel De Andaimes; Aluguel De Palcos, Coberturas E Outras Estruturas De Uso Temporário, Exceto Andaimes; Serviços Combinados De Escritório E Apoio Administrativo; Atividades De Cobrança E Informações Cadastrais; Serviços De Capotaria; Atividades De

3ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL "LOCA TUDO LOCADORA LTDA"

115

Monitoramento De Sistemas De Segurança Eletrônico; Correspondentes De Instituições Financeiras; Atividades De Apoio À Agricultura Não Especificadas Anteriormente;

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de Locação De Automóveis Sem Condutor; Impressão De Material Para Uso Publicitário; Manutenção E Reparação De Máquinas, Aparelhos E Materiais Elétricos Não Especificados Anteriormente; Serviços De Reboque De Veículos; Montagem De Estruturas Metálicas; Instalação E Manutenção Elétrica; Montagem E Desmontagem De Andaimes E Outras Estruturas Temporárias; Representantes Comerciais E Agentes Do Comércio De Veículos Automotores; Comércio Sob Consignação De Veículos Automotores; Serviços De Manutenção E Reparação Mecânica De Veículos Automotores; Serviços De Alinhamento E Balanceamento De Veículos Automotores; Serviços De Lavagem, Lubrificação E Polimento De Veículos Automotores; Serviços De Instalação, Manutenção E Reparação De Acessórios Para Veículos Automotores; Comércio Por Atacado De Peças E Acessórios Novos Para Veículos Automotores; Comércio Por Atacado De Pneumáticos E Câmaras-De-Ar; Comércio A Varejo De Peças E Acessórios Novos Para Veículos Automotores; Comércio A Varejo De Peças E Acessórios Usados Para Veículos Automotores; Comércio A Varejo De Pneumáticos E Câmaras-De-Ar; Comércio Atacadista De Produtos Odontológicos; Comércio Atacadista De Produtos De Higiene Pessoal; Comércio Atacadista De Artigos De Escritório E De Papelaria; Comércio Atacadista De Produtos De Higiene, Limpeza E Conservação Domiciliar; Comércio Atacadista De Outros Equipamentos E Artigos De Uso Pessoal E Doméstico Não Especificados Anteriormente; Transporte Rodoviário Coletivo De Passageiros, Com Itinerário Fixo, Municipal; Serviço De Táxi; Serviço De Transporte De Passageiros - Locação De Automóveis Com Motorista; Transporte Escolar; Transporte Rodoviário Coletivo De Passageiros, Sob Regime De Fretamento, Municipal; Organização De Excursões Em Veículos Rodoviários Próprios, Municipal; Transporte Rodoviário De Carga, Exceto Produtos Perigosos E Mudanças, Municipal; Transporte Rodoviário De Carga, Exceto Produtos Perigosos E Mudanças, Intermunicipal, Interestadual E Internacional; Transporte Rodoviário De Produtos Perigosos; Transporte Rodoviário De Mudanças; Serviços De Apoio Ao Transporte Por Táxi, Inclusive Centrais De Chamada; Outras Atividades De Telecomunicações Não Especificadas Anteriormente; Suporte Técnico, Manutenção E Outros Serviços Em Tecnologia Da Informação; Agências De Publicidade; Promoção De Vendas; Atividades De Intermediação E Agenciamento De Serviços E Negócios Em Geral, Exceto Imobiliários; Aluguel De Máquinas E Equipamentos Agrícolas Sem Operador; Aluguel De Máquinas E Equipamentos Para Construção Sem Operador, Exceto Andaimes; Aluguel De Andaimes; Aluguel De Palcos, Coberturas E Outras Estruturas De Uso Temporário, Exceto Andaimes; Serviços Combinados De Escritório E Apoio Administrativo; Atividades De Cobrança E Informações Cadastrais; Serviços De Capotaria; Atividades De Monitoramento De Sistemas De Segurança Eletrônico; Correspondentes De Instituições Financeiras; Atividades De Apoio À Agricultura Não Especificadas Anteriormente.

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor
CNAE Nº 0161-0/99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente
CNAE Nº 1813-0/01 - Impressão de material para uso publicitário
CNAE Nº 3313-9/99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente
CNAE Nº 4292-8/01 - Montagem de estruturas metálicas
CNAE Nº 4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica
CNAE Nº 4399-1/02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
CNAE Nº 4512-9/01 - Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores
CNAE Nº 4512-9/02 - Comércio sob consignação de veículos automotores
CNAE Nº 4520-0/01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
CNAE Nº 4520-0/04 - Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores
CNAE Nº 4520-0/05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores

3ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL "LOCA TUDO LOCADORA LTDA"

116

CNAE Nº 4520-0/07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores
CNAE Nº 4520-0/08 - Serviços de capotaria
CNAE Nº 4530-7/01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores
CNAE Nº 4530-7/02 - Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar
CNAE Nº 4530-7/03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
CNAE Nº 4530-7/04 - Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores
CNAE Nº 4530-7/05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar
CNAE Nº 4645-1/03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
CNAE Nº 4646-0/02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
CNAE Nº 4647-8/01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
CNAE Nº 4649-4/08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
CNAE Nº 4649-4/99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
CNAE Nº 4921-3/01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal
CNAE Nº 4923-0/01 - Serviço de táxi
CNAE Nº 4923-0/02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
CNAE Nº 4924-8/00 - Transporte escolar
CNAE Nº 4929-9/01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
CNAE Nº 4929-9/03 - Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal
CNAE Nº 4930-2/01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal
CNAE Nº 4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
CNAE Nº 4930-2/03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos
CNAE Nº 4930-2/04 - Transporte rodoviário de mudanças
CNAE Nº 5229-0/01 - Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada
CNAE Nº 5229-0/02 - Serviços de reboque de veículos
CNAE Nº 6190-6/99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente
CNAE Nº 6209-1/00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
CNAE Nº 6619-3/02 - Correspondentes de instituições financeiras
CNAE Nº 7311-4/00 - Agências de publicidade
CNAE Nº 7319-0/02 - Promoção de vendas
CNAE Nº 7490-1/04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
CNAE Nº 7731-4/00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
CNAE Nº 7732-2/01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
CNAE Nº 7732-2/02 - Aluguel de andaimes
CNAE Nº 7739-0/03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
CNAE Nº 8020-0/01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico
CNAE Nº 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
CNAE Nº 8291-1/00 - Atividades de cobrança e informações cadastrais

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade iniciará suas atividades em 23/03/2018 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA: O capital será de R$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais), dividido em 98.000 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, formado por R$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais) em moeda corrente no País.

3ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL "LOCA TUDO LOCADORA LTDA"

117

Parágrafo único. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelos sócios da seguinte forma.

Nome dos Sócios	Qtd Quotas	Valor em R$	%
MICHAEL SANDES DE CARVALHO	98.000	98.000,00	100
TOTAL:	98.000	98.000,00	100

CLÁUSULA SEXTA: A administração da sociedade será exercida pelo sócio **MICHAEL SANDES DE CARVALHO** que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo único: Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO BALANÇO PATRIMONIAL - Ao término de cada exercício, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA OITAVA: O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA NONA: O sócio poderá fixar uma retirada mensal, a título de pro labore para o sócio administrador, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA: A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s) na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o Foro da Comarca de Lagarto - SE, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

3ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL
"LOCA TUDO LOCADORA LTDA"

118

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Sergipe.

Lagarto/SE, 18 de agosto de 2023

MICHAEL SANDES DE CARVALHO
Sócio/Administrador

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa LOCA TUDO LOCADORA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03543298550	MONALYSE SILVEIRA DE ALMEIDA
05644969525	MICHAEL SANDES DE CARVALHO

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/08/2023 17:53 SOB Nº 20230350844.
PROTOCOLO: 230350844 DE 21/08/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12312369268. CNPJ DA SEDE: 30025240000101.
NIRE: 28600060857. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 18/08/2023.
LOCA TUDO LOCADORA LTDA

JUCESE
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE

NAYARA SIQUEIRA BRITO
SECRETÁRIA-GERAL
www.agiliza.se.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

120

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.025.240/0001-01 MATRIZ		23/03/2018

NOME EMPRESARIAL
LOCA TUDO LOCADORA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
LOCA TUDO LOCADORA	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente
18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário
33.13-9-99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente
42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
45.20-0-04 - Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores
45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores
45.20-0-07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores
45.20-0-08 - Serviços de capotaria
49.21-3-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal
49.23-0-01 - Serviço de táxi
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.24-8-00 - Transporte escolar
49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
49.29-9-03 - Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.
52.29-0-01 - Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ROD ANTONIO MARTINS DE MENEZES	3315	SALA 01

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
49.400-000	SAO JOSE	LAGARTO	SE

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@LOCADORALOCATUDO.COM.BR	(79) 9917-2900

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	23/03/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **03/06/2024** às **21:23:11** (data e hora de Brasília). Página: **1/2**

121

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.025.240/0001-01 **MATRIZ**		**23/03/2018**

NOME EMPRESARIAL
LOCA TUDO LOCADORA LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
52.29-0-02 - Serviços de reboque de veículos
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
66.19-3-02 - Correspondentes de instituições financeiras
73.11-4-00 - Agências de publicidade
73.19-0-02 - Promoção de vendas
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
77.32-2-02 - Aluguel de andaimes
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
79.11-2-00 - Agências de viagens
79.12-1-00 - Operadores turísticos
79.90-2-00 - Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente
80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ROD ANTONIO MARTINS DE MENEZES	**3315**	**SALA 01**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
49.400-000	**SAO JOSE**	**LAGARTO**	**SE**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@LOCADORALOCATUDO.COM.BR	**(79) 9917-2900**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**23/03/2018**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **03/06/2024** às **21:23:11** (data e hora de Brasília). Página: **2/2**

5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL "LOCA TUDO LOCADORA LTDA"

122

MICHAEL SANDES DE CARVALHO, Brasileiro, Solteiro, natural da cidade de Aracaju – SE, nascido em 24/02/1999, Empresário, nº do CPF: 056.449.695-25, residente e domiciliado no(a): RODOVIA ANTONIO MARTINS DE MENZES 3315, SAO JOSE, Lagarto - SE, CEP 49400-000.

Único sócio da **LOCA TUDO LOCADORA LTDA, CNPJ 30.025.240/0001-01 e NIRE 28600060857.** Resolve alterar seu contrato sob as seguintes clausulas:

1 – CLÁUSULA I: ALTERAÇÃO DO OBJETO (art. 997, II, CC):
A Sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: Locação de automóveis sem condutor; Atividades de apoio à agricultura; Impressão de material para uso publicitário; Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; Montagem de estruturas metálicas; Instalação e manutenção elétrica; Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias; Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras; Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores; Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores; Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores; Serviços de capotaria; Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal; Serviço de táxi; Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista; Transporte escolar; Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal; Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal; Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal; Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada; Serviços de reboque de veículos; Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; Correspondentes de instituições financeira; Agencia de publicidade; Promoção de vendas; Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador; Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes; Aluguel de andaimes; Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes; Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico; Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; Atividades de cobrança e informações cadastrais; Serviços de reservas e outros serviços de turismo; Operadores turísticos; Agências de viagens;

Parágrafo único: Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s): Locação de automóveis sem condutor; Atividades de apoio à agricultura; Impressão de material para uso publicitário; Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; Montagem de estruturas metálicas; Instalação e manutenção elétrica; Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias; Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras; Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores; Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores; Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores; Serviços de capotaria; Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal; Serviço de táxi; Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista; Transporte escolar; Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal; Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal; Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal; Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada; Serviços de reboque de veículos; Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; Correspondentes de instituições financeira; Agencia de publicidade; Promoção de vendas; Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador; Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem

5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL
"LOCA TUDO LOCADORA LTDA"

123

operador, exceto andaimes; Aluguel de andaimes; Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes; Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico; Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; Atividades de cobrança e informações cadastrais; Serviços de reservas e outros serviços de turismo; Operadores turísticos; Agências de viagens;

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor;
CNAE Nº 0161-0/99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente;
CNAE Nº 1813-0/01 - Impressão de material para uso publicitário;
CNAE Nº 3313-9/99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente;
CNAE Nº 4292-8/01 - Montagem de estruturas metálicas;
CNAE Nº 4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica;
CNAE Nº 4399-1/02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias;
CNAE Nº 4399-1/04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras;
CNAE Nº 4520-0/01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores;
CNAE Nº 4520-0/04 - Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores;
CNAE Nº 4520-0/05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores;
CNAE Nº 4520-0/07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores;
CNAE Nº 4520-0/08 - Serviços de capotaria;
CNAE Nº 4921-3/01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal;
CNAE Nº 4923-0/01 - Serviço de táxi;
CNAE Nº 4923-0/02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista;
CNAE Nº 4924-8/00 - Transporte escolar;
CNAE Nº 4929-9/01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal;
CNAE Nº 4929-9/03 - Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal;
CNAE Nº 4930-2/01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal;
CNAE Nº 5229-0/01 - Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada;
CNAE Nº 5229-0/02 - Serviços de reboque de veículos;
CNAE Nº 6209-1/00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação;
CNAE Nº 6619-3/02 - Correspondentes de instituições financeiras;
CNAE Nº 7311-4/00 - Agências de publicidade;
CNAE Nº 7319-0/02 - Promoção de vendas;
CNAE Nº 7490-1/04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;
CNAE Nº 7731-4/00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;
CNAE Nº 7732-2/01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;
CNAE Nº 7732-2/02 - Aluguel de andaimes;
CNAE Nº 7739-0/03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes;
CNAE Nº 8020-0/01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico;
CNAE Nº 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;
CNAE Nº 8291-1/00 - Atividades de cobrança e informações cadastrais;

Assim sendo passará a ter a seguinte redação, conforme consolidação a seguir:

5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL "LOCA TUDO LOCADORA LTDA"

124

CONSOLIDAÇÃO

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (art. 997, II, CC):
A sociedade adotará como nome empresarial: **LOCA TUDO LOCADORA LTDA**, e usará a expressão "LOCA TUDO LOCADORA" como nome fantasia.

CLÁUSULA II - DA SEDE (art. 997, II, CC):
A sociedade adotará sua sede no seguinte endereço: ROD ANTONIO MARTINS DE MENEZES, nº 3315, SALA 01, SAO JOSE, LAGARTO - SE, CEP: 49.400-000.

Parágrafo Único: A sociedade poderá abrir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, a critério do sócio.

CLÁUSULA III - DO OBJETO SOCIAL (art. 997, II, CC):
A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômica: Locação de automóveis sem condutor; Atividades de apoio à agricultura; Impressão de material para uso publicitário; Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; Montagem de estruturas metálicas; Instalação e manutenção elétrica; Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias; Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras; Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores; Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores; Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores; Serviços de capotaria; Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal; Serviço de táxi; Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista; Transporte escolar; Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal; Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal; Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal; Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada; Serviços de reboque de veículos; Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; Correspondentes de instituições financeira; Agencia de publicidade; Promoção de vendas; Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador; Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes; Aluguel de andaimes; Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes; Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico; Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; Atividades de cobrança e informações cadastrais; Serviços de reservas e outros serviços de turismo; Operadores turísticos; Agências de viagens;

Parágrafo único: Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s): Locação de automóveis sem condutor; Atividades de apoio à agricultura; Impressão de material para uso publicitário; Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; Montagem de estruturas metálicas; Instalação e manutenção elétrica; Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias; Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras; Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores; Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores; Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores; Serviços de capotaria; Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal; Serviço de táxi; Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista; Transporte escolar; Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal; Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal;

5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL "LOCA TUDO LOCADORA LTDA"

125

Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal; Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada; Serviços de reboque de veículos; Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; Correspondentes de instituições financeira; Agencia de publicidade; Promoção de vendas; Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador; Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes; Aluguel de andaimes; Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes; Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico; Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; Atividades de cobrança e informações cadastrais; Serviços de reservas e outros serviços de turismo; Operadores turísticos; Agências de viagens;

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor;
CNAE Nº 0161-0/99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente;
CNAE Nº 1813-0/01 - Impressão de material para uso publicitário;
CNAE Nº 3313-9/99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente;
CNAE Nº 4292-8/01 - Montagem de estruturas metálicas;
CNAE Nº 4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica;
CNAE Nº 4399-1/02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias;
CNAE Nº 4399-1/04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras;
CNAE Nº 4520-0/01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores;
CNAE Nº 4520-0/04 - Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores;
CNAE Nº 4520-0/05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores;
CNAE Nº 4520-0/07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores;
CNAE Nº 4520-0/08 - Serviços de capotaria;
CNAE Nº 4921-3/01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal;
CNAE Nº 4923-0/01 - Serviço de táxi;
CNAE Nº 4923-0/02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista;
CNAE Nº 4924-8/00 - Transporte escolar;
CNAE Nº 4929-9/01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal;
CNAE Nº 4929-9/03 - Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal;
CNAE Nº 4930-2/01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal;
CNAE Nº 5229-0/01 - Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada;
CNAE Nº 5229-0/02 - Serviços de reboque de veículos;
CNAE Nº 6209-1/00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação;
CNAE Nº 6619-3/02 - Correspondentes de instituições financeiras;
CNAE Nº 7311-4/00 - Agências de publicidade;
CNAE Nº 7319-0/02 - Promoção de vendas;
CNAE Nº 7490-1/04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;
CNAE Nº 7731-4/00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;
CNAE Nº 7732-2/01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;
CNAE Nº 7732-2/02 - Aluguel de andaimes;

5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL
"LOCA TUDO LOCADORA LTDA" 126

CNAE Nº 7739-0/03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes;
CNAE Nº 8020-0/01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico;
CNAE Nº 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;
CNAE Nº 8291-1/00 - Atividades de cobrança e informações cadastrais;

CLÁUSULA IV - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO (art. 53, III, F, Decreto nº 1.800/96):
A sociedade iniciará suas atividades em 23/03/2018 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA V - DO CAPITAL (ART. 997, III e IV e ART. 1.052 e 1.055, CC):
O capital será de R$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais), dividido em 98.000 (noventa e oito mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, formado por R$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais) em moeda corrente no País.

Parágrafo único. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelos sócios da seguinte forma:

Nome dos Sócios	Qtd Quotas	Valor em R$	%
MICHAEL SANDES DE CARVALHO	98.000	98.000,00	100
TOTAL:	98.000	98.000,00	100

CLÁUSULA VI - DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 997, VI; 1.013, 1.015; 1.064, CC):
A administração da sociedade será exercida pelo sócio **MICHAEL SANDES DE CARVALHO** que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo único: Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

CLÁUSULA VII - DO BALANÇO PATRIMONIAL (art. 1.065, CC):
Ao término de cada exercício, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (art. 1.011, § 1º CC e art. 37, II da Lei nº 8.934 de 1994):
O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA IX - DO PRÓ LABORE:
O sócio poderá fixar uma retirada mensal, a título de pro labore para o sócio administrador, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA X - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS:
A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL "LOCA TUDO LOCADORA LTDA"

127

CLÁUSULA XI - DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO:
Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s) na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA XII - DA CESSÃO DE QUOTAS:
As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA XIII - DA RESPONSABILIDADE:
A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA XIV - DO FORO:
Fica eleito o Foro da Comarca de Lagarto - SE, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Sergipe.

Lagarto/SE, 03 de junho de 2024

MICHAEL SANDES DE CARVALHO
Sócio/Administrador

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa LOCA TUDO LOCADORA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
05644969525	MICHAEL SANDES DE CARVALHO

JUCESE
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE

CERTIFICO O REGISTRO EM 03/06/2024 15:11 SOB Nº 20240202430.
PROTOCOLO: 240202430 DE 03/06/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12407687931. CNPJ DA SEDE: 30025240000101.
NIRE: 28600060857. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 03/06/2024.
LOCA TUDO LOCADORA LTDA

NAYARA SIQUEIRA BRITO
SECRETÁRIA-GERAL
www.agiliza.se.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

129

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LOCA TUDO LOCADORA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 30.025.240/0001-01
Certidão nº: 1669165/2025
Expedição: 09/01/2025, às 13:05:57
Validade: 08/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LOCA TUDO LOCADORA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **30.025.240/0001-01, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO-SMFO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA 130

Endereço: PRAÇA NOSSA SENHORA DA PIEDADE, Nº 13 Telefone: (79)99950-5095 CNPJ: 13.124.052/0001-11

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho exarado no PROCESSO Nº ****** e com base na legislação em vigor, que o contribuinte mencionado abaixo, está quite com os tributos do Cadastro Geral do Município até 07/01/2025.

Nome: LOCA TUDO LOCADORA LTDA	Sequencial: 41336
CPF/CNPJ: 30.025.240/0001-01	Validade: 08/03/2025
Endereço: RODOVIA ANTONIO MARTINS DE MENEZES 3315 SALA 01; PONTO DE REFERENCIA: Localização: SAO JOSE LAGARTO 49400000	
Observaçã	

VIA INTERNET

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO se reserva o direito de cobrar futuramente, quaisquer dívidas que porventura venham a ser apuradas posteriormente, relativas ao período a que se refere a presente certidão.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO ACESSANDO O SITE DO MUNICÍPIO
WWW.LAGARTO.SE.GOV.BR
CLIQUE EM PORTAL DO CONTRIBUINTE

Código de Verificação: 23A0A817AE3751DCC98B973F49BB0B593907E253

131

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 30.025.240/0001-01
Razão Social: LOCA TUDO LOCADORA EIRELI
Endereço: ROD ANTONIO MARTINS DE MENEZES 3315 SL 1 / SAO JOSE / LAGARTO / SE / 49400-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:25/01/2025 a 23/02/2025

Certificação Número: 2025012510135375326801

Informação obtida em 03/02/2025 09:15:52

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LOCA TUDO LOCADORA LTDA
CNPJ: 30.025.240/0001-01

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:13:53 do dia 07/01/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 06/07/2025.
Código de controle da certidão: **EA6F.D165.0A34.7DDF**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CERTIDÃO JUDICIAL

NATUREZA: CÍVEL RESULTADO: NEGATIVA

IDENTIFICAÇÃO

Nome: LOCA TUDO LOCADORA LTDA
Tipo de Pessoa: Jurídica **CNPJ:** 30.025.240/0001-01
Nome Fantasia: LOCA TUDO LOCADORA

CERTIFICO PARA OS DEVIDOS FINS DE DIREITO E SEGUNDO OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA RESOLUÇÃO Nº 121/2010 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E PELA RESOLUÇÃO Nº 31/2022 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE, QUE FORAM ENCONTRADOS OS REGISTROS ABAIXO NOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DE 1º E 2º GRAUS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE EM DESFAVOR DA PESSOA ACIMA IDENTIFICADA.

NADA CONSTA

OBSERVAÇÕES

1. **Certidão expedida gratuitamente e válida por 30 (trinta) dias.**
2. A identificação da pessoa é de responsabilidade do solicitante e deve ser conferida pelo interessado/destinatário desta certidão.
3. A certidão também será negativa quando houver registro de homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário.
4. A autenticidade desta certidão pode ser confirmada eletronicamente no aplicativo ou site do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.
5. O conteúdo desta certidão pode ser contestado eletronicamente no aplicativo do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, durante o período de sua validade.
6. Essa Certidão Judicial abrange todos os processos cíveis, inclusive os de Juizados Especiais Cíveis, Execução Fiscal e de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial de empresa, Execução Patrimonial, Família, Sucessão e Insolvência, podendo o(s) feito(s) eventualmente listado(s) serem identificados por meio da nomenclatura da(s) Classe(s).

PROTOCOLO E AUTENTICAÇÃO

Certidão **2025.0005211** expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe em **07/01/2025** e válida até **06/02/2025.**

Código de Autenticidade nº **7170.6082.9754.3241.**

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

134

Certidão Negativa de Débitos Estaduais N. 10624 / 2025

Identificação do Solicitante: 30.025.240/0001-01

Certificamos que, até a presente data, não existem débitos contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica **30.025.240/0001-01** referente a impostos, taxas ou multas administrativas, ressalvado à Fazenda Pública o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas. Informamos ainda que o portador do documento **30.025.240/0001-01** não está inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado de Sergipe.

Certidão emitida via Internet nos termos da portaria Nº 283 de 15/02/2001, válida por 30 (trinta) dias a partir da data da emissão.

A presente certidão emitida em **07/01/2025 às 12:58:13, válida até 06/02/2025** deve ser conferida na Internet no endereço **www.sefaz.se.gov.br** pelo agente recebedor.

Aracaju, 7 de Janeiro de 2025

Autenticação: 20250107VFUBAN

CRCSE
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO SERGIPE
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO SERGIPE certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... :	LUIZ VALTER DE OLIVEIRA MATOS
REGISTRO..... :	SE-008504/O-0
CATEGORIA..... :	CONTADOR
CPF..... :	***.220.015-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: SERGIPE, 22/01/2025 as 11:18:52.
Válido até: 22/04/2025.
Código de Controle: 589566.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCSE.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DE SERGIPE

Categoria
CONTADOR

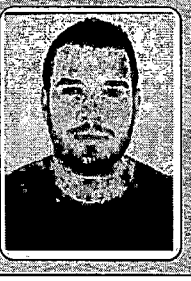
Nº Registro
SE-008504/O-0

Nome
LUIZ VALTER DE OLIVEIRA MATOS

Nascimento
14/11/1996

Nacionalidade
BRASILEIRA

Naturalidade
LAGARTO-SE



Assinatura do Profissional

Filiação
JOSE VALTER DE OLIVEIRA
ANA LUCIRA RABELO MATOS

CPF
860.220.015-36

Documento de Identificação
1659417740 SSP-BA

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei n.º 9.295/46, c/c art. 1º da Lei n.º 6.206/75.

Data de Registro
25/08/2021

Validado eletronicamente pelo
Conselho Federal de Contabilidade
Código de Validação: **9C990F**

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DE SERGIPE

Aproxime um leitor de QR Code para validar ou acesse o endereço:
https://sistemas.cfc.org.br/validacao/profissional/cpf/86022001536/codigo/9C990F

Arquivo emitido pelo aplicativo CRCDigital em **terça-feira, 21 de setembro de 2021, às 11:02.**

EMURB
EMPRESA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANIZAÇÃO

Aracaju/SE, 22 de janeiro de 2024.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para todos os fins de direito, que a empresa **LOCA TUDO LOCADORA EIRELI**, estabelecida na Rodovia Antônio Martins de Menezes, n° 3315, sala 01, Bairro São José na cidade de Lagarto/SE, inscrita no **CNPJ 30.025.240/0001-01,** executou os serviços descritos abaixo para a **EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO- EMURB**, estabelecida na Avenida Augusto Franco, n° 3340, Bairro Ponto Novo na cidade Aracaju/SE, inscrita no CNPJ 13.118.245/0001-60, cumprindo sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante, pelo qual declaramos estar apta a cumprir com o objeto contratado, nada tendo que a desabone.

Contrato n° 012/2023;

Objeto: Locação de veículos do tipo sedan com e sem motorista, sendo: 07 (sete) veículos sem motorista e 18 (dezoito) veículos com motorista;

Valor (contrato + aditivos): R$ 1.441.982,36 (um milhão quatrocentos e quarenta e um mil novecentos e oitenta e dois reais e trinta e seis centavos).

Período: 01 (um) ano.

RENATO BARROS RIBEIRO:07382585557

Assinado de forma digital por RENATO BARROS RIBEIRO:07382585557
Dados: 2024.01.22 16:34:03 -03'00'

Renato Barros Ribeiro
Coordenador de Convênios e Contratos

Aracaju/SE, 22 de janeiro de 2024.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para todos os fins de direito, que a empresa **LOCA TUDO LOCADORA EIRELI**, estabelecida na Rodovia Antônio Martins de Menezes, n° 3315, sala 01, Bairro São José na cidade de Lagarto/SE, inscrita no **CNPJ 30.025.240/0001-01,** executou os serviços descritos abaixo para a **EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO- EMURB**, estabelecida na Avenida Augusto Franco, n° 3340, Bairro Ponto Novo na cidade Aracaju/SE, inscrita no CNPJ 13.118.245/0001-60, cumprindo sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante, pelo qual declaramos estar apta a cumprir com o objeto contratado, nada tendo que a desabone.

Contrato n° 074/2019;

Objeto: Locação de veículos para atendimento às demandas desta EMURB, sendo: 01 (um) veículo tipo utilitário e 14 (quatorze) veículos do tipo passeio com motorista;

Valor (contrato + aditivos): R$ 2.159.020,68 (dois milhões cento e cinquenta e nove mil vinte reais e sessenta e oito centavos).

Período: 03 (três) anos.

RENATO BARROS RIBEIRO:07382585557

Assinado de forma digital por RENATO BARROS RIBEIRO:07382585557
Dados: 2024.01.22 16:33:36 -03'00'

Renato Barros Ribeiro
Coordenador de Convênios e Contratos

Aracaju/SE, 22 de janeiro de 2024.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para todos os fins de direito, que a empresa **LOCA TUDO LOCADORA EIRELI**, estabelecida na Rodovia Antônio Martins de Menezes, n° 3315, sala 01, Bairro São José na cidade de Lagarto/SE, inscrita no **CNPJ 30.025.240/0001-01,** executou os serviços descritos abaixo para a **EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO- EMURB**, estabelecida na Avenida Augusto Franco, n° 3340, Bairro Ponto Novo na cidade Aracaju/SE, inscrita no CNPJ 13.118.245/0001-60, cumprindo sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante, pelo qual declaramos estar apta a cumprir com o objeto contratado, nada tendo que a desabone.

Contrato n° 012/2023;

Objeto: Locação de veículos do tipo sedan com e sem motorista, sendo: 07 (sete) veículos sem motorista e 18 (dezoito) veículos com motorista;

Valor (contrato + aditivos): R$ 1.441.982,36 (um milhão quatrocentos e quarenta e um mil novecentos e oitenta e dois reais e trinta e seis centavos).

Período: 01 (um) ano.

RENATO BARROS RIBEIRO:07382585557

Assinado de forma digital por RENATO BARROS RIBEIRO:07382585557
Dados: 2024.01.22 16:34:03 -03'00'

Renato Barros Ribeiro
Coordenador de Convênios e Contratos

DECLARAÇÃO LEGAL

LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2025 PROCESSO N° 2059/2025
OBJETO: Contratação de empresa para locação de veículos automotores.

A empresa **LOCA TUDO LOCADORA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob n° **30.025.240/0001-01**, estabelecida **A RODOVIA ANTONIO MARTINS DE MENEZES N 3315,SALA 01, SÃO JOSÉ, LAGARTO/SE**, por intermédio de seu representante legal Srº. **MICHAEL SANDES DE CARVALHO**, brasileiro(a), maior, capaz, estado civil **SOLTEIRO**, profissão **EMPRESÁRIO**, residente e domiciliado(a) **A RODOVIA ANTONIO MARTINS DE MENEZES N 3315, SALA 01, SÃO JOSÉ, LAGARTO/SE, CEP 49400-000**, portador(a) da RG nº **2.503.103-1** e do CPF nº **056.449.695-25**, **DECLARA,** em obediência ao Art. 4°, item VII, da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação do edital do pregão acima referido.

A signatária declara expressamente, ainda, sob pena de rescisão do futuro(a) contrato ou ata de registro de preços, para os devidos fins requeridos que:

a) Inexistem fatos impeditivos para habilitação da nossa empresa no presente processo licitatório, inclusive na vigência contratual, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

b) Para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666 de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854 de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358 de 2002, não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, inclusive na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos;

c) Cumpre todas as determinações legais de funcionamento e está apta a exercer as suas atividades;

d) Não possui relação de parentesco até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, com empregados, conselheiros ou dirigentes do Órgão Contratante;

e) Em atendimento ao DISPOSTO NO ART. 93 DA LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1999 e observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, assim como, atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

f) A proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente pelo Licitante e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

g) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

h) Não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

i) O conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

j) O conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas;

k) Está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;

l) Tomou conhecimento e examinou, cuidadosamente, o Edital e os respectivos anexos, para contratação do objeto desta licitação e de ter integralmente compreendido e aceito as condições nele estabelecidas;

m) Se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 2º da Lei Estadual nº 8.847/2020 , estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006;

n) Até a presente data, a mesma não se encontra em concordata ou estado falimentar, não está sofrendo penalidades de Inidoneidade no âmbito da Administração Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, arcando civil e criminalmente pela presente afirmação, bem como da total aceitação das condições estipuladas no referido Edital e seus anexos;

o) Atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a Instrução Normativa nº 01/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI-MPOG) e demais legislações vigentes;

p) POSSUI pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço acima elencado e CONCORDA com todas as exigências contidas nos autos do processo, e que SE COMPROMETE a prestar fielmente os serviços nos termos do Edital e Anexos em epígrafe e de sua Proposta que compõem o processo da presente contratação;

DECLARAÇÃO LEGAL

q) Detém conhecimento das condições do local onde serão executados os serviços objeto do referido Pregão Eletrônico;

r) Visitou e vistoriou todos os locais do órgão público contratante/licitante, onde serão realizados os serviços, objeto desta licitação, estando ciente de suas reais situações e de suas verdadeiras necessidades para a perfeita execução do contrato.

s) Possui disponibilidade dos veículos ofertados na proposta, exatamente do modelo, versão e ano discriminados na especificação.

t) nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;

u) não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

v) não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;

DECLARAMOS estar ciente que a prestação de informação incompleta ou inverídica acarretará minha imediata desqualificação ou rescisão contratual, conforme o caso, sem prejuízo ao pagamento á Administração das penalidades previstas e dos danos causados;

Por ser verdade, firmamos a presente **DECLARAÇÃO** para que produza seus efeitos legais de direitos.

LAGARTO/SERGIPE, 03 de FEVEREIRO de 2025

MICHAEL SANDES DE CARVALHO:05644969525

Assinado de forma digital por MICHAEL SANDES DE CARVALHO:05644969525
Dados: 2025.02.03 09:27:31 -03'00'

MICHAEL SANDES DE CARVALHO

neste ato representando a pessoa jurídica **LOCA TUDO LOCADORA EIRELI**

Aracaju/SE, 22 de janeiro de 2024.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para todos os fins de direito, que a empresa **LOCA TUDO LOCADORA EIRELI**, estabelecida na Rodovia Antônio Martins de Menezes, n° 3315, sala 01, Bairro São José na cidade de Lagarto/SE, inscrita no **CNPJ 30.025.240/0001-01,** executou os serviços descritos abaixo para a **EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO- EMURB**, estabelecida na Avenida Augusto Franco, n° 3340, Bairro Ponto Novo na cidade Aracaju/SE, inscrita no CNPJ 13.118.245/0001-60, cumprindo sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante, pelo qual declaramos estar apta a cumprir com o objeto contratado, nada tendo que a desabone.

Contrato n° 074/2019;

Objeto: Locação de veículos para atendimento às demandas desta EMURB, sendo: 01 (um) veículo tipo utilitário e 14 (quatorze) veículos do tipo passeio com motorista;

Valor (contrato + aditivos): R$ 2.159.020,68 (dois milhões cento e cinquenta e nove mil vinte reais e sessenta e oito centavos).

Período: 03 (três) anos.

RENATO BARROS RIBEIRO:07382585557

Assinado de forma digital por RENATO BARROS RIBEIRO:07382585557
Dados: 2024.01.22 16:33:36 -03'00'

Renato Barros Ribeiro
Coordenador de Convênios e Contratos

EMURB
EMPRESA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANIZAÇÃO

ATESTADO PARCIAL DE CAPACIDADE TÉCNICA

CONTRATO N° 074/2019

Atestamos, para os devidos fins e efeitos legais, que a Empresa LOCA TUDO LOCADORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 30.025.240/0001-01 e inscrição Estadual nº 27.164.963-1, com endereço na Rodovia Antonio Martins de Menezes, nº 3.315, sala 01, Bairro São José, Lagarto/SE, executou no período de **07/11/2019 à 30/09/2021** os **SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO UTILITÁRIOS E PASSEIO COM MOTORISTAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ARACAJU,** objeto de Contrato **n° 074/2019**. O Valor do Contrato, firmado entre a EMURB - Empresa Municipal de Obras e Urbanização e a empresa **LOCA TUDO LOCADORA EIRELI**, com sede na Rodovia Antonio Martins de Menezes, nº 3.315, sala 01, Bairro São José, Lagarto/SE, **inscrita no CNPJ sob o nº 30.025.240/0001-01 e inscrição Estadual nº 27.164.963-1**- é de R$ 1.313.544,00, porém, **executado R$ 1.091.952,43** entre o período de 07/11/2019 até 30/09/2021:

OBS: O referio contrato encontra-se em andamento, informamos ainda que os serviços descritos no referido contrato acima apresentaram bons desempenhos operacional, tendo a empresa cumprida fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Período: 07/11/2019 até 08/11/2021.
Início dos Serviços: 07/11/2019.
Prazo para conclusão dos Serviços: 08/11/2021.

Aracaju, 13 de outubro de 2021.

Fiscal do contrato
Mário Sergio Barbosa Ramos
Assessor da Diretoria de Operações
EBURB

Engº Civil José Alberto Bispo do Nascimento
CREA-SE – RN 270215880-3
Diretor de Operações
EMURB

matrix
EMPREENDIMENTOS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa **LOCA TUDO LOCADORA EIRELI** inscrita no CNPJ sob o nº **30.025.240/0001-01**, estabelecida na **RODOVIA ANTÔNIO MARTINS DE MENEZES, nº 3315**, bairro **SÃO JOSÉ**, na cidade de **LAGARTO**, Estado de **SERGIPE**, prestou, satisfatoriamente, os serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO PASSEIO E ULTILITÁRIO, conforme discriminados abaixo, à **MATRIX EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP**, CNPJ nº **12.559.206/0001-35**, situada na Rua **TRAVESSA 31 DE MARÇO**, Bairro **CENTRO**, Cidade **POÇO REDONDO** Estado de **SERGIPE.**

- **Valor Mensal: R$14.800,00 (Quatorze mil e oitocentos reais)**
- **Valor Global: R$177.600,00 (Cento e setenta e sete mil e seiscentos reais)**
- **Vigência: 13 de Dezembro de 2018 à 13 de Dezembro de 2019**
- **05(cinco) Veículos.**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO HATCH, COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PESSOAS, CÂMBIO MANUAL, MOTOR 1.0, TOTAL FLEX, ITENS DE SEGURANÇA OBRIGATÓRIOS POR LEI, COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATATANTE, DEVIDAMENTE SEGURADO, COM FRANQUIA DE QUILOMETRAGEM LIVRE, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA, ANO E MODELO NÃO INFERIOR A 2018/2018;	MÊS	1	R$1.500,00	R$18.000,00
2	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PICK-UP, CABINE DUPLA, COM CAPACIDADE, PARA 05 (CINCO) PESSOAS, CÂMBIO MANUAL, MOTOR NÃO INFERIOR A 1.6, TOTAL FLEX, ITENS DE SEGURANÇA OBRIGATÓRIOS POR LEI, COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATATANTE, DEVIDAMENTE SEGURADO, COM FRANQUIA DE QUILOMETRAGEM LIVRE, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA, ANO E MODELO NÃO INFERIOR A 2018/2018;	MÊS	1	R$1.800,00	R$21.600,00

MATRIX EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP
Travessa 31 de Março, s/nº- Sala 01 – Centro – 49810-000
Poço Redondo – SE, Fone: (0xx79) 3337.1653
e-mail: matrix.empreendimentos@hotmail.com
CNPJ – 12.559.206/0001-35

3	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE EXECUTIVO PICK-UP, CABINE DUPLA, CÂMBIO AUTOMÁTICO, COM CAPACIDADE PARA 05(CINCO) PESSOAS, MOVIDA A DIESEL, COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATATANTE, MOTOR NÃO INFERIOR A 2.0, TRAÇÃO 4X4, DEVIDAMENTE SEGURADO, COM FRANQUIA DE QUILOMETRAGEM LIVRE, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA, ANO E MODELO NÃO INFERIOR A 2018/2018;	MÊS	1	R$5.000,00	R$60.000,00
4	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO, MOVIDA A DIESEL, COM CAPACIDADE PARA 16 PESSOAS, MOTOR NÃO INFERIOR A 2.2, COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATATANTE, ITENS DE SEGURANÇA OBRIGATÓRIOS POR LEI, DEVIDAMENTE SEGURADO, COM FRANQUIA DE QUILOMETRAGEM LIVRE, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA, ANO E MODELO NÃO INFERIOR A 2016/2016;	MÊS	1	R$4.500,00	R$54.000,00
5	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO COM CAPACIDADE PARA 7(SETE) PESSOAS, TOTAL FLEX, MOTOR NÃO INFERIOR A 1.8, COM PORTA CORREDIÇA, COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATATANTE, DEVIDAMENTE SEGURADO, COM FRANQUIA DE QUILOMETRAGEM LIVRE, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA, ANO E MODELO NÃO INFERIOR A 2016/2016;	MÊS	1	R$2.000,00	R$24.000,00

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

POÇO REDONDO/SE, 06 DE OUTUBRO DE 2020

MATRIX EMPREENDIMENTOS LTDA EPP
CNPJ.: 12.559.206/0001-35

MATRIX EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP
Travessa 31 de Março, s/nº - Sala 01 – Centro – 49810-000
Poço Redondo – SE, Fone: (0xx79) 3337.1653
e-mail: matrix.empreendimentos@hotmail.com
CNPJ – 12.559.206/0001-35.

COMPLEXO Fábio José

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para demonstração de capacidade técnica e comprovação de notória especialização, na forma do artigo 25, §1° da Lei n°8.666/93, que a empresa LOCA TUDO LOCADORA EIRELI inscrita no CNPJ sob o n° 30.025.240/0001-01, estabelecida à RODOVIA ANTÔNIO MARTINS DE MENEZES, n° 3315, bairro SÃO JOSÉ, na cidade de LAGARTO, Estado de SERGIPE, prestou serviços ao Parque das palmeiras produções e eventos LTDA, CNPJ n° 28.567.021/0001-02, situada na ESTRA DO POVOADO BREJO S/N, Bairro ZONA RURAL, Cidade LAGARTO Estado de SERGIPE, seguindo as especificações abaixo, durante o período de 12 meses, de 16 de Novembro de 2018 à 16 de Novembro de 2019.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PICK-UP SAVEIRO, CABINE DUPLA, MOTOR NÃO INFERIOR A 1.6, FLEX, POTÊNCIA MÍNIMA DE 101CV, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, VIDROS ELÉTRICOS, ITENS DE SEGURANÇA OBRIGATÓRIOS POR LEI, MOTORISTA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE, DEVIDAMENTE SEGURADO, COM FRANQUIA DE QUILOMETRAGEM MENSAL LIVRE, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA.	MÊS	2	R$1.500,00	R$3.000,00
2	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO TIPO RETROESCAVADEIRA 4X4 GABINADA, ANO/MODELO NÃO INFERIOR A 2016, COM MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE, COM CARGA DE 8 (OITO) HORAS DIÁRIAS DE SEGUNDA A SEXTA, E QUATRO HORAS AOS SÁBADOS.	MÊS	1	R$10.000,00	R$10.000,00

3	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PASSEIO GOL 1.0, COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PESSOAS, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, CÂMBIO MANUAL, TOTAL FLEX, ITENS DE SEGURANÇA OBRIGATÓRIOS POR LEI, COM MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE, DEVIDAMENTE SEGURADO, COM FRANQUIA DE QUILOMETRAGEM MENSAL LIVRE, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA;	MÊS	3	R$1.300,00	R$3.900,00
4	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHÃO PIPA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20.000 LITROS, ANO/MODELO NÃO INFERIOR A 2012, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, IMPOSTOS, SEGURO TOTAL E MULTAS DE TRANSITO, MOTORISTA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATADA, BEM COMO OS ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, EQUIPAMENTO ACOMPANHADO DE RABO DE PAVÃO, BOMBA PARA ENCHIMENTO DE TANQUE E CAIXA D'AGUA ELEVADA, BICO E MANGUEIRA.	MÊS	1	R$12.000,00	R$12.000,00

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

LAGARTO/SE, 29 DE SETEMBRO DE 2020

PARQUE DAS PALMEIRAS PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA
CNPJ: 28.567.021/0001-02
EDUARDO COSTA.
GERENTE ADMINISTRATIVO

JAC CAMINHOES EIRELI

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHÃO BAÚ REFRIGERADO

Atestamos que a empresa **LOCA TUDO LOCADORA EIRELI** inscrita no CNPJ sob o nº **30.025.240/0001-01**, estabelecida na **RODOVIA ANTÔNIO MARTINS DE MENEZES, nº 3315**, bairro **SÃO JOSÉ**, na cidade de **LAGARTO**, Estado de **SERGIPE**, prestou, satisfatoriamente, os serviços de LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, à **JAC CAMINHÕES EIRELI**, CNPJ nº **05.996.605/0001-06**, situada na Rodovia **ANTÔNIO MARTINS DE MENEZES**, N° **4065**, Bairro **HORTA**, Cidade **LAGARTO** Estado de **SERGIPE**.

As partes firmaram um contrato de prestação de serviços em que a empresa **LOCA TUDO LOCADORA EIRELI** forneceu, mensalmente, durante o período de 01 (um) ano os serviços de locação de 10 caminhões TIPO CAMINHÃO TOCO MARCA/MODELO **VOLKSWAGEN 8.160** COM BAÚ REFRIGERADO, CAPACIDADE PARA CARREGAR 5.000 (CINCO MIL) QUILOS, 02 EIXOS, ANO DE FABRICAÇÃO 2016 COM MOTORISTA UNIFORMIZADO E DEVIDAMENTE QUALIFICADO afim de atender necessidades específicas com transporte de bens de consumo não duráveis.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$1.320.000,00 (UM MILHÃO TREZENTOS E VINTE MIL REAIS)

INÍCIO DOS SERVIÇOS: 10/01/2019

FIM DOS SERVIÇOS: 10/01/2020

LAGARTO/SE, 08 DE FEVEREIRO DE 2022

JOSE ADRIANO DE CARVALHO:51742314520

Assinado de forma digital por JOSE ADRIANO DE CARVALHO:51742314520
Dados: 2022.02.08 22:01:48 -03'00'

JAC CAMINHOES EIRELI

JAC CAMINHOES EIRELI – CNPJ Nº 05.996.605/0001-06
ENDEREÇO: RODOVIA ANTÔNIO MARTINS DE MENEZES Nº4065 – HORTA – LAGARTO/SE – CEP 49.400-000
Fone: (79)9.9971-9107 – E-mail: adriano.autos@hotmail.com

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA
CONTRATO Nº 18

Atestamos, para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa LOCA TUDO LOCADORA EIRELI inscrita no CNPJ sob o nº 30.025.240/0001-01, estabelecida na RODOVIA ANTÔNIO MARTINS DE MENEZES, nº 3315, bairro SÃO JOSÉ, na cidade de LAGARTO, Estado de SERGIPE, prestou, satisfatoriamente, os serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO CAMINHÃO, conforme discriminados abaixo, à AEDY COMERCIO REFORMA CORRETAGEM DE VEICULOS E MAQUINAS LTDA, CNPJ nº 07.770.493/0001-98, situada na ROD BR-324 (SENTIDO FSA), S/N, Bairro VALERIA, Cidade SALVADOR Estado da BAHIA, seguindo as características descriminadas abaixo na planilha de custos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO PESADO TIPO CAMINHÃO **VOLKSWAGEN 13.190** COM COMPACTADOR DE LIXO EQUIPADO COM CAIXA COLETORA DE 15M³ DE CAPACIDADE; ANO DE FABRICAÇÃO 2016 COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATADA;	MÊS	2	R$25.000,00	R$300.000,00
2	LOCAÇÃO DE VEÍCULO PESADO TIPO CAMINHÃO TRUCK **VOLKSWAGEN 24.280** COM BAÚ REFRIGERADO, COM CAPACIDADE PARA CARREGAR NO MÍNIMO 20.000 (VINTE MIL) QUILOS, 03 EIXOS, ANO DE FABRICAÇÃO 2016 COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATADA;	MÊS	6	R$90.000,00	R$1.080.000,00
3	LOCAÇÃO DE VEÍCULO PESADO TIPO CAMINHÃO TOCO **VOLKSWAGEN 8.160** COM CARROCERIA DE MADEIRA, COM CAPACIDADE PARA CARREGAR NO MÍNIMO 5.000 (CINCO MIL) QUILOS, 02 EIXOS, ANO DE FABRICAÇÃO 2018 COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATADA;	MÊS	2	R$18.000,00	R$216.000,00

PERÍODODE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 05 DE ABRIL DE 2020 À 05 DE ABRIL DE 2021

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$1.596.000,00 (UM MILHÃO QUINHENTOS E NOVENTA E SEIS MIL REAIS)

SALVADOR/BA
12 DE DEZEMBRO DE 2021

ARILSON OLIVEIRA DO CARMO

AEDY COMERCIO REFORMA CORRETAGEM DE VEICULOS E MAQUINAS LTDA
07.770.493/0001-98
ROD BR-324 (SENTIDO FSA), S/N, Bairro VALERIA, SALVADOR/BAHIA, 41.300-500
financeiro@arilsoncaminhoes.com.br

EMURB
EMPRESA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANIZAÇÃO

ATESTADO PARCIAL DE CAPACIDADE TÉCNICA

CONTRATO N° 074/2019

Atestamos, para os devidos fins e efeitos legais, que a Empresa LOCA TUDO LOCADORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n° 30.025.240/0001-01 e inscrição Estadual n° 27.164.963-1, com endereço na Rodovia Antonio Martins de Menezes, n° 3.315, sala 01, Bairro São José, Lagarto/SE, executou no período de **07/11/2019 à 30/09/2021** os **SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO UTILITÁRIOS E PASSEIO COM MOTORISTAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ARACAJU,** objeto de Contrato **n° 074/2019**. O Valor do Contrato, firmado entre a EMURB - Empresa Municipal de Obras e Urbanização e a empresa **LOCA TUDO LOCADORA EIRELI**, com sede na Rodovia Antonio Martins de Menezes, n° 3.315, sala 01, Bairro São José, Lagarto/SE, **inscrita no CNPJ sob o n° 30.025.240/0001-01 e inscrição Estadual n° 27.164.963-1**- é de R$ 1.313.544,00, porém, **executado R$ 1.091.952,43** entre o período de 07/11/2019 até 30/09/2021:

OBS: O referio contrato encontra-se em andamento, informamos ainda que os serviços descritos no referido contrato acima apresentaram bons desempenhos operacional, tendo a empresa cumprida fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Período: 07/11/2019 até 08/11/2021.
Início dos Serviços: 07/11/2019.
Prazo para conclusão dos Serviços: 08/11/2021.

Aracaju, 13 de outubro de 2021.

Fiscal do contrato
Mário Sergio Barbosa Ramos
Assessor da Diretoria de Operações
EBURB

Engº Civil José Alberto Bispo do Nascimento
CREA-SE – RN 270215880-3
Diretor de Operações
EMURB

matrix
EMPREENDIMENTOS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa **LOCA TUDO LOCADORA EIRELI** inscrita no CNPJ sob o nº **30.025.240/0001-01**, estabelecida na **RODOVIA ANTÔNIO MARTINS DE MENEZES, nº 3315**, bairro **SÃO JOSÉ**, na cidade de **LAGARTO**, Estado de **SERGIPE**, prestou, satisfatoriamente, os serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO PASSEIO E ULTILITÁRIO, conforme discriminados abaixo, à **MATRIX EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP**, CNPJ nº **12.559.206/0001-35**, situada na Rua **TRAVESSA 31 DE MARÇO**, Bairro **CENTRO**, Cidade **POÇO REDONDO** Estado de **SERGIPE.**

- **Valor Mensal: R$14.800,00 (Quatorze mil e oitocentos reais)**
- **Valor Global: R$177.600,00 (Cento e setenta e sete mil e seiscentos reais)**
- **Vigência: 13 de Dezembro de 2018 à 13 de Dezembro de 2019**
- **05(cinco) Veículos.**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO HATCH, COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PESSOAS, CÂMBIO MANUAL, MOTOR 1.0, TOTAL FLEX, ITENS DE SEGURANÇA OBRIGATÓRIOS POR LEI, COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATATANTE, DEVIDAMENTE SEGURADO, COM FRANQUIA DE QUILOMETRAGEM LIVRE, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA, ANO E MODELO NÃO INFERIOR A 2018/2018;	MÊS	1	R$1.500,00	R$18.000,00
2	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PICK-UP, CABINE DUPLA, COM CAPACIDADE, PARA 05 (CINCO) PESSOAS, CÂMBIO MANUAL, MOTOR NÃO INFERIOR A 1.6, TOTAL FLEX, ITENS DE SEGURANÇA OBRIGATÓRIOS POR LEI, COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATATANTE, DEVIDAMENTE SEGURADO, COM FRANQUIA DE QUILOMETRAGEM LIVRE, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA, ANO E MODELO NÃO INFERIOR A 2018/2018;	MÊS	1	R$1.800,00	R$21.600,00

MATRIX EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP
Travessa 31 de Março, s/n° - Sala 01 – Centro – 49810-000
Poço Redondo – SE, Fone: (0xx79) 3337.1653
e-mail: matrix.empreendimentos@hotmail.com
CNPJ – 12.559.206/0001-35

3	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE EXECUTIVO PICK-UP, CABINE DUPLA, CÂMBIO AUTOMÁTICO, COM CAPACIDADE PARA 05(CINCO) PESSOAS, MOVIDA A DIESEL, COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATATANTE, MOTOR NÃO INFERIOR A 2.0, TRAÇÃO 4X4, DEVIDAMENTE SEGURADO, COM FRANQUIA DE QUILOMETRAGEM LIVRE, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA, ANO E MODELO NÃO INFERIOR A 2018/2018;	MÊS	1	R$5.000,00	R$60.000,00
4	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO, MOVIDA A DIESEL, COM CAPACIDADE PARA 16 PESSOAS, MOTOR NÃO INFERIOR A 2.2, COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATATANTE, ITENS DE SEGURANÇA OBRIGATÓRIOS POR LEI, DEVIDAMENTE SEGURADO, COM FRANQUIA DE QUILOMETRAGEM LIVRE, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA, ANO E MODELO NÃO INFERIOR A 2016/2016;	MÊS	1	R$4.500,00	R$54.000,00
5	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO COM CAPACIDADE PARA 7(SETE) PESSOAS, TOTAL FLEX, MOTOR NÃO INFERIOR A 1.8, COM PORTA CORREDIÇA, COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATATANTE, DEVIDAMENTE SEGURADO, COM FRANQUIA DE QUILOMETRAGEM LIVRE, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA, ANO E MODELO NÃO INFERIOR A 2016/2016;	MÊS	1	R$2.000,00	R$24.000,00

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

POÇO REDONDO/SE, 06 DE OUTUBRO DE 2020

MATRIX EMPREENDIMENTOS LTDA EPP
CNPJ.: 12.559.206/0001-35

MATRIX EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP
Travessa 31 de Março, s/nº - Sala 01 – Centro – 49810-000
Poço Redondo – SE, Fone: (0xx79) 3337.1653
e-mail: matrix.empreendimentos@hotmail.com
CNPJ – 12.559.206/0001-35

COM PLEXO Fábio José

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para demonstração de capacidade técnica e comprovação de notória especialização, na forma do artigo 25, §1° da Lei n°8.666/93, que a empresa **LOCA TUDO LOCADORA EIRELI** inscrita no CNPJ sob o n° **30.025.240/0001-01**, estabelecida à **RODOVIA ANTÔNIO MARTINS DE MENEZES, n° 3315**, bairro **SÃO JOSÉ**, na cidade de **LAGARTO**, Estado de **SERGIPE**, prestou serviços ao **Parque das palmeiras produções e eventos LTDA**, CNPJ n° **28.567.021/0001-02**, situada na ESTRA DO POVOADO BREJO S/N, Bairro ZONA RURAL, Cidade LAGARTO Estado de SERGIPE, seguindo as especificações abaixo, durante o período de 12 meses, de 16 de Novembro de 2018 à 16 de Novembro de 2019.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PICK-UP SAVEIRO, CABINE DUPLA, MOTOR NÃO INFERIOR A 1.6, FLEX, POTÊNCIA MÍNIMA DE 101CV, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, VIDROS ELÉTRICOS, ITENS DE SEGURANÇA OBRIGATÓRIOS POR LEI, MOTORISTA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE, DEVIDAMENTE SEGURADO, COM FRANQUIA DE QUILOMETRAGEM MENSAL LIVRE, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA.	MÊS	2	R$1.500,00	R$3.000,00
2	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO TIPO RETROESCAVADEIRA 4X4 GABINADA, ANO/MODELO NÃO INFERIOR A 2016, COM MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE, COM CARGA DE 8 (OITO) HORAS DIÁRIAS DE SEGUNDA A SEXTA, E QUATRO HORAS AOS SÁBADOS.	MÊS	1	R$10.000,00	R$10.000,00

COMPLEXO Fábio José

3	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PASSEIO GOL 1.0, COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PESSOAS, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, CÂMBIO MANUAL, TOTAL FLEX, ITENS DE SEGURANÇA OBRIGATÓRIOS POR LEI, COM MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE, DEVIDAMENTE SEGURADO, COM FRANQUIA DE QUILOMETRAGEM MENSAL LIVRE, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA;	MÊS	3	R$1.300,00	R$3.900,00
4	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHÃO PIPA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20.000 LITROS, ANO/MODELO NÃO INFERIOR A 2012, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, IMPOSTOS, SEGURO TOTAL E MULTAS DE TRANSITO, MOTORISTA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATADA, BEM COMO OS ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, EQUIPAMENTO ACOMPANHADO DE RABO DE PAVÃO, BOMBA PARA ENCHIMENTO DE TANQUE E CAIXA D'AGUA ELEVADA, BICO E MANGUEIRA.	MÊS	1	R$12.000,00	R$12.000,00

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

LAGARTO/SE, 29 DE SETEMBRO DE 2020

PARQUE DAS PALMEIRAS PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA
CNPJ: 28.567.021/0001-02
EDUARDO COSTA.
GERENTE ADMINISTRATIVO

JAC CAMINHOES EIRELI

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHÃO BAÚ REFRIGERADO

Atestamos que a empresa **LOCA TUDO LOCADORA EIRELI** inscrita no CNPJ sob o nº **30.025.240/0001-01**, estabelecida na **RODOVIA ANTÔNIO MARTINS DE MENEZES, nº 3315**, bairro **SÃO JOSÉ**, na cidade de **LAGARTO**, Estado de **SERGIPE**, prestou, satisfatoriamente, os serviços de LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, à **JAC CAMINHÕES EIRELI**, CNPJ nº **05.996.605/0001-06**, situada na Rodovia **ANTÔNIO MARTINS DE MENEZES**, N° **4065**, Bairro **HORTA**, Cidade **LAGARTO** Estado de **SERGIPE**.

As partes firmaram um contrato de prestação de serviços em que a empresa **LOCA TUDO LOCADORA EIRELI** forneceu, mensalmente, durante o período de 01 (um) ano os serviços de locação de 10 caminhões TIPO CAMINHÃO TOCO MARCA/MODELO **VOLKSWAGEN 8.160** COM BAÚ REFRIGERADO, CAPACIDADE PARA CARREGAR 5.000 (CINCO MIL) QUILOS, 02 EIXOS, ANO DE FABRICAÇÃO 2016 COM MOTORISTA UNIFORMIZADO E DEVIDAMENTE QUALIFICADO afim de atender necessidades específicas com transporte de bens de consumo não duráveis.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$1.320.000,00 (UM MILHÃO TREZENTOS E VINTE MIL REAIS)

INÍCIO DOS SERVIÇOS: 10/01/2019

FIM DOS SERVIÇOS: 10/01/2020

LAGARTO/SE, 08 DE FEVEREIRO DE 2022

JOSE ADRIANO DE CARVALHO:51742314520

Assinado de forma digital por JOSE ADRIANO DE CARVALHO:51742314520
Dados: 2022.02.08 22:01:48 -03'00'

JAC CAMINHOES EIRELI

JAC CAMINHOES EIRELI – CNPJ Nº 05.996.605/0001-06
ENDEREÇO: RODOVIA ANTÔNIO MARTINS DE MENEZES Nº4065 – HORTA – LAGARTO/SE – CEP 49.400-000
Fone: (79)9.9971-9107 – E-mail: adriano.autos@hotmail.com

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA
CONTRATO Nº 18

Atestamos, para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa LOCA TUDO LOCADORA EIRELI inscrita no CNPJ sob o nº 30.025.240/0001-01, estabelecida na RODOVIA ANTÔNIO MARTINS DE MENEZES, nº 3315, bairro SÃO JOSÉ, na cidade de LAGARTO, Estado de SERGIPE, prestou, satisfatoriamente, os serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO CAMINHÃO, conforme discriminados abaixo, à AEDY COMERCIO REFORMA CORRETAGEM DE VEICULOS E MAQUINAS LTDA, CNPJ nº 07.770.493/0001-98, situada na ROD BR-324 (SENTIDO FSA), S/N, Bairro VALERIA, Cidade SALVADOR Estado da BAHIA, seguindo as características descriminadas abaixo na planilha de custos:

[redacted]M	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO PESADO TIPO CAMINHÃO **VOLKSWAGEN 13.190** COM COMPACTADOR DE LIXO EQUIPADO COM CAIXA COLETORA DE 15M³ DE CAPACIDADE, ANO DE FABRICAÇÃO 2016 COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATADA;	MÊS	2	R$25.000,00	R$300.000,00
2	LOCAÇÃO DE VEÍCULO PESADO TIPO CAMINHÃO TRUCK **VOLKSWAGEN 24.280** COM BAÚ REFRIGERADO, COM CAPACIDADE PARA CARREGAR NO MÍNIMO 20.000 (VINTE MIL) QUILOS, 03 EIXOS, ANO DE FABRICAÇÃO 2016 COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATADA;	MÊS	6	R$90.000,00	R$1.080.000,00
3	LOCAÇÃO DE VEÍCULO PESADO TIPO CAMINHÃO TOCO **VOLKSWAGEN 8.160** COM CARROCERIA DE MADEIRA, COM CAPACIDADE PARA CARREGAR NO MÍNIMO 5.000 (CINCO MIL) QUILOS, 02 EIXOS, ANO DE FABRICAÇÃO 2018 COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATADA;	MÊS	2	R$18.000,00	R$216.000,00

PERÍODODE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 05 DE ABRIL DE 2020 À 05 DE ABRIL DE 2021

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$1.596.000,00 (UM MILHÃO QUINHENTOS E NOVENTA E SEIS MIL REAIS)

SALVADOR/BA
12 DE DEZEMBRO DE 2021

ARILSON OLIVEIRA DO CARMO

AEDY COMERCIO REFORMA CORRETAGEM DE VEICULOS E MAQUINAS LTDA
07.770.493/0001-98
ROD BR-324 (SENTIDO FSA), S/N, Bairro VALERIA, SALVADOR/BAHIA, 41.300-500
financeiro@arilsoncaminhoes.com.br
(71) 3215-6042

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025
Protocolo nº 2059/2025
Tipo: Menor Preço Global

JULGAMENTO SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO

O Pregoeiro, no uso de sua atribuições legais, apresenta a decisão sobre os recursos administrativos interpostos por **GUIA VEICULOS**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 82.461.310/001-78, contra a Habilitação da empresa **LOCA TUDO LOCADORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 30.025.240/0001-01, acerca da habilitação no certame, cujo o objeto se trata da " Locação de veículos".

1. DO RELATÓRIO

Aos 03 dias do mês de Fevereiro de 2025, na sessão Eletrônica, a empresa licitante **LOCA TUDO LOCADORA LTDA**, foi habilitada, pois apresentou todos os documentos que o edital relacionava.

Sabendo do fato a empresa Recorrente manifestou a intenção de interpor recurso.

A recorrente apresentou o recurso.

A recorrida fez suas contrarrazões.

É o relatório.

2. DOS PRAZOS

O Recurso foi manifestado de forma imediata e motivadamente. Por tanto sabendo dos prazos, é tempestivo.

3. DAS ALEGAÇÕES

A principal alegação da recorrente diz respeito aos atestados apresentados pela empresa vencedora a qual solicita diligencias.

4. DA DECISÃO

A vencedora apresentou um atestado da EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO – EMURB de Aracaju/SE , que sozinho já atende ao objeto deste pregão pois se trata da locação de 14 (quatorze) veículos, foi consultado no portal da transparência que o contrato realmente existiu, por tanto a mesma atende aos requisitos.

Não vemos mais o que tratar nesta decisão pois está comprovada a capacidade técnica.

5. CONCLUSÃO

Ante os fatos, em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da probidade administrativa e da proposta mais vantajosa a esta administração e com fulcro no princípio da autotutela, que dá à Administração Pública o poder de controlar os próprios atos, **INDEFIRO** o recurso aqui interposto.

Mantendo a Habilitação da empresa **LOCA TUDO LOCADORA LTDA.**

Considerando a decisão encaminho ao Prefeito Municipal para suas considerações.

Informo ainda que nesta prefeitura não cabem mais recursos contra este assunto, independente da decisão do prefeito e aquele que se sentir prejudicado deve procurar seus direitos.

Em anexo recursos e decisão do prefeito.

Publique-se.

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI:00966354958

Assinado de forma digital por EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI:00966354958
Dados: 2025.02.17 15:47:09 -03'00'

Piên/PR, 17 de Fevereiro de 2025.

Eduardo Duarte Scheivaraski
Pregoeiro

160

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025
Protocolo nº 2059/2025
Tipo: Menor Preço Global

DECISÃO DO PREFEITO MUNICIPAL REFERENTE A RECURSO ADMINISTRATIVO

Eu, Maicon Grosskopf, na qualidade de Prefeito do município de Piên/PR, devidamente informado dos acontecimentos do Pregão eletrônico Nº 001/2025.

Considerando o recurso apresentado, bem como a decisão do Pregoeiro.

Decido por acompanhar a decisão do pregoeiro, concordando com a argumentação apresentada, bem como considerando que o edital foi atendido. Permanece o resultado do pregão e fica habilitada a empresa **LOCA TUDO LOCADORA LTDA**, **CNPJ** sob o nº 30.025.240/0001-01, encaminho para que o pregão siga seu processo.

Piên/PR, 17 de Fevereiro de 2025.

MAICON GROSSKOPF:08027858917

Assinado de forma digital por MAICON GROSSKOPF:08027858917
Dados: 2025.02.17 15:50:57 -03'00'

Maicon Grosskopf
Prefeito Municipal

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN- PR

PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2025
PROCESSO N° 2059/2025

LOCA TUDO LOCADORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 30.025.240/0001-01, com endereço à Rodovia Antônio Martins de Menezes, n° 3315, sala 01, Bairro São José, Lagarto/SE, CEP: 49.400- 000, com endereço eletrônico contato@locadoralocatudo.com.br, representada por seu sócio administrador **MICHAEL SANDES DE CARVALHO**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG n° 25031031 SSP/SE e CPF n° 056.449.695-25, residente e domiciliado à Rodovia Antônio Martins de Menezes, n° 3315, sala 01, Bairro São José, Lagarto/SE, CEP: 49.400-000, Telefone (79) 99819-0904 e endereço eletrônico michaelsandes@hotmail.com, vem, com fulcro na Lei n° 14.133/21 e no Edital – Pregão Eletrônico N° 001/2025, Processo N° 2059/2025, Tipo: Menor Preço – Por Lote, apresentar:

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Interposto pela empresa **GUIA VEÍCULOS LTDA,** inscrita perante o CNPJ/MF sob nº **82.461.310/0001-78**, aduzindo, para tanto, as razões abaixo delineadas.

I. DAS RAZÕES RECURSAIS APRESENTADAS PELA RECORRENTE

Em suma, a empresa ora Recorrente, pautada em alegações distorcidas, interpõe o seu Recurso Administrativo e requer a revisão da decisão que habilitou e declarou vencedora do certame a empresa ora Recorrida, com base nos apontamentos que seguem adiante. Segundo a Recorrente:

Pois bem, ao que se infere, no caso da **LOCA TUDO LOCADORA LTDA. CNPJ 30.025.240/0001-01, os atestados anexados ao processo carecem de averiguação (diligência) quanto a seu conteúdo conforme item 14.3.4 a.2 acima transcrito do edital**, vejamos:

Temos dois dos atestados apresentados pela LOCA TUDO LOCADORA LTDA. CNPJ: 30.025.240/0001-01 com indícios de irregularidade:

Ou seja, a empresa Recorrente tenta descredibilizar os atestados de capacidade técnica juntados pela empresa recorrida, requisitando, pois, diligências de averiguações quanto aos seus conteúdos. Conforme será visto adiante nas Contrarrazões Recursais, não assiste razão a nenhum argumento invocado pela Recorrente.

II. DAS CONTRARRAZÕES RECURSAIS

De plano, há que se afirmar que a Recorrida cumpriu com todas as obrigações editalícias que lhe dizem respeito, inclusive a comprovação da capacidade técnica exigida no item 14.3.4 a.2, do edital, sendo que o Ilmo. Pregoeiro, quando da análise dos documentos, procedeu de forma legal e correta quanto a sua classificação e habilitação.

Contudo, haja vista a apresentação de Recurso Administrativo pela Recorrente, urge a Recorrida, qualificada preambularmente, contestar o mérito das razões acostadas ao processo administrativo do certame.

De início, vislumbra-se dos documentos anexados ao procedimento licitatório que a empresa Recorrida, vencedora do certame, cumpriu devidamente os requisitos previstos na lei, não havendo qualquer dúvida no que se refere às capacidades jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira, e, especialmente, **capacidade técnica.**

É sobejamente sabido que é dever da empresa que se sagra vencedora comprovar sua aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

E, na presente licitação, a empresa LOCA TUDO LOCADORA apresentou mais de uma documentação capaz de comprovar sua capacidade técnica:

GUIA VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita perante o CNPJ/MF sob nº 82.461.310/0001-78, com sede social à AV. DAS TORRES, 1.530 – São José dos Pinhais-PR, neste ato representada por seu administrador, Sr. Michel Evandro do Carmo Barbosa Lima, portador da CI/RG 3.643.303-5PR e inscrito perante o CPF/MF sob nº. 642.803.819-68, tempestivamente solicitar esclarecimentos quanto edital de pregão eletrônico **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025 PROCESSO Nº 2059/2025 TIPO MENOR PREÇO – POR LOTE** – Locação de Veículos:

RECURSO

Contra a habilitação da sociedade LOCA TUDO LOCADORA LTDA. CNPJ: 30.025.240/0001-01 como vencedora do pregão acima qualificado, em virtude dos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos.

OS FUNDAMENTOS QUE DÃO ORIGEM AO PRESENTE RECURSO:

Trata-se de apelo contra eventual habilitação da empresa **LOCA TUDO LOCADORA LTDA. CNPJ 30.025.240/0001-01** uma vez que esta apresentou Atestados de Capacidade Técnica em desconformidade legal conforme passa-se a demonstrar:

Transcrevemos abaixo as condições do edital para participação, habilitação, e julgamento das propostas:

2. OBJETO DO PREGÃO:
2.1. Contratação de empresa para locação de veículos automotores.

14. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:
14.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro efetuará consulta aos cadastros descritos nos subitens 7.6. a fim de comprovar a regularidade de situação do autor da proposta.
14.3.4 Qualificação Técnica:
a) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, emitido por órgãos públicos ou privados, comprovando aptidão para características técnicas similares às do objeto, quantidades e prazos;

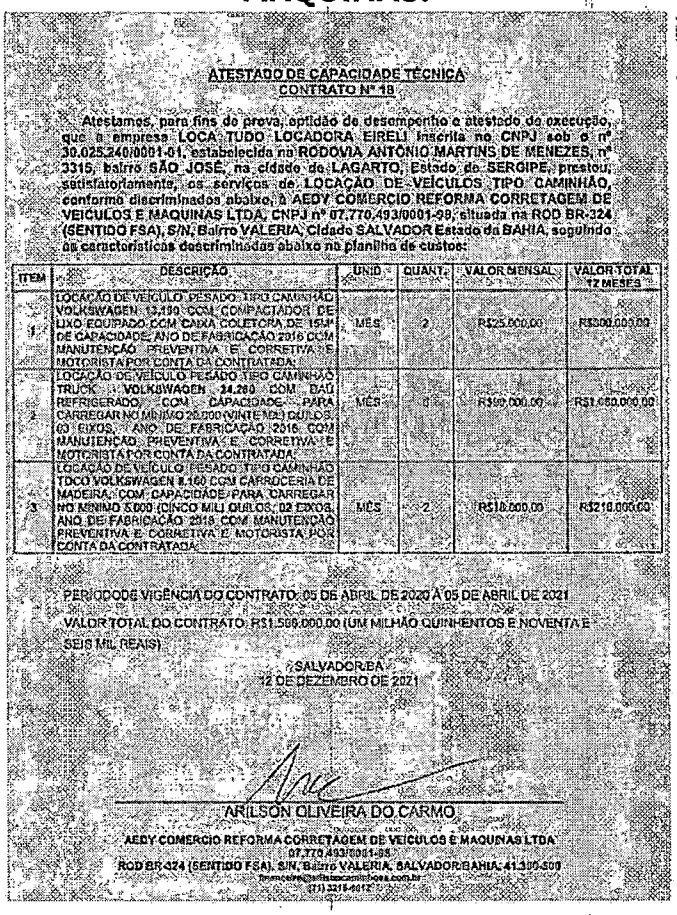
STANDBY
RENT A CAR

a.1) O Atestado fornecido por órgão privado deve ser preferencialmente assinado de forma digital, caso seja assinado manualmente o pregoeiro poderá solicitar o reconhecimento de firma se achar necessária a comprovação da autenticidade do documento.
a.2) O(s) Atestado(s) poderão ter sua autenticidade comprovada.(g.n.)

Pois bem, ao que se infere, no caso da **LOCA TUDO LOCADORA LTDA. CNPJ 30.025.240/0001-01, os atestados anexados ao processo carecem de averiguação (diligência) quanto a seu conteúdo conforme item 14.3.4 a.2 acima transcrito do edital**, vejamos:

Temos dois dos atestados apresentados pela LOCA TUDO LOCADORA LTDA. CNPJ: 30.025.240/0001-01 com indícios de irregularidade:

ATESTADO 01: AEDY COMÉRCIO REFORMA CORRETAGEM DE VEÍCULOS E MÁQUINAS.



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA
CONTRATO Nº 18

Atestamos, para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa LOCA TUDO LOCADORA EIRELI inscrita no CNPJ sob o nº 30.025.240/0001-01, estabelecida na RODOVIA ANTÔNIO MARTINS DE MENEZES, nº 3315, bairro SÃO JOSÉ, na cidade de LAGARTO, Estado de SERGIPE, prestou, satisfatoriamente, os serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO CAMINHÃO, conforme discriminados abaixo, à AEDY COMÉRCIO REFORMA CORRETAGEM DE VEICULOS E MAQUINAS LTDA, CNPJ nº 07.770.493/0001-99, situada na ROD BR-324 (SENTIDO FSA), S/N, Bairro VALERIA, Cidade SALVADOR Estado da BAHIA, seguindo as caracteristicas descriminadas abaixo na planilha de custos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES
1	LOCAÇÃO DE VEICULO PESADO TIPO CAMINHÃO VOLKSWAGEN 13.190 COM COMPACTADOR DE LIXO EQUIPADO COM CAIXA COLETORA DE 16M³ DE CAPACIDADE, ANO DE FABRICAÇÃO 2016 COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATADA;	MES	2	R$25.000,00	R$300.000,00
2	LOCAÇÃO DE VEICULO PESADO TIPO CAMINHÃO TRUCK VOLKSWAGEN 24.280 COM BAÚ REFRIGERADO COM CAPACIDADE PARA CARREGAR NO MINIMO 20.000 (VINTE MIL) QUILOS, 03 EIXOS, ANO DE FABRICAÇÃO 2016, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATADA;	MES	6	R$100.000,00	R$1.050.000,00
3	LOCAÇÃO DE VEICULO PESADO TIPO CAMINHÃO TOCO VOLKSWAGEN 8.160 COM CARROCERIA DE MADEIRA, COM CAPACIDADE PARA CARREGAR NO MENINO 5.000 (CINCO MIL) QUILOS, 02 EIXOS, ANO DE FABRICAÇÃO 2018 COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATADA;	MES	2	R$18.000,00	R$216.000,00

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 05 DE ABRIL DE 2020 A 05 DE ABRIL DE 2021

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$1.566.000,00 (UM MILHÃO QUINHENTOS E NOVENTA E SEIS MIL REAIS)

SALVADOR/BA
12 DE DEZEMBRO DE 2021

ARILSON OLIVEIRA DO CARMO
AEDY COMERCIO REFORMA CORRETAGEM DE VEICULOS E MAQUINAS LTDA
07.770.493/0001-99
ROD BR-324 (SENTIDO FSA), S/N, Bairro VALERIA, SALVADOR/BAHIA, 41.305-000
(71) 3215-6012

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para todos os fins de direito, que a empresa **LOCA TUDO LOCADORA EIRELI,** estabelecida na Rodovia Antônio Martins de Menezes, nº 3315, sala 01, Bairro São José na cidade de Lagarto/SE, inscrita no **CNPJ 30.025.240/0001-01,** executou os serviços descritos abaixo para a **EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO- EMURB,** estabelecida na Avenida Augusto Franco, nº 3340, Bairro Ponto Novo na cidade Aracaju/SE, inscrita no CNPJ 13.118.245/0001-60, cumprindo sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante, pelo qual declaramos estar apta a cumprir com o objeto contratado, nada tendo que a desabone.

Contrato nº 074/2019;

Objeto: Locação de veículos para atendimento às demandas desta EMURB, sendo: 01 (um) veículo tipo utilitário e 14 (quatorze) veículos do tipo passeio com motorista;

Valor (contrato + aditivos): R$ 2.159.020,68 (dois milhões cento e cinquenta e nove mil vinte reais e sessenta e oito centavos).

Período: 03 (três) anos.

RENATO BARROS RIBEIRO:07382585557

Assinado de forma digital por RENATO BARROS RIBEIRO:07382585557
Dados: 2024.01.22 16:33:36 -03'00'

Renato Barros Ribeiro
Coordenador de Convênios e Contratos

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para todos os fins de direito, que a empresa **LOCA TUDO LOCADORA EIRELI,** estabelecida na Rodovia Antônio Martins de Menezes, nº 3315, sala 01, Bairro São José na cidade de Lagarto/SE, inscrita no **CNPJ 30.025.240/0001-01,** executou os serviços descritos abaixo para a **EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO- EMURB,** estabelecida na Avenida Augusto Franco, nº 3340, Bairro Ponto Novo na cidade Aracaju/SE, inscrita no CNPJ 13.118.245/0001-60, cumprindo sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante, pelo qual declaramos estar apta a cumprir com o objeto contratado, nada tendo que a desabone.

Contrato nº 012/2023;

Objeto: Locação de veículos do tipo sedan com e sem motorista, sendo: 07 (sete) veículos sem motorista e 18 (dezoito) veículos com motorista;

Valor (contrato + aditivos): R$ 1.441.982,36 (um milhão quatrocentos e quarenta e um mil novecentos e oitenta e dois reais e trinta e seis centavos).

Período: 01 (um) ano.

RENATO BARROS RIBEIRO:07382585557

Assinado de forma digital por RENATO BARROS RIBEIRO:07382585557
Dados: 2024.01.22 16:34:03 -03'00'

Renato Barros Ribeiro
Coordenador de Convênios e Contratos

Os atestados de capacidade técnica susoditos são mais do que suficientes para atestarem a capacidade técnica da empresa LOCA TUDO LOCADORA, vencedora do certame em questão. Tendo em vista que se trata de licitação de veículos de pequeno porte, todos os atestados juntados corroboram com a alta quantidade de veículos já alugados e objetos de outras licitações.

Já no que se refere aos atestados que o Recorrente solicitou diligências de averiguação, a despeito de serem totalmente verdadeiros e autênticos, são irrelevantes para comprovar a capacidade técnica da empresa, uma vez que os referidos atestados são de locação de veículos de grande porte, e a presente licitação tem por objeto veículos pequenos.

Logo, mesmo sendo possível a averiguação dos referidos atestados, não se coaduna com os princípios da eficiência e celeridade que devem pautar este certame, isto porque a juntada dos atestados relacionados a carros de grande porte foi tão somente um ato de mera liberalidade da Recorrida, não sendo imprescindíveis para a comprovação de sua capacidade técnica.

Denota-se, assim, que o pedido recursal da empresa GUIA VEÍCULOS LTDA visa apenas protelar o deslinde deste procedimento licitatório.

Portanto, a empresa recorrida cumpriu com todas as exigências editalícias, devendo o recurso administrativo em questão ser totalmente inadmitido por esta Comissão, a qual deve julgá-lo improcedente.

III. DOS PEDIDOS

À vista do exposto, confiante na atenção e eficiência com que tem sido direcionada a presente licitação, requer a V. Sa., com acatamento e respeito, que seja mantida a decisão que declarou vencedora a empresa **LOCA TUDO LOCADORA LTDA**, negando provimento TOTAL ao recurso administrativo interposto pela empresa **GUIA VEÍCULOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.461.310/0001-78, nos termos da fundamentação acima exposta.

Termos em que pede e espera deferimento.

Lagarto/SE, 10 de fevereiro de 2025.

MICHAEL SANDES DE CARVALHO

Sócio Administrador

MICHAEL SANDES DE CARVALHO:05644969525

Assinado de forma digital por MICHAEL SANDES DE CARVALHO:05644969525
Dados: 2025.02.10 12:07:49 -03'00'

STANDBY
RENT A CAR

Podemos observar que o **atestado faz referência a vigência entre 05/04/2020 e 05/04/2021. Entretanto,** ressalte-se, dia 05/04/2020 foi um **DOMINGO**. Da maneira que está, sem documentos adicionais é impossível comprovar a veracidade das informações contidas.

Observamos que no cadastro do CNPJ a **AEDY se identifica como comércio varejista de automóveis, camionetas e utilitários usados, entre outras coisas,** conforme abaixo:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
07.770.493/0001-98 MATRIZ		03/01/2006

NOME EMPRESARIAL
AEDY COMERCIO REFORMA CORRETAGEM DE VEICULOS E MAQUINAS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
ARILSON CAMINHOES	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
33.14-7-10 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente
45.11-1-01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos
45.20-0-02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ROD BR 324	001026	GALPAO1026

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
41.300-501	VALERIA	SALVADOR	BA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
LEGAL@BOMFIMNET.COM	(71) 3251-8050

Estranhamos o fato da AEDY alugar da LOCA TUDO 02 (dois) caminhões com compactadores de lixo já que em suas atividades cadastradas não aparece a coleta de lixo.

STANDBY
RENT A CAR

ATESTADO 02: JAC CAMINHÕES EIRELI

JAC CAMINHOES EIRELI

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHÃO BAÚ REFRIGERADO

Atestamos que a empresa **LOCA TUDO LOCADORA EIRELI** inscrita no CNPJ sob o nº **30.025.240/0001-01**, estabelecida na **RODOVIA ANTÔNIO MARTINS DE MENEZES, nº 3315**, bairro **SÃO JOSÉ**, na cidade de **LAGARTO**, Estado de **SERGIPE**, prestou, satisfatoriamente, os serviços de **LOCAÇÃO DE CAMINHÕES**, à **JAC CAMINHÕES EIRELI, CNPJ nº 05.996.605/0001-06**, situada na Rodovia **ANTÔNIO MARTINS DE MENEZES, Nº 4065**, Bairro **HORTA**, Cidade **LAGARTO** Estado de **SERGIPE**.

As partes firmaram um contrato de prestação de serviços em que a empresa **LOCA TUDO LOCADORA EIRELI** forneceu, mensalmente, durante o período de 01 (um) ano os serviços de locação de 10 caminhões TIPO CAMINHÃO TOCO MARCA/MODELO VOLKSWAGEN 8.160 COM BAÚ REFRIGERADO, CAPACIDADE PARA CARREGAR 5.000 (CINCO MIL) QUILOS, 02 EIXOS, ANO DE FABRICAÇÃO 2016 COM MOTORISTA UNIFORMIZADO E DEVIDAMENTE QUALIFICADO afim de atender necessidades específicas com transporte de bens de consumo não duráveis.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$1.320.000,00 (UM MILHÃO TREZENTOS E VINTE MIL REAIS)

INÍCIO DOS SERVIÇOS: 10/01/2019

FIM DOS SERVIÇOS: 10/01/2020

LAGARTO/SE, 08 DE FEVEREIRO DE 2022

JOSE ADRIANO DE CARVALHO:51742314520

Assinado de forma digital por JOSE ADRIANO DE CARVALHO:51742314520
Dados: 2022.02.08 22:01:48 -03'00'

JAC CAMINHOES EIRELI

JAC CAMINHOES EIRELI – CNPJ Nº 05.996.605/0001-06
ENDEREÇO: RODOVIA ANTÔNIO MARTINS DE MENEZES Nº 4065 – HORTA – LAGARTO/SE – CEP 49.400-000
Fone: (79)3971-5107 – E-mail: adriano.prado@jacmail.com

STANDBY RENT A CAR

A JAC CAMINHÕES EIRELI é uma microempresa (ME) que não tem em suas atividades cadastrais o transporte de cargas. **Assim é estranho ter locado 10 (dez) caminhões refrigerados.** No cadastro do CNPJ consta a intermediação de negócios, a locação de veículos, serviços de apoio administrativo, aluguel de máquinas e equipamentos, atividades de cobrança e informações cadastrais, mas **nada de transporte.**

CNPJ JAC CAMINHÕES

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
05.996.605/0001-06 MATRIZ		18/11/2003

NOME EMPRESARIAL
JAC CAMINHOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
JAC SERVICOS E LOCACOES	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ROD ANTONIO MARTINS DE MENEZES	3315	TERREOSALA 02

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
49.400-000	SAO JOSE	LAGARTO	SE

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(79) 3631-2096

STANDBY
RENT A CAR

CNPJ LOCA TUDO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.025.240/0001-01 MATRIZ		23/03/2018

NOME EMPRESARIAL
LOCA TUDO LOCADORA LTDA

TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
LOCA TUDO LOCADORA	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente
18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário
33.13-9-99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente
42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
45.20-0-04 - Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores
45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores
45.20-0-07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores
45.20-0-08 - Serviços de capotaria
49.21-3-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal
49.23-0-01 - Serviço de táxi
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.24-8-00 - Transporte escolar
49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
49.29-9-03 - Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.
52.29-0-01 - Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NUMERO	COMPLEMENTO
ROD ANTONIO MARTINS DE MENEZES	3315	SALA 01

Observamos pelas certidões do CNPJ de ambas as empresas, que a LOCA TUDO e sua cliente JAC CAMINHOES estão **localizadas NO MESMO ENDEREÇO, são vizinhos de sala. A certidão do CNPJ informa que o endereço das duas empresas é exatamente o mesmo, no número 3315 da Rod. Antônio Martins de Menezes, sendo a LOCA TUDO na Sala 01 e a JAC na Sala 02.** Talvez apenas uma coincidência, mas é um indício que o atestado precisa ser examinado à luz de mais documentos.

STANDBY
RENT A CAR

Portanto, conforme amplamente destacado acima, existem diversos pontos que deixam os atestados emitidos carentes de confirmação **quanto a veracidade de seu conteúdo.**

É oportuno trazer os comentários de Marçal Justem Filho sobre o tema:
"A realização da diligência não é uma simples "faculdade" da Administração, a ser exercitada segundo juízo de conveniência e oportunidade. A relevância dos interesses envolvidos conduz à configuração da diligência como um poder-dever da autoridade julgadora. Se houver dúvida ou controvérsia sobre fatos relevantes para a decisão, reputando-se insuficiente a documentação apresentada, é dever da autoridade julgadora adotar as providências apropriadas para esclarecer os fatos. Se a dúvida for sanável por meio de diligência será obrigatória a sua realização".

Assim, apontadas neste recurso diversos pontos controversos nos atestados emitidos, é dever da comissão de licitação verificar a idoneidade e veracidade de todos os documentos apresentados. Não é uma faculdade diligenciar.

O artigo 155 da Lei 14.133/2021 trata da apresentação de documentos falsos em licitações e contratos administrativos e o inciso VIII desse artigo considera infração apresentar documentos falsos ou prestar declarações falsas: Durante a licitação, durante a execução do contrato, ou na documentação exigida para o certame.
Mas a confirmação dessa irregularidade só pode ser apurada mediante a análise cuidadosa dos documentos.

E não importa se "apenas" um dos documentos for inverídico, o fato de ser apresentado um único irregular já é possível de punição pois a lei não faz distinção de quantidade.

Também não há de se alegar que os demais atestados são suficientes ou críveis para a habilitação, porque todos os documentos apresentados devem ser válidos e autênticos na forma e conteúdo para que não paire dúvidas sobre a qualificação do fornecedor no atendimento ao contrato. Se a licitante optou por incluir documentos adicionais para complementar e reforçar sua aptidão para atender a Administração Pública estes TAMBÉM devem estar em conformidade com a legislação.

STANDBY RENT A CAR

Mesmo porque a Administração, no cumprimento de seu dever de diligenciar, poderia ter escolhido aleatoriamente para apreciação este ou aquele atestado com indícios de irregularidade.

Acórdão 1385/2016-TCU-Plenário: "A apresentação de atestado de capacidade técnica relativo a serviços não prestados caracteriza fraude à licitação e enseja a declaração de inidoneidade."

Dessa forma, cabe a essa Comissão de Licitação a análise de evidências documentais que só podem ser fornecidas pela licitante LOCA TUDO LOCADORA LTDA. CNPJ 30.025.240/0001-01. Sem tais evidências para dar suporte aos dois Atestados de Capacidade Técnica com indícios de irregularidades anexados ao processo, esta Comissão de Licitação não poderá ter certeza se os atestados estão condizentes com o conteúdo e assim o certame não poderá prosseguir sem comprovação da idoneidade da licitante para atender ao objeto.

PEDIDO

Ante todo o acima exposto, com amparo na CF/88 e Lei nº. 14.133/2021, requer seja recebido e, ao final, provido o presente recurso, para o fim de **diligenciar sobre os dois dos atestados de capacidade técnica citados neste RECURSO e apresentados pela sociedade LOCA TUDO LOCADORA LTDA. CNPJ 30.025.240/0001-01, para que comprovem sua veracidade. E na eventual falta dos documentos que corroborem a veracidade dos atestados, seja aplicada a punição legalmente prevista.**

Entendemos que essa Comissão de Licitação precisa solicitar para a Licitante os seguintes **elementos mínimos** para subsidiar a análise:

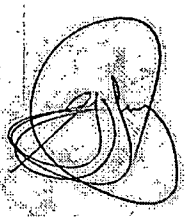
a) os contratos que deram origem aos atestados, devidamente assinados pelas partes;
b) as respectivas notas fiscais ou recibos legalmente aceitos que comprovem cabalmente a execução completa dos contratos;
c) Cópia dos documentos (Certificado de Registro de Veículo (CRV)) dos veículos caminhões, sendo 10 (dez) de cada atestado, utilizados nos

contratos para a prestação dos serviços ou, na sua falta, das notas fiscais de aquisição, ou outro documento legal qualquer que comprove que a licitante teve a posse dos veículos durante todo o período em que supostamente atenderam os contratos.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

São José dos Pinhais-PR, 04 de fevereiro de 2025

Assinado de forma digital por MICHEL EVANDRO DO CARMO BARBOSA LIMA:64280381968
Dados: 2025.02.04 15:07:08 -03'00



Razão Social: GUIA VEÍCULOS LTDA	
Nome Fantasia: STANDBY RENT A CAR	
CNPJ: 82.461.310/0001-78	
Inscrição Municipal: 27258 - Inscrição Estadual: Isento	
Endereço: AV. DAS TORRES 1.530 - CEP 83.040-300	
Bairro: SÃO CRISTÓVÃO	Município: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
Estado: PARANÁ	Telefone: (41)3299-9992
Responsável Legal: Michel Evandro do Carmo Barbosa Lima (ADMINISTRADOR)	
CPF: 642.803.819-68	
E-mail: michel@standby.com.br	

MUNICIPIO DE PIEN
PIÊN-PR

ATA DE SESSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025
Processo Administrativo Nº 001/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Data de Publicação: 20/01/2025 10:42:35

MOVIMENTOS DO PROCESSO

22/01/2025 08:25:32 **ESCLARECIMENTO REQUERIDO** MARINHO LOCADORA DE VEICULOS LTDA (21.680.995/0001-59)
Bom dia O Certame sera realizado por lote global ou por item? O Questionamento é em relação de podemos ofertar lance em apenas um determinado item?

22/01/2025 10:06:30 **RESPOSTA DE ESCLARECIMENTO** PREGOEIRO
O certame é de forma global, deve dar lance em todos os itens.

29/01/2025 13:23:01 **CADASTRO DE PROPOSTA** GUIA VEICULOS LTDA

03/02/2025 08:01:05 **CADASTRO DE PROPOSTA** TRANSVEPAR TRANSPORTES E VEICULOS PARANA LTDA

03/02/2025 09:09:43 **CADASTRO DE PROPOSTA** NOVA OPÇÃO LOCADORA DE VEICULOS LTDA

03/02/2025 09:25:25 **CADASTRO DE PROPOSTA** LOCA TUDO LOCADORA LTDA

03/02/2025 09:25:37 **CADASTRO DE PROPOSTA** WS LOCACOES LTDA

03/02/2025 09:28:32 **ALTERAÇÃO DE PROPOSTA** LOCA TUDO LOCADORA LTDA

03/02/2025 09:35:55 **MENSAGEM** PREGOEIRO
Bom dia, lances abertos.

LOTE 1 - ADJUDICADO
Lote 001

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Marca: Serviço Modelo:
Descrição: LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR CAMIONETE PICK-UP

Especificação: CAMIONETE PICK UP; Cabine simples, 0 KM ou até com 2 anos de uso com no máximo 30 mil km. Combustível: Flex. Vidros elétricos dianteiros e acionamento com um toque pra cima/baixo e sistema antiesmagamento, vidros verdes, travas elétricas das portas a 20 km/h, tapetes , cinto de segurança laterais retráteis de 3 pontos dianteiros, direção hidráulica ou elétrica, ar condicionado original de fabrica instalado pela montadora, capacidade mínima para 2 passageiros, sistema de som com auto falante e conexão USB, alarme anto-furto, air ? bag para motorista e passageiro, espelhos retrovisores, motor igual ou acima de 1,3 L: tanque de combustível no mínimo 45 litros; faróis de neblina, potência mínima de 85 CV ; Transmissão tipo manual com no mínimo 05 (cinco) marchas sincronizadas à frente e 01 (uma) à ré; Capota marítima; abertura e fechamento das portas e vidros por controle remoto, pneus radiais a partir de R15?, protetor e carter, pintura cor branca. Pneu sobressalente, extintor de incêndio de acordo com a nova legislação de trânsito, macaco, triângulo e chave de rodas e demais equipamentos básicos possíveis existentes. Carroceria: Capacidade mínima de 600 Kg
3 veículos pelo período de 12 meses (totalizando 36)
Quantidade: 36 **Valor Unit.:** 3.508,40 **Valor Total:** 126.302,40

Item: 2 Unidade: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Marca: Serviço Modelo:
Descrição: LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - 5 PASSAGEIROS SEDAN

Especificação: VEÍCULO 5 PASSAGEIRO 0KM SEDAN: Combustível: FLEX ? Cor: Branca, direção: HIDRÁULICA/ELÉTRICA ? Possui 04 portas ? Freios: ABS e AIRBAG DUP: Possui ? Câmbio: MANUAL ? Distância Entre Eixos: MÍNIMA DE 2.450 MM ? Motorização: 1.0 ou superior ? Possui: TRIO ELÉTRICO (TRAVA, VIDRO), AR-CONDICIONADO e RÁDIO AM/FM + ENTRADA USB + 2 ALTO FALANTES. Alarme anti-furto, Pneu Radial aro 14 ou superior + Pneu Sobressalente, Protetor de Carter
6 veículos pelo período de 12 meses (totalizando 72)
Quantidade: 72 **Valor Unit.:** 3.048,80 **Valor Total:** 219.513,60

MUNICIPIO DE PIEN
PIÊN-PR

Item: 3 Unidade: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Marca: Serviço Modelo:
Descrição: LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - MINI VAN

Especificação: VEÍCULO MINI VAN, ZERO KM, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 7 LUGARES (MOTISTA E PASSAGEIROS), QUE DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ANO/MODELO 2021/2022, ZERO KM, COR BRANCA, POTÊNCIA MÍNIMA 1.8. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (MÍNIMAS) ? VEÍCULO 0 KM, QUE DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTES ESPECIFIAÇÕES E CARACTERÍTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: CAPACIDADE 7 LUGARES (MOTORISTA E PASSAGEIRO); AIR BAG DUPLO; FREIOS ABS; POTÊNCIA MÍNIMA DO MOTOR: 1.8; CÂMBIO MANUAL COM 5 MARCHAS Á FRENTE E 1 À RÉ; COR BRANCA; DIREÇÃO HIDRÁULICA; RODAS DE AÇO ESTAMPADO, COM NO MÍNIMO ARO 14; VEÍCULO EQUIPADO COM AR CONDICIONADO ; DESEMBAÇADOR DE VIDRO TRASEIRO; TRAVS ELÉTRICAS DE TODAS AS PORTAS; VIDROS ELÉTRICOS NO MÍNIMO DIANTEIROS; COMBUSTÍVEL: GASOLINA / ETANOL (FLEX); COMPUTADOR DE BORDO; CAPACIDADE MÍNIMA DO PORTA-MALAS 500 LITROS; TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 LITROS; PROTETOR DE CARTER ; TAPETES DE BORRACHA , TRAVA E ALARME, SULFILMADO DENTRO DAS NORMAS BRASILEIRAS, EQUIPADO COM OS DEMAIS ITENS DA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO BRASILEIRA; Rádio FM/AM com conexão USB e Bluetooth.
3 veículos pelo período de 12 meses (totalizando 36)
Quantidade: 36 **Valor Unit.:** 4.613,00 **Valor Total:** 166.068,00

Item: 4 Unidade: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Marca: Serviço Modelo:
Descrição: LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - FURGÃO

Especificação: VEÍCULO AUTOMOTOR FURGÃO: - Zero KM, Cor Sólida, branco ? Zero Km ? motorização mínima de 1.3 ? Combustível: Álcool/Gasolina (Biocombustível) ? Câmbio de no mínimo 05 marchas a frente e 01 a ré ? 04 portas, sendo: duas de abrir (uma para o motorista e outra para o passageiro) e 02 na parte de trás ? com direção hidráulica ou elétrica ? com ar condicionado ? Alarme e Trava ? Sufilme nos vidros dentro das normas brasileiras ? carga mínima de 600 kgs- capacidade volumétrica mínima do baú de 3.000 its ? com jogo de tapetes borracha ? Air Bag duplo ? Freios ABS ? com todos os acessórios que atendem ao código nacional de trânsito.
1 veículo pelo período de 12 meses (totalizando 12)
Quantidade: 12 **Valor Unit.:** 3.498,58 **Valor Total:** 41.982,96

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	LOCA TUDO LOCADORA LTDA	603	30.025.240/0001-01	633.802,92	553.866,96		Sim
2	GUIA VEÍCULOS LTDA	628	82.461.310/0001-78	633.802,92	554.000,00	0,02	Não
3	TRANSVEPAR TRANSPORTES E	328	76.669.670/0001-67	633.684,00	554.820,00	0,15	Não
4	NOVA OPÇÃO LOCADORA DE VEÍCULOS	598	30.083.123/0001-02	633.802,92	573.240,00	3,32	Não
5	WS LOCACOES LTDA	919	75.451.609/0001-86	633.684,00	615.000,00	7,28	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

20/01/2025 10:42:35	**PUBLICADO**		
20/01/2025 10:45:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
03/02/2025 09:29:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
03/02/2025 09:35:40	**DISPUTA**		
03/02/2025 09:35:40	**LANCE**	NOVA OPÇÃO LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 598)	**633.802,92**
03/02/2025 09:35:40	**LANCE**	WS LOCACOES LTDA (PARTICIPANTE 919)	**633.684,00**
03/02/2025 09:35:40	**LANCE**	GUIA VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 628)	**633.802,92**
03/02/2025 09:35:40	**LANCE**	TRANSVEPAR TRANSPORTES E VEÍCULOS PARANA LTDA	**633.684,00**
03/02/2025 09:35:40	**LANCE**	LOCA TUDO LOCADORA LTDA (PARTICIPANTE 603)	**633.802,92**
03/02/2025 09:36:53	**LANCE**	LOCA TUDO LOCADORA LTDA (PARTICIPANTE 603)	**633.600,00**

MUNICIPIO DE PIEN
PIÊN-PR

03/02/2025 09:37:17	**LANCE**	NOVA OPÇÃO LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 598)	**633.500,00**
03/02/2025 09:37:36	**LANCE**	LOCA TUDO LOCADORA LTDA (PARTICIPANTE 603)	**633.400,00**
03/02/2025 09:41:12	**LANCE**	GUIA VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 628)	**633.300,00**
03/02/2025 09:41:24	**LANCE**	LOCA TUDO LOCADORA LTDA (PARTICIPANTE 603)	**633.200,00**
03/02/2025 09:42:14	**LANCE**	LOCA TUDO LOCADORA LTDA (PARTICIPANTE 603)	**633.100,00**
03/02/2025 09:42:27	**LANCE**	GUIA VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 628)	**601.000,00**
03/02/2025 09:42:56	**LANCE**	WS LOCACOES LTDA (PARTICIPANTE 919)	**620.000,00**
03/02/2025 09:42:58	**LANCE**	TRANSVEPAR TRANSPORTES E VEÍCULOS PARANA LTDA	**599.500,00**
03/02/2025 09:43:14	**LANCE**	GUIA VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 628)	**599.000,00**
03/02/2025 09:43:42	**LANCE**	TRANSVEPAR TRANSPORTES E VEÍCULOS PARANA LTDA	**598.920,00**
03/02/2025 09:43:43	**PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA**		
03/02/2025 09:43:46	**LANCE**	NOVA OPÇÃO LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 598)	**573.240,00**
03/02/2025 09:44:08	**LANCE**	TRANSVEPAR TRANSPORTES E VEÍCULOS PARANA LTDA	**570.720,00**
03/02/2025 09:44:18	**LANCE**	WS LOCACOES LTDA (PARTICIPANTE 919)	**615.000,00**
03/02/2025 09:44:20	**LANCE**	LOCA TUDO LOCADORA LTDA (PARTICIPANTE 603)	**569.710,00**
03/02/2025 09:44:44	**LANCE**	GUIA VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 628)	**568.000,00**
03/02/2025 09:44:55	**LANCE**	LOCA TUDO LOCADORA LTDA (PARTICIPANTE 603)	**567.980,00**
03/02/2025 09:45:27	**LANCE**	TRANSVEPAR TRANSPORTES E VEÍCULOS PARANA LTDA	**567.480,00**
03/02/2025 09:45:36	**LANCE**	LOCA TUDO LOCADORA LTDA (PARTICIPANTE 603)	**567.470,00**
03/02/2025 09:46:02	**LANCE**	GUIA VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 628)	**566.000,00**
03/02/2025 09:46:04	**LANCE**	TRANSVEPAR TRANSPORTES E VEÍCULOS PARANA LTDA	**565.800,00**
03/02/2025 09:46:19	**LANCE**	LOCA TUDO LOCADORA LTDA (PARTICIPANTE 603)	**564.780,00**
03/02/2025 09:46:20	**LANCE**	GUIA VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 628)	**564.000,00**
03/02/2025 09:46:30	**LANCE**	LOCA TUDO LOCADORA LTDA (PARTICIPANTE 603)	**563.980,00**
03/02/2025 09:46:48	**LANCE**	GUIA VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 628)	**562.000,00**
03/02/2025 09:47:21	**LANCE**	TRANSVEPAR TRANSPORTES E VEÍCULOS PARANA LTDA	**559.200,00**
03/02/2025 09:47:32	**LANCE**	LOCA TUDO LOCADORA LTDA (PARTICIPANTE 603)	**559.100,00**
03/02/2025 09:48:00	**LANCE**	TRANSVEPAR TRANSPORTES E VEÍCULOS PARANA LTDA	**557.400,00**
03/02/2025 09:48:00	**LANCE**	GUIA VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 628)	**559.000,00**
03/02/2025 09:48:10	**LANCE**	LOCA TUDO LOCADORA LTDA (PARTICIPANTE 603)	**557.200,00**
03/02/2025 09:48:10	**LANCE**	GUIA VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 628)	**557.000,00**
03/02/2025 09:48:17	**LANCE**	LOCA TUDO LOCADORA LTDA (PARTICIPANTE 603)	**556.800,00**
03/02/2025 09:48:49	**LANCE**	TRANSVEPAR TRANSPORTES E VEÍCULOS PARANA LTDA	**554.820,00**
03/02/2025 09:49:00	**LANCE**	LOCA TUDO LOCADORA LTDA (PARTICIPANTE 603)	**554.710,00**
03/02/2025 09:49:05	**LANCE**	GUIA VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 628)	**554.000,00**
03/02/2025 09:49:12	**LANCE**	LOCA TUDO LOCADORA LTDA (PARTICIPANTE 603)	**553.870,00**
03/02/2025 09:51:13	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta deve verificar e readequar seus valores unitários para este lote.			
03/02/2025 09:51:13	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é LOCA TUDO LOCADORA LTDA			
03/02/2025 09:51:13	**HABILITAÇÃO**		
03/02/2025 09:56:02	**MENSAGEM**	LOCA TUDO LOCADORA LTDA (PARTICIPANTE 603)	
Sr. Pregoeiro, é possível readequar os valores unitários dentro do sistema ? Tendo em vista que a disputa foi por lote.			
03/02/2025 10:05:09	**LANCE**	LOCA TUDO LOCADORA LTDA (PARTICIPANTE 603)	**553.866,96**

MUNICIPIO DE PIEN
PIÊN-PR

03/02/2025 10:24:29 MENSAGEM PREGOEIRO
Aguardar avaliação dos documentos

03/02/2025 10:28:32 MENSAGEM PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 603: Vocês vão conseguir entregar os veículos aqui em 3 dais após nota de empenho? conforme edital

03/02/2025 10:28:39 MENSAGEM PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 603: dias*

03/02/2025 10:30:47 MENSAGEM LOCA TUDO LOCADORA LTDA (PARTICIPANTE 603)
Sim, iremos colocar veículos provisórios, para depois substitui-los por veículos zero quilômetro.

03/02/2025 10:31:28 MENSAGEM PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 603: ok

03/02/2025 11:16:41 MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS

03/02/2025 11:26:07 RECURSO MANIFESTADO GUIA VEÍCULOS LTDA
Temos intenção de apresentar recurso contra a habilitação tendo em vista indícios de irregularidade em atestados de capacidade técnica apresentados que requerem diligências dessa comissão de licitação.

03/02/2025 11:46:41 INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

03/02/2025 13:34:01 MENSAGEM PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 628: O prazo de recurso está aberto, a empresa alega que os atestados não são verdadeiros ?

03/02/2025 13:34:15 MENSAGEM PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 628: aguardo a peça recursal, com as razões

04/02/2025 15:12:22 ARQUIVO DE RECURSO ANEXADO GUIA VEÍCULOS LTDA
Nome do arquivo: Pien Recurso Habilitação Loca Tudo 04-02-2025.pdf

04/02/2025 15:12:39 RECURSO REGISTRADO GUIA VEÍCULOS LTDA
Anexamos Recurso no qual solicitamos diligências sobre os Atestados de Capacidade Técnica apresentados.

07/02/2025 00:00:00 RECEPÇÃO DE CONTRARRAZÕES

10/02/2025 12:11:11 CONTRA-RAZÃO REGISTRADA LOCA TUDO LOCADORA LTDA
Arquivo anexado.

10/02/2025 12:25:08 ARQUIVO DE CONTRA-RAZÃO ANEXADO LOCA TUDO LOCADORA LTDA
Nome do arquivo: contrarrazoes- licitação pien.zip

12/02/2025 00:00:01 JULGAMENTO DE RECURSOS

17/02/2025 16:05:08 RECURSO JULGADO PREGOEIRO
em anexo.

17/02/2025 16:05:08 ARQUIVO DE JULGAMENTO ANEXADO PREGOEIRO
Nome do arquivo: Resposta Recurso Guia veiculos.pdf

17/02/2025 16:05:10 EM ADJUDICAÇÃO

17/02/2025 16:06:09 ADJUDICADO

PREGOEIRO: EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI

MEMBRO DE APOIO BERNADETE MAGUEROVSKI DOS SANTOS

PIÊN
PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN / PARANÁ
Departamento de Licitações e Compras

178

Protocolo Nº 2059/2025

Requerente: Licitações e compras.

Requisitante: Secretarias municipais

Objetivo: Homologação de licitação.

Ao Jurídico,

Encaminho ao departamento, os documentos de habilitação, ata da disputa e demais documentos juntados neste processo para verificação e parecer para homologação, considerando que o recurso apresentado foi respondido.

Piên, 17 de Fevereiro de 2025.

Eduardo D. Scheivaraski

Licitações e compras

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

179

Protocolo: 2059/2025
Objeto: "contratação de empresa para locação de veículos automotores".
Modalidade: Pregão eletrônico nº 001/2025
Requerente: Secretarias Municipais

Parecer Jurídico

1. Relatório

Apresenta-se para parecer derradeiro desta procuradoria jurídica, o processo licitatório na modalidade **pregão na forma eletrônica nº 001/2025**, cujo objeto é "contratação de empresa para locação de veículos automotores", conforme requerimento da secretaria municipal, estudo técnico preliminar, termo de referência, declaração de existência de dotação orçamentária e recursos financeiros.

O Decreto de n.º 47/2025 efetuou a nomeação do Pregoeiro e Equipe de Apoio e, na fase externa, constatou-se que a divulgação da licitação se deu em estrita obediência à legislação pertinente quanto à forma e os prazos para a realização do certame.

Realizado a sessão do pregão na forma eletrônica em 03 de fevereiro de 2025, através da plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, conforme ata anexada.

Não houve interesse na apresentação de recurso, e, por isso o objeto da licitação foi adjudicado pelo Pregoeiro aos vencedores do certame.

Recebo o processo para análise de cumprimento de requisitos legais.

2. Parecer Jurídico

Inicialmente vislumbramos que a modalidade licitatória utilizada no presente processo pela Comissão de Licitações é a mesma que foi orientada no parecer jurídico.

Vislumbra-se o atendimento à obrigatoriedade da publicação de aviso do certame licitatório em Diário Oficial, igualmente, houve ainda a obediência ao prazo mínimo de publicação entre a disponibilização do edital e a abertura do certame (mínimo de 10 dias úteis, como estabelecido na alínea "a", inciso II do artigo 55 da Lei 14.133/2021.

Ademais, cumpre ressaltar que, cabe tão somente a Comissão de Licitações a condução do procedimento licitatório em todos os seus atos, tendo os seus membros a responsabilidade de examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes e análise de certidões quanto a veracidade e vigência.

PIÊN
PREFEITURA
PROCURADORIA
JURÍDICA

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Também compete à Comissão de Licitações o julgamento das propostas conforme a regra do edital de convocação, a verificação da adequação do preço ao valor praticado no mercado, o registro de todos os acontecimentos em ata, a desclassificação de propostas desconformes ou incompatíveis, bem como, coibir qualquer conduta antijurídica ou ilegal no processo, conforme o art. 8 da Lei 14.133/2021, podendo a qualquer tempo realizar diligências destinadas a esclarecer ou complementar o processo.

Nesta toada, apesar de ter ocorrido a apresentação de recurso ele já foi decidido pelo pregoeiro, conforme competência determinada pelo artigo 8.º da Lei 14.133/2021, e, não havendo a Comissão de Licitações noticiado qualquer irregularidade no decorrer de seus trabalhos nesta licitação, não resta outra providência senão opinar pela regularidade do processo em apreço, podendo o mesmo ser encaminhado para os atos de homologação e adjudicação pela autoridade competente.

Recomendo, apenas, a fiscalização designada para acompanhar os trabalhos contratados que se atente para o recebimento dos itens conforme dispõe o edital de licitação, a fim de cumprir com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, nos termos da Lei 14.133/2021.

No que tangencia a emissão de parecer proferido por advogado no processo administrativo, cabe destacar que possui natureza apenas opinativa, verdadeiro controle preventivo de legalidade, sendo o Administrador/gestor, destinatário da consulta jurídica, responsável pela edição do ato decisório final.

É o parecer. S.M.J

Piên, 18 de fevereiro de 2025.

Naiany Caroline de Araujo
Procuradora Jurídica
OAB/PR 111.206

Eduardo Araujo
Procurador Jurídico
OAB/PR 58.418

181

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2025**, o qual tem como objeto a "Contratação de empresa para locação de veículos automotores", e ADJUDICA o objeto em favor da seguinte empresa:

LOCA TUDO LOCADORA EIRELI, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 30.025.240/0001-01, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 553.866,96 (quinhentos e cinquenta e três mil e oitocentos e sessenta e seis reais e noventa e seis centavos).

Piên/PR, 17 de fevereiro de 2025.

Maicon Grosskopf
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025/NOVA DATA DE ABERTURA

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

NOVA DATA

OBJETO: Contratação de serviços de limpeza e conservação nas áreas públicas. **Edital disponível no site:** www.pien.pr.gov.br a partir do dia 18/02/2025. **Entrega das propostas**: a partir 19/02/2025 no site no site Bolsa Brasil de Licitações - BLL. **Abertura das Propostas**: 10/03/2025 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 17 de fevereiro de 2025.

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:D496CD38

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: Registro de preços visando futuro e eventual fornecimento e instalação de playground infantil, brinquedos infantis e piso emborrachado para utilização nas diversas unidades escolares do município de Piên e praças públicas, em atendimento às secretarias municipais. **Edital disponível no site:** www.pien.pr.gov.br a partir do dia 18/02/2025. **Entrega das propostas**: a partir 18/02/2025 no site no site Bolsa Brasil de Licitações - BLL. **Abertura das Propostas**: 11/03/2025 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 17 de fevereiro de 2025.

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Pregoeiro Municipal

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO DATA DE ABERTURA

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:7B9E44D5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2025**, o qual tem como objeto a "Contratação de empresa para locação de veículos automotores", e ADJUDICA o objeto em favor da seguinte empresa:

LOCA TUDO LOCADORA EIRELI, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 30.025.240/0001-01, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 553.866,96 (quinhentos e cinquenta e três mil e oitocentos e sessenta e seis reais e noventa e seis centavos).

Piên/PR, 17 de fevereiro de 2025.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:E3D60FD5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.º 71/2025

182

DECRETO N.º 71/2025

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên , para o Exercício de 2025 no total de R$ 53.152,42.

O Prefeito Municipal de Piên , Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1558 de 02 de dezembro de 2024 e 1559 de 16 de dezembro de 2024 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2025, na importância de R$ 53.152,42, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
08.001	EDUCAÇÃO	
12.361.9.220	GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2353	01040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	31.885,15
	SUBTOTAL	31.885,15
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
08.001	EDUCAÇÃO	
12.361.9.220	GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2353	01040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	21.267,27
	SUBTOTAL	21.267,27
	TOTAL	53.152,42

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....53.152,42

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. 1. O Provável Excesso de Arrecadação por Fonte de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.1.5.52.0.1.01.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB VAAR - PRINCIPAL	31885.15
	TOTAL	31.885,15

2. O Superavit do exercício anterior por Fonte de Recurso, de acordo com o inciso I e § 2º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Fonte de Recurso		
Fonte	Descrição	Valor
1040	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	21.267,27
	TOTAL	21.267,27

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....53.152,42

Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1446/2021 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1558/2024 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Piên
Estado do Paraná

CONTRATO Nº 008/2025
REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA LOCA TUDO LOCADORA EIRELI.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MAICON GROSSKOPF**, portador da CI nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, residente e domiciliado nesta cidade, assistido pela Procuradora Jurídica Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111.206/PR e em conjunto com a Secretária Municipal de Administração e Finanças Sra. Silvana Teixeira Jung, inscrita no CPF sob nº 034.xxx.049-xx, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro a empresa **LOCA TUDO LOCADORA EIRELI** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº: 30.025.240/0001-01, com endereço na Rua Rodovia Antonio Martins de Menezes n 3315, sala 01, São José, Lagarto/SE, CEP 49.400-000, fone (079) 3631-4000, (079) 99819-0904, e-mail contato@locadoralocatudo.com.br; por intermédio de seu representante legal Sr. Michael Sandes de Carvalho, portador do CPF 056.xxx.695-xx, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato, nos termos do artigo 89 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, resoluções e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente contratação, decorrente da **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025** devidamente homologada pelo CONTRATANTE mediante as cláusulas expressas a seguir, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades de ambas as partes:

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (Art. 92, Lei 14.133/2021)

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a Contratação de empresa para locação de veículos automotores.

Parágrafo Primeiro: O material adquirido seguirá as especificações, quantidades, preços unitários e globais ofertados pelas empresas classificadas no certame, conforme abaixo:

Lote	Item	Descrição dos itens	Uni.	Quant.	Valor Mensal Unitário	Valor Mensal Total	Valor Anual Total
1	1	**CAMIONETE PICK –**; Cabine simples, 0 KM ou até com 2 anos de uso com no máximo 30 mil km. Combustível: Flex. Vidros elétricos dianteiros e acionamento com um toque pra cima/baixo e sistema antiesmagamento, vidros verdes, travas elétricas das portas a 20 km/h, tapetes , cinto de segurança laterais retráteis de 3 pontos dianteiros, direção hidráulica ou elétrica, ar condicionado original de fabrica instalado pela montadora, capacidade mínima para 2 passageiros, sistema de som com auto	Veículo	3 veículos pelo período de 12 meses	R$ 3.508,40	R$ 10.525,20	R$ 126.302,40

		falante e conexão USB, alarme anto-furto, air – bag para motorista e passageiro, espelhos retrovisores, motor igual ou acima de 1,3 L: tanque de combustível no mínimo 45 litros; faróis de neblina, potência mínima de 85 CV ; Transmissão tipo manual com no mínimo 05 (cinco) marchas sincronizadas à frente e 01 (uma) à ré; Capota marítima; abertura e fechamento das portas e vidros por controle remoto, pneus radiais a partir de R15', protetor e carter, pintura cor branca. Pneu sobressalente, extintor de incêndio de acordo com a nova legislação de trânsito, macaco, triângulo e chave de rodas e demais equipamentos básicos possíveis existentes. Carroceria: Capacidade mínima de 600 Kg					
	2	**VEÍCULO 5 PASSAGEIRO 0KM, SEDAN**: Combustível: FLEX – Cor: Branca, direção: HIDRÁULICA/ELÉTRICA – Possui 04 portas – Freios: ABS e AIRBAG DUP: Possui – Câmbio: MANUAL – Distância Entre Eixos: MÍNIMA DE 2.450 MM – Motorização: 1.0 ou superior – Possui: TRIO ELÉTRICO (TRAVA, VIDRO), AR-CONDICIONADO e RÁDIO AM/FM + ENTRADA USB + 2 ALTO FALANTES. Alarme anti-furto, Pneu Radial aro 14 ou superior + Pneu Sobressalente, Protetor de Carter	Veículo	6 veículos pelo período de 12 meses	R$ 3.048,80	R$ 18.292,80	R$ 219.513,60
	3	**VEÍCULO MINI VAN, ZERO KM, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 7 LUGARES** (MOTORISTA E PASSAGEIROS), QUE DEVERÁ POSSUIR AS	Veículo	3 veículos pelo período de 12 meses	R$ 4.613,00	R$ 13.839,00	R$ 166.068,00

		SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ANO/MODELO 2021/2022, ZERO KM, COR BRANCA, POTÊNCIA MÍNIMA 1.8. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (MÍNIMAS) – VEÍCULO 0 KM, QUE DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTES ESPECIFIAÇÕES E CARACTERÍTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: CAPACIDADE 7 LUGARES (MOTORISTA E PASSAGEIRO); AIR BAG DUPLO; FREIOS ABS; POTÊNCIA MÍNIMA DO MOTOR: 1.8; CÂMBIO MANUAL COM 5 MARCHAS Á FRENTE E 1 À RÉ; COR BRANCA; DIREÇÃO HIDRÁULICA; RODAS DE AÇO ESTAMPADO, COM NO MÍNIMO ARO 14; VEÍCULO EQUIPADO COM AR CONDICIONADO ; DESEMBAÇADOR DE VIDRO TRASEIRO; TRAVS ELÉTRICAS DE TODAS AS PORTAS; VIDROS ELÉTRICOS NO MÍNIMO DIANTEIROS; COMBUSTÍVEL: GASOLINA / ETANOL (FLEX); COMPUTADOR DE BORDO; CAPACIDADE MÍNIMA DO PORTA-MALAS 500 LITROS; TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 LITROS; PROTETOR DE CARTER ; TAPETES DE BORRACHA , TRAVA E ALARME, SULFILMADO DENTRO DAS NORMAS BRASILEIRAS, EQUIPADO COM OS DEMAIS ITENS DA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO BRASILEIRA; Rádio FM/AM com conexão USB e Bluetooth.					
4	**VEÍCULO AUTOMOTOR FURGÃO: -** Zero KM, Cor Sólida, branco – Zero Km – motorização mínima de 1.3 – Combustível:	Veículo	1 veículo pelo período de 12 meses	R$ 3.498,58	R$ 3.498,58	R$ 41.982,96

		Álcool/Gasolina (Biocombustível) – Câmbio de no mínimo 05 marchas a frente e 01 a ré – 04 portas, sendo: duas de abrir (uma para o motorista e outra para o passageiro) e 02 na parte de trás – com direção hidráulica ou elétrica – com ar condicionado – Alarme e Trava – Sufilme nos vidros dentro das normas brasileiras – carga mínima de 600 kgs- capacidade volumétrica mínima do baú de 3.000 its – com jogo de tapetes borracha – Air Bag duplo – Freios ABS – com todos os acessórios que atendem ao código nacional de trânsito.					

Parágrafo Segundo: O valor do presente contrato correspondente ao preço obtido através PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025 é de R$ 553.866,96 (quinhentos e cinquenta e três mil e oitocentos e sessenta e seis reais e noventa e seis centavos) no qual se inclui todos os tributos, diretos ou indiretos, sobre a execução do objeto.

Parágrafo Terceiro: Integra e completa o presente Termo Contratual, para melhor caracterização dos serviços e resultados, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas e para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Termo de Referência do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025 e suas documentações complementares, anexos a este Contrato e devidamente assinado pela parte CONTRATANTE, bem como a proposta do contratado, sendo os mesmos considerados suficientes para, em complemento a este contrato e a assinatura da CONTRATADA, definir sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado, bem como o **CONTRATADO** a assumir todas as exigências presentes nos termos retro mencionados.

Parágrafo Quarto: Ao assinar a presente contratação o **CONTRATADO** atesta conformidade com a cessão de direitos sobre o item objeto deste Pregão ao **Órgão Contratante**.

DA ENTREGA E RECEBIMENTO (Art. 140, Lei 14.133/2021)

Cláusula Segunda: Após a emissão da autorização de fornecimento com o número do empenho a empresa contratada deverá disponibilizar o veículo no Setor de Frotas dentro de 3 dias úteis o veículo reserva similar ao solicitado, e no prazo de 30 (trinta) dias úteis o veículo oficial zero Km.

REQUESITOS DE CONTRATAÇÃO

a) O veículo entregue deverá ser 0 km, devendo ser substituídos com o máximo 36 (trinta e seis) meses.

b) Os veículos devem ser substituídos por veículos e equipamentos novos (0 km), com as mesmas características, após 12 (doze) meses de utilização no caso de o veículo não atender a finalidade a que se destina em virtude de suas condições precárias e falta de segurança. No caso do item 1 do objeto, será aceito veículo com até 2 anos de fabricação e com 30 mil km ou menos, devido a dificuldade que tem hoje para fazer aquisição de veículos de carga no mercado.

c) A empresa deverá disponibilizar um veículo adequado ao município durante a vigência do contrato, com quilometragem livre, emplacadas no estado do Paraná, devendo ser prioridade a manutenção preventiva e

corretiva do veículo, como a troca de pneus, considerando os veículos rode uma média de 200 quilômetros por dia.

d) A manutenção deverá ocorrer preferencialmente em sede própria, porém não será impedido de fazê-lo em fornecedores credenciados com sede em Curitiba ou Região Metropolitana de Curitiba/PR.

e) Quando da solicitação de substituição dos veículos, ou por pane em via pública ou mesma a variação/sinistro, deverá ocorrer imediatamente, não ultrapassando limite de 02 (duas) horas após a comunicação a contratada, podendo afetar o bom andamento das funções de segurança e diligência da guarda municipal e trânsito.

f) Ficará a cargo da contratada a substituição dos veículos por outro do mesmo tipo, marca e especificações em caso de acidente, falhas mecânicas, furto e/ou qualquer outra situação que o afaste dos serviços.

g) A contratada deverá disponibilizar imediatamente veículos para substituir o sinistrado ou avariado como também uma reserva técnica de 25% (vinte e cinco por cento).

h) Em caso de acidente com o veículo, a responsabilidade pela integridade das vítimas e seus empregados será exclusiva da locadora, na forma do Decreto nº 61.784/67.

i) Arcar com todos os impostos referentes ao veículo (IPVA, seguro obrigatório e licenciamento). Estar de acordo com todas as normas estabelecidas pela Agência Nacional que regulamenta o transporte de passageiros.

j) Providenciar seguro para todos os veículos locados com cobertura total em danos pra terceiros e ocupantes do veículo, contra furto/roubo.

k) No ato da assinatura do contrato, a locadora deverá apresentar comprovante de recolhimento de IPVA e isenção de multas do veículo; comprovante de seguro contra terceiros e passageiros.

l) Os serviços de borracharia (de pequeno porte) ficarão a cargo da administração (locatária) e manutenção de aparência (lavagem).

m) Os serviços de substituição de pneus, consertos de grande porte, serviços de troca de óleo e filtro e fluido de freios ficarão a cargo da contratada (Locadora)

n) A locatária se responsabilizará pelas eventuais multas/infração de trânsito decorrentes da utilização dos veículos locados quando em uso pelos seus prepostos quando eles se encontrem na atribuição das suas atividades.

Parágrafo Primeiro: Será de total responsabilidade da empresa contratada os fornecimentos de todos os equipamentos e materiais necessários para a elaboração e execução do objeto. Todos os produtos/serviços e seus quantitativos deverão obedecer às especificações do termo de referência do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025.**

Parágrafo Segundo: Os produtos/serviços serão recebidos provisoriamente para efeito de simultânea ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no recebimento definitivo que será realizado pelo servidor devidamente designado como fiscal pela Secretaria Solicitante, observado o prazo conforme especificado no termo de referência.

DA FISCALIZAÇÃO (Art. 140, Lei 14.133/2021)

Cláusula Terceira: Fica designado como fiscal do contrato os servidores:

SECRETARIA	FISCAL/ GESTOR
Secretaria de Administração e Finanças/Governo	Solange de Fátima Senn
Secretaria de Governo	Maikeli Thaiane Knutz
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Daison Rodrigues Morcelli
Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil	Scheila Fuerst
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Suelen Surek
Secretaria de Educação	Silvio Antonio Negreli
Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer	Alexandra Aparecida da Cruz Laurindo
Secretaria de Saúde	Devanir de Assis Machado
Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários	Aldecir Cavalheiro
Secretaria de Planejamento, Obras e Urbanismo	Esdras Rya Rocha

Parágrafo Primeiro: A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 140 da Lei nº 14133/21.

Parágrafo Segundo: O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DE PRORROGAÇÃO

Cláusula Quarta: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Primeiro: A(s) CONTRATADA(s) se compromete(m) a fornecer os produtos/serviços durante o prazo da vigência do(s) Contrato(s);

Parágrafo Segundo: A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

Parágrafo Terceiro: O contratado não tem direito subjetivo a prorrogação contratual.

Parágrafo Quarto: A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Parágrafo Quinto: O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

Parágrafo Sexto: A execução do contrato deverá ser iniciada mediante ordem de fornecimento emitida pelo fiscal do contrato designado pela Secretaria solicitante;

Parágrafo Sétimo: A execução do contrato antes de emitida a ordem de fornecimento, nos termos do parágrafo anterior, é de responsabilidade única e exclusiva do CONTRATADO, não obrigando a CONTRATADA a adiantar os pagamentos.

Parágrafo Oitavo: No caso de execução antecipada, antes da ordem de fornecimento ser emitida, nos moldes do parágrafo sexto, quando houver a existência de recursos vinculados, a CONTRATADA, desde logo, fica ciente de que o pagamento dos valores atrelados a receitas vinculadas somente será efetuado quando o recurso financeiro estiver disponibilizado em caixa da prefeitura, correndo por sua conta e risco a execução antecipada do contrato.

DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO (Art. 141, Lei 14.133/2021).

Cláusula Quinta: O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pela Secretaria solicitante e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais – INSS, de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Parágrafo Primeiro: Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Segundo: Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo

de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

Parágrafo Terceiro: Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo estabelecido nesta cláusula, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (Lei Federal 14.333/2021).

Parágrafo Quarto: No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, manutenção, instalação, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, inclusive todo o material e equipamento necessário para a execução dos serviços.

Parágrafo Quinto: Nos termos do Decreto Municipal nº 157/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens quanto prestação de serviços, inclusive obras de construção civil, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

Parágrafo Sexto: Nos termos do artigo 98 e seguintes do Código Tributário Municipal (Lei Municipal n.º 1.485/2022) também será possível a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços.

Parágrafo Sétimo: Será possível ainda, que a CONTRATANTE, nos casos legalmente previstos, efetue a retenção de INSS.

DO REAJUSTE

Cláusula Sexta: Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do presente termo contratual.

Parágrafo Primeiro: Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Parágrafo Segundo: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Terceiro: No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Parágrafo Quarto: Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Parágrafo Quinto: Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Parágrafo Sexto: Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo Sétimo: O reajuste será realizado por apostilamento.

DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (Art. 141, V, Lei 14.133/2021).

Cláusula Sétima: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do crédito indicado pelos códigos:

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL
10.001.08.244.0012.2028. 3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

03.001.04.122.0003.2004.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.001.12.361.0009.2017.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
09.001.13.392.0010.2022.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE SAÚDE
11.001.10.301.0014.2030.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
07.002.20.606.0008.2013.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE GOVERNO
02.001.04.122.0002.2003.3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO
04.001.04.121.0004.2007-3.3.90.39.14.00
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
05.001.15.452.0005.2009.3.3.90.39.14.00

DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula Oitava: Constitui direitos de o MUNICÍPIO receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro – O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Efetuar a entrega dos bens nas condições, no(s) prazo(s) e no(s) local(is) indicados pela Secretaria/Órgão solicitante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente o preço, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

b) entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);

d) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o produto com avarias ou defeitos;

e) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

f) Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

h) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, edital ou na minuta de contrato;

i) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

j) Apresentar todos os documentos necessários durante a execução do contrato/Ata, mantendo em dia suas obrigações fiscais.

k) No que se refere a prestação de serviços que necessita de funcionários a empresa deverá manter as suas obrigações trabalhistas em dia, apresentando mensalmente a prefeitura municipal.

l) A responsabilidade pela qualidade do material fornecido é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado.

Parágrafo Segundo – Constitui obrigações da CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja

por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
g) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
i) A Administração terá o prazo de *10 (dez) dias úteis*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
j) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *10 (dez) dias úteis, admitida a prorrogação motivada, por igual período*;
k) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Título IV, Capítulo I, Lei 14.133/2021)

Cláusula Nona: Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Cláusula Décima: Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Parágrafo Primeiro: **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Parágrafo Segundo: **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g" da cláusula nona deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Parágrafo Terceiro: **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" da cláusula nona deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quarto: **Multa**:
I – **Moratória**:
a) Moratória de 3 % (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite de 20 (vinte) dias;

b) Moratória de 5 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite máximo de 10 (dez) dias, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
c) Moratória de 2 % (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias, pela inobservância do prazo fixado pelo fiscal do contrato para sanar alguma irregularidade do objeto contratual e/ou apresentação de documentação solicitada.
d) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.
II – **Compensatória:**
a) Para a infração descrita na alínea "a" da cláusula nona, a multa compensatória será de 8% (oito por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
b) Para a infração descrita na alínea "b" da cláusula nona, a multa compensatória será de 15% (quinze por cento) a 30% do valor do contrato.
c) Para a infração descrita na alínea "c" da cláusula nona, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) a 30% do valor do contrato.
d) Para a infração descrita na alínea "d" da cláusula nona, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.
e) Para as infrações previstas nas alíneas "e"; "f"; e "g" da cláusula nona, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.
f) Para as infrações previstas nas alíneas "h"; "i"; "j"; "k"; e "l" da cláusula nona, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Parágrafo Quinto: A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante, nos moldes do previsto no artigo 156, parágrafo 9.º da Lei n.º 14.133, de 2021.

Parágrafo Sexto: Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme previsto no artigo 156, parágrafo 7.º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Parágrafo Sétimo: Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos moldes do disposto no artigo 157, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Parágrafo Oitavo: Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono: Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Décimo: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Décimo-Primeiro: Na aplicação das sanções serão considerados:
I – a natureza e a gravidade da infração cometida.
II – as peculiaridades do caso concreto.
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
IV – os danos que dela provierem para o contratante.
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Décimo-Segundo: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

Parágrafo Décimo-Terceiro: A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo-Quarto: Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo Décimo-Quinto: O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo-Sexto: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

DOS CASOS DE RESCISÃO E DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO (Arts. 104 e 137, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima-Primeira: O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Parágrafo Primeiro: O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Segundo: O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem. Nesta hipótese, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Parágrafo Terceiro: Caso a notificação da não-continuidade do contrato, nos termos do parágrafo anterior, ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data de comunicação.

Parágrafo Quarto: O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

Parágrafo Quinto: A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Sexto: No caso do parágrafo anterior, se a modificação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sexto: O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:
I – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
II – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
III – Indenizações e multas.

Parágrafo Sétimo: A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (artigo 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Parágrafo Oitavo: O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (Art. 75, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Primeira: O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei 14.133 de 01/04/2021, suas alterações e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, Código de Defesa do Consumidor, Código Civil a Lei Orgânica e demais normas aplicáveis à espécie do Município de Piên/Pr.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direitos.

DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO (Art. 89, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Segunda: Fica o CONTRATADO obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato.

DO FORO (Art. 89 § 1º, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Terceira: Concorda o CONTRATADO quanto ao foro privilegiado atribuído ao CONTRATANTE, qual seja o Foro de Rio Negro, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Piên/PR, 18 de fevereiro de 2025

MICHAEL SANDES DE CARVALHO:05644969525
Assinado de forma digital por MICHAEL SANDES DE CARVALHO:05644969525
Dados: 2025.02.19 16:33:40 -03'00'

MAICON GROSSKOPF
Prefeito
CONTRATANTE

LOCA TUDO LOCADORA EIRELI
CONTRATADO

NAIANY CAROLINE DE ARAUJO
Procuradoria Jurídica
OAB/PR 111206

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº 229/2023

TESTEMUNHAS:

Nome: Solange de Fatima Senn — Assinatura: _____

Nome: Eduardo Duarte Scheivaraski — Assinatura: _____

35°	ELCIO THIAGO SENN
36°	DIEGO BINECK
37°	JEAN CARLOS KNUTZ
38°	RONALDO MESSIAS DE BARROS

Cargo: Médico segunda chamada

Classificação	Nome do Candidato
12°	JOANA PSCHEIDT
15°	DEBORA LUIZA GAITKOSKI FERREIRA

Cargo: Professor

Classificação	Nome do Candidato
39°	MARIA DE FATIMA RECK

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, em 31 de janeiro de 2025.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Republicado por incorreção

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:928C8866

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REQUERIMENTO DE FINAL DE LISTA

Piên/PR, 19 de fevereiro de 2025.

REQUERIMENTO DE FINAL DE LISTA

Eu, **ELCIO THIAGO SENN** convocado (a) pelo Edital nº 06/2025, residente e domiciliado na ESTRADA DO VERMELHINHO, s/n, RIO VERMELINHO – QUITANDINHA/PR, portador da cédula de identidade civil com RG 1*.***.***-* e CPF 7**.***.***-*, venho mui respeitosamente requerer final de lista da vaga de **MOTORISTA,** conforme classificação obtida no **Concurso Público 001/2023.**

ELCIO THIAGO SENN

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:8D8F88E9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 008/2025

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 008/2025
REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025

CONTRATADO: LOCA TUDO LOCADORA EIRELI
CNPJ: 30.025.240/0001-01
OBJETO: Contratação de empresa para locação de veículos automotores.
VALOR TOTAL: R$ 553.866,96 (quinhentos e cinquenta e três mil e oitocentos e sessenta e seis reais e noventa e seis centavos)

FISCAL: Conforme processo
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado.

DATA DE ASSINATURA: 18 de fevereiro de 2025.

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS.

COMPRAS E LICITAÇÕES

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:D9202188

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 183 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2025

PORTARIA Nº 183 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2025 195

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 229/2023 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.366/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **Andressa Fuerst Schroth,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 1********/PR matrícula funcional 10921/104961, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Encontro presencial LEE	14/02/2025	Fazenda Rio Grande/PR	1(uma)	58,00	1275/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data de concessão da diária.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 17 de fevereiro de 2025.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:C5B673DE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 184 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2025

PORTARIA Nº 184 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2025

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 229/2023 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.366/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **CATARINA MICHEL ADENIL FERREIRA PEREIRA** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 3.******/SC e matrícula funcional 105631 ocupante do cargo público de **PROFESSOR,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Encontro presencial LEE	14/02/2025	Fazenda Rio Grande/PR	1(uma)	58,00	1274/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data de concessão da diária.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 17 de fevereiro de 2025.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:26987382

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 185 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2025

PORTARIA Nº 185 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2025